

# Geografia Urbana

# Geografia Urbana

Fernanda Lodi Trevisan

#### © 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

#### Presidente

Rodrigo Galindo

#### Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

#### Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi Camila Cardoso Rotella Danielly Nunes Andrade Noé Grasiele Aparecida Lourenço Isabel Cristina Chagas Barbin Lidiane Cristina Vivaldini Olo Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

#### Revisão Técnica

Daniela Resende de Faria

#### Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora) Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente) Elmir Carvalho da Silva (Coordenador) Letícia Bento Pieroni (Coordenadora) Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Trevisan, Fernanda Lodi

T814g Geografia urbana / Fernanda Lodi Trevisan. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. 192 p.

ISBN 978-85-522-1130-3

1. Cidades. 2. Urbanismo. 3. Desenvolvimento urbano. I. Trevisan, Fernanda Lodi. II. Título.

CDD 910

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

# Sumário

Unidade 1   A Geografia Urbana e o estudo das cidades				
Secão 1.1 - Contribuições à Geografia Urbana no contexto da	7			
Nova Geografia	9			
3	9			
Seção 1.2 - Contribuições à Geografia Urbana no contexto da				
Geografia Nova	22			
Seção 1.3 - O espaço urbano e o processo de urbanização	34			
Unidade 2   Capitalismo e urbanização mundial	49			
Seção 2.1 - A cidade na história da humanidade	51			
Seção 2.2 - A expansão do capitalismo e a urbanização mundial	63			
Seção 2.3 - O Espaço urbano no século XX e XXI	77			
Unidade 3   A urbanização brasileira	95			
Seção 3.1 - A urbanização na formação territorial brasileira	97			
Seção 3.2 - A rede urbana brasileira	110			
Seção 3.3 - Estatuto das cidades e as perspectivas de reforma urbana _	123			
Unidade 4   Cidadania, meio ambiente e desenvolvimento	141			
Seção 4.1 - Cidade e meio ambiente	143			
Seção 4.2 - Cidade e desenvolvimento	156			
Seção 4.3 - Cidade e cidadania	169			

# Palavras do autor

Caro aluno.

A cidade é um objeto de estudo extremamente complexo, que envolve realidades amplamente variadas. A concentração de pessoas nas cidades e sua importância para a vida em sociedade faz delas um objeto de interesse das ciências humanas. À Geografia cabe compreender como o espaço urbano é produzido e revelar suas contradições, já que nas cidades ocorrem conflitos sociais e espaciais. A Geografia Urbana não se limita ao estudo da história das cidades, mas,além disso, busca entender que as sociedades criaram diferentes formas de organização de seu espaço ao longo do tempo, em função de suas necessidades e possibilidades técnicas e tecnológicas. As cidades representam hoje grandes problemas e grandes desafios a serem superados. Entender como estão organizadas é o primeiro passo para uma reflexão crítica e para sustentar proposições de mudança.

Esta disciplina está organizada em quatro unidades. Na primeira apresentaremos a sistematização da Geografia Urbana na Geografia e as principais correntes que contribuíram para a sua fundamentação. Na segunda unidade abordaremos o processo histórico mundial de criação, crescimento e consolidação das cidades e seu espaço urbano. Na terceira unidade a proposta é semelhante: abordaremos o processo histórico das cidades, contudo voltaremos nossos olhares para a escala do território nacional. Além disso, estudaremos os principais instrumentos de gestão do espaço urbano brasileiro. Na quarta unidade trataremos de questões diversas, como a qualidade de vida nas cidades, a violência, a refuncionalização urbana, entre outras.

As cidades são as maiores criações humanas e vêm sendo elaboradas continuamente pelo trabalho humano há pelos menos 7 mil anos, conforme acreditam os especialistas.

Dentro das quatro unidades descritas, esta disciplina está organizada em 48 temas, o quenão significa que este material pretende esgotar todo o assunto, mas, antes de tudo, apresentar alguns aspectos sobre o urbano. Por isso, o objetivo é incentivar você, aluno, a buscar outras fontes de informação, aproveitar as propostas de estudo do item Pesquise mais de cada seção e encarar

as situações-problema como desafios reais. E, acima de tudo, este material pretende incentivá-lo a conhecer a sua própria cidade e descobrir de que maneiras é possível participar para torná-la melhor, agindo com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

# A Geografia Urbana e o estudo das cidades

#### Convite ao estudo

Você sabia que as cidades nem sempre foram objeto principal de interesse da Geografia? Na verdade, as cidades e o urbano passaram a constituirum modesto objeto de interesse apenas no século XIX. Destacam-se os trabalhos isolados de FriedrichRatzel, que realizou um estudo sobre as cidades norte-americanas em 1876, e os EliséeReclus, que incluíram as descrições de cidades em sua obra *Nouvelle Géographie Universelle*, composta por 19 volumes publicados entre 1876 e 1894, e sua obra teórica *L'évolutiondesvilles*, publicada em 1895 (VASCONCELOS, 2012).

Se voltarmos nossas atenções à história da Geografia, é possível compreender que antes desse período essa disciplina estava basicamente dedicada aos estudos regionais, com o foco na relação entre o homem e o meio, ou então à questão territorial, relacionada com o espaço dos Estados modernos. Geografia e cidade, portanto, representavam dois grupos desconexos.

Pode-se apontar o trabalho do francês R. Blanchard como o marco da moderna Geografia Urbana, em 1911. No prefácio de sua monografia sobre a cidade francesa de Grenoble, Blanchard pretendia explicar a importância das condições físicas dos sítios naturais para o desenvolvimento da cidade analisada. Contudo, é apenas em 1931, no Congresso de Paris, que a Geografia Urbana deixoude ser um assunto marginal dentro da Geografia e passoua se estruturar verdadeiramente como campo de estudos.

Esta unidade discute como o estudo sobre o espaço urbano se constituiu como um ramo da Geografia ao longo do século

XX, acompanhando o desenvolvimento epistemológico (e as rupturas) dessa ciência e das ciências humanas em geral. Na Seção 1.1 será abordadaa influência da Escola da Chicago, também conhecida como Ecologia Urbana, nos estudos sobre as cidades, em especial nos estudos desenvolvidos nas universidades norte-americanas. Além disso, será discutidaa consolidação da Geografia Urbana no contexto da Geografia Quantitativa (ou Pragmática) e serão apresentados os métodos utilizados e as contribuições para a disciplina. Na Seção 1.2 apresentaremos o momento de renovação nos estudos sobre a cidade, orientado por um posicionamento crítico com fortes influências sobre o estudo do espaço urbano. Finalizaremos esta primeira unidade com a Seção 1.3, que propõe reunir a contribuição de métodos e metodologias que tiveram raízes diversas, mas que não se constituem campos excludentes. Assim, vamos tratar de conceitos relacionados a rede urbana. a segregação socioespacial e também das geotecnologias, que são capazes de transformar o estudo sobre as cidades, colocando esse espaço em novas perspectivas.

# Seção 1.1

## Contribuições à Geografia Urbana no contexto da Nova Geografia

#### Diálogo aberto

Kátia, a geógrafa que trabalha na Secretaria de Urbanismo e Cartografia da prefeitura, integra a equipe responsável pela elaboração do planejamento urbano do município. A equipe está trabalhando intensamente na revisão do Plano Diretor, que deve ser finalizada em um prazo de cincomeses. Kátia se lembra da disciplina de Geografia Urbana, que cursou durante a faculdade, e recorda que as abordagens e metodologias para o estudo e compreensão do urbano vão sendo modificadas ao passo que as novas tecnologias e demandas se apresentam. A corrente da Nova Geografia (ou Geografia Quantitativa) alcançou seu auge nas décadas de 1960 e 1970 e representou uma revolução para a Geografia ao aproximar a disciplina do planejamento urbano e regional. Apesar de muitas de suas abordagens estarem superadas, a Nova Geografia trouxe novos aportes e perspectivas para o urbano.

Refletindo sobre a contribuição dessa escola de pensamento para a Geografia Urbana, pense nos aspectos que Kátia poderia recuperar dessa corrente para propor ao planejamento urbano de seu município. Dê o primeiro passo para o planejamento urbano, isto é, pense no município e defina os setores (transporte, habitação, serviços, etc.) que deverão ser objeto de planejamento e intervenção. Depois, sugira os estudos que deverão ser elaborados, sua metodologia e os resultados esperados com isso.

### Não pode faltar

## As influências da Escola de Chicago no estudo do Urbano

A Escola de Chicago foi criada na década de 1910 pelos professores do Departamento de Sociologia da Universidade Chicago nos Estados Unidos. Trata-se de um conjunto de metodologias de pesquisas aplicadas no estudo da sociedade urbana. Sob influência do reformismo social, os pesquisadores se voltaram para equacionar os problemas sociais que afetavam as grandes cidades americanas, que eram sobretudo dois, a pobreza e a imigração (BERCKER, 1996), mas que podiam ser desdobrados em diversos, tais como a delinquência, o vício em drogas, a prostituição, o crime organizado, entre outros.

As pesquisas foram realizadas quase sempre na própria Chicago, cidade então convulsionada pelo intenso processo de urbanização e industrialização, que também resultou, por outro lado, em pobreza e na formação de guetos e gangues.

O desenvolvimento econômico atraiu correntes de imigrantes que ocasionaram grande heterogeneidade étnica. Assim, muitos pesquisadores se dedicaram a estudar as relações entre a pobreza e as comunidades de imigrantes e para isso buscavam identificar as relações entre as áreas ocupadas por esses grupos e o comportamento humano.

Robert Park, um dos grandes pesquisadores dessa Escola, sugeriu que "o espaço físico espelhava o espaço social, de modo que se puder medir a distância física entre populações você saberia algo sobre distância social entre elas" (BECKER, 1996, p. 182). Essa ideia fundamentou a criação do ramo da Ecologia Humana, influenciada pelas teorias do darwinismo social. Na verdade, o termo ecologia utilizado nesse caso não tem o significado empregado hoje, de ciência dedicada aos estudos dos ecossistemas e do meio ambiente, mas faz uma referência aos estudos em biologia vegetal do final do século XIX.



O Darwinismo Social consiste no emprego para as análises do meio social da teoria de Seleção Natural (ou Evolução das Espécies), elaborada no contexto da biologia por Charles Darwin (1809-1882). A ideia de que animais e plantas competem pela ocupação dos territórios é transposta para o estudo das sociedades no espaço urbano. Parte-se da premissa de que a cidade é um tipo de organismo social em que o comportamento individual e a organização social são conduzidos pela luta pela existência.

Assim, se os homens também competem pelo espaço como os animais e as plantas, é legítimo que para o estudo da sociedade sejam utilizados os mesmos conceitos empregados na biologia, como os de dominação, invasão, simbiose, competição, entre outros.

Utilizando a Ecologia como uma metáfora, Park recomendou aos seus alunos que estudassem o modo como distintos grupos se localizavam na cidade de Chicago. Para isso, produziam mapas localizando os diferentes grupos étnicos e cruzavam as informações com variáveis como número de ocorrência de crimes ou concentração de doentes mentais, por exemplo.

É importante ressaltar que os estudos da Escola de Chicago não eram unicamente quantitativos ou qualitativos, pois as duas metodologias eram mescladas de acordo com os objetivos das pesquisas. Apesar do ecletismo metodológico dos primeiros anos, após a Segunda Guerra, os pesquisadores do Departamento de Sociologia voltaram-se "para uma perspectiva mais ligada ao survey e a pesquisa quantitativa menos aberta aos estudos com abordagens antropológicas" (BECKER, 1996, p. 187).

A Escola de Chicago teve forte influência na Geografia Urbana norte-americana, que se dedicou ao estudo do comportamento espacial da sociedade na cidade, definido então a partir da análise da distribuição, interação e integração de elementos presentes no espaço urbano. A Escola de Chicago foi precursora da Geografia Quantitativa que influenciou pesquisadores brasileiros, em especial na Unesp de Rio Claro/SP e no IBGE (SILVA, 2003).

## A Geografia Urbana no contexto da Geografia Quantitativa

Em um contexto influenciado pelo positivismo lógico, o século XX foi marcado pela ruptura com a Geografia Clássica e a sistematização da Geografia Moderna. O positivismo lógico, ou filosofia analítica, apresentava a linguagem matemática como legítima para a produção do conhecimento científico, em função de seus princípios lógicos, cálculos e medições. Além disso, o positivismo lógico refutava a metafísica como método científico, uma vez que ela se fundamentaria na percepção e em avaliações subjetivas, em suma em um modelo de conhecimento que não

permite ser avaliado logicamente como verdadeiro ou falso.

O positivismo lógico influenciou diversas disciplinas: inicialmente a Física e a Matemática e, posteriormente, a Biologia, a Economia, a Psicologia e também a Geografia, possibilitando o surgimento da Geografia Quantitativa ou Nova Geografia. Mas a questão que se coloca é: em que medida a Geografia Quantitativa criou novas formas para estudar e compreender o espaço urbano? Em que medida a ruptura com a Geografia Clássica alterou o nosso olhar sobre as cidades?

Podemos dizer que o espaço urbano e a cidade não deixaram de ser objeto por excelência da embrionária Geografia Urbana. Contudo, novas teorias, metodologias e instrumentos foram propostos para o estudo das cidades. A Geografia voltou-se tanto para a teoria dos sistemas quanto para o uso de modelos com o emprego da lógica matemática em seus estudos. Pode-se dizer que o trabalho de Walter Christaller (1893-1969), na década de 1930, foi um dos principais marcos para a inauguração da Geografia Urbana Moderna. Apesar da pouca repercussão após a sua publicação – em função do conturbado período entre guerras –, a teoria foi retomada na década de 1950.

Christaller, geógrafo alemão, ao analisar a distribuição de um grupo de cidades no sul da Alemanha, criou a **Teoria dos Lugares Centrais**, por meio da qual defendeu que a localização e o tamanho das cidades não eram aleatórios, mas obedeciam a uma organização: ele identificou que havia ligação e regularidade na distribuição espacial. Assim, concluiu que "mercados de produtos e de serviços de tamanhos diferentes estão articulados de maneira a formar uma rede urbana funcional, regular e hierarquizada" (GOMES, 2011, p. 255). Os lugares centrais são as mais importantes cidades de uma rede, são aquelas que concentram não só maior número de pessoas, como também variedade de bens e serviços.

Christaller buscou compreender a distribuição espacial das cidades por meio de padrões e assim pôde formular um modelo de dispersão das cidades que pudesse ser replicado no estudo de outras regiões ou cidades, "permitindo alcançar uma explicação geral dos fenômenos ligados à estrutura e ao tamanho de uma rede urbana" (GOMES, 2011, p. 255).

Tal teoria foi utilizada para analisar e estimar a distribuição ideal de aglomerados de tamanhos diferentes, estabelecimento de regiões

funcionais e identificação de hierarquias. Dessa forma, os modelos se propagaram na Geografia, que estendeu seus estudos aos "problemas intra-urbanos, aos transportes, aos sistemas regionais e a cartografia temática" (GOMES, 2011, p. 256).

Assim, é de fato nos anos 1950 e 1960 que a filosofia analítica é incorporada à Geografia, e a linguagem matemática – marcada pela clareza, objetividade lógica, exatidão – contribuiu para dar legitimidade metodológica à Geografia Urbana.

Além da linguagem matemática, a Geografia Urbana se apoiou na noção de sistema, desenvolvida na física analítica. Nas Ciências Humanas o emprego da teoria dos sistemas se baseou na justificativa de que "todos os fenômenos podem ser vistos como sistemas independentemente do caráter particular ou da natureza dos elementos que os compõem e das relações que os unem" (GOMES, 2011, p. 268). Assim, os sistemas são instrumentos do cálculo e da probabilidade. Segundo Gomes (2011, p. 268), "o elemento mais sedutor da concepção sistêmica é a possibilidade de prever ou de antecipar fatos através do conhecimento científico", e o autor lembra que, por esse motivo, a participação dos geógrafos na planificação urbana nos anos 1950 e 1960 foi cada vez mais requisitada.

## Pesquise mais

Na Revista *Mercator*, o professor José Carlos Godoy Camargo publicou o artigo O problema do método nas Ciências Humanas: o caso da Geografia. A leitura do artigo é uma oportunidade para retomar pontos relevantes que foram discutidos na disciplina de Fundamentos Epistemológicos da Geografia e que são importantes para compreensão das transformações no estudo do espaço urbano. Recomendamos especialmente a leitura das páginas 12 a 18 do artigo:

CAMARGO, J. C. G.; ELESBÃO, I. O problema do método nas Ciências Humanas: o caso da Geografia. **Mercator – Revista de Geografia da UFC,** ano 3, n. 6, 2004. Disponível em: <a href="http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/120/91">http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/120/91</a>. Acesso em: 23 fev. 2018.

#### A morfologia urbana e a análise do comportamento espacial

Os estudos sobre as cidades que se utilizavam de métodos quantitativos foram beneficiados, se não possibilitados, pelo desenvolvimento de tecnologias computacionais. As análises estatísticas envolviam grande número de variáveis e dependiam das tecnologias para serem colocadas em prática. Grandes nomes desse campo são Brian J. L. Berry e Frank E. Horton, que publicaram diversos trabalhos e, em especial, o livro *Geographic Perspectives on Urban Systems withintegratedreadings*, em 1970. Outras importantes contribuições vieram de Paul Claval, *Régions, Nations*, Grand Espaces: *Géographie Générale des ensambles territoriaux* (1968), de Akin L. Mabogunje, *Urbanization in Nigeria* (1968), de Jorge Gaspar, *A estrutura funcional do centro de Lisboa* (1970), e de Jean-Bernard Racine, que escreveu o artigo *Le modèleurbainaméricain:Lesmots et leschoses* (1971), que facilitou o conhecimento sobre a Geografia Urbana norte-americana na França (VASCONCELOS, 2012).

Para explicar a diferenciação dos lugares e a hierarquia entre cidades, entre outras questões, esses pesquisadores utilizavam como método para seus estudos a análise fatorial, a análise dimensional e de agrupamento de variáveis, a teoria dos grafos e o método da "cadeia de Markov para estudos de hierarquia, rede urbana, estudo de áreas metropolitanas e projeções populacionais; o método *Intervenning Opportunity* para análises de fluxo de mercadorias" (LAMEGO, 2014, p. 4).

Quanto ao contexto nacional de produção de pesquisas em Geografia, convém ressaltar que mesmo no IBGE, que juntamente com a Unesp de Rio Claro/SP, configuraram-se em reduto dos geógrafos quantitativos, não houve a hegemonia quantitativa nos estudos urbanos, seja por conta da forte influência da Geografia francesa no Brasil – que manteve o foco de seus trabalhos em estudos descritivos sobre o espaço urbano, conforme é possível constatar nos Anais da Revista da Geografia, entre 1950 e 1970, em função da dificuldade e recusa de muitos geógrafos para entender e colocar em prática métodos quantitativos, que exigiam conhecimentos de cálculos e estatísticas (LAMEGO, 2014). Some-se a isso a falta de tecnologias que possibilitam as análises espaciais. Destacam-se os trabalhos produzidos e/ou organizados por SperidiãoFaissol, Tendências atuais na geografia *urbana/regional*:

teorização e quantificação, em 1978, Pedro Geiger, que aplicou a análise fatorial no estudo das cidades nordestinas, eFany Davidovich, sobre integração espacial e planejamento (LAMEGO, 2014).

Para Ferreira (2006, p. 104, grifo nosso), os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) – instrumentos hoje utilizados com frequência pela Geografia, mas também por outras disciplinas que investigam o espaço – são "uma etapa evolucionária da **análise espacial"**, isto é, os alicerces teóricos e metodológicos dos SIGs estão apoiados no paradigma da escola espacial da Geografia, o que nos remete aos estudos da Geografia Quantitativa das décadas de 1950 a 1970, desenvolvidos em especial nos Estados Unidos e na Inglaterra, inicialmente com a quantificação do fato geográfico e, posteriormente, com a sua visualização em função do desenvolvimento de softwares em SIG.



Uma tese de doutorado foi elaborada no Departamento da Geografia da PUC-Campinas em 1976, sob a orientação do professor Antônio Christofoletti, com o objetivo de identificar a morfologia espacial dos 83 municípios da Região de Campinas. O formato hexagonal era tomado como o mais eficiente do ponto de vista da minimização dos custos para os transportes e, por isso, o formato ideal para os municípios. O autor datese adotou em seus cálculos o Índice de Fórmula S, anteriormente aplicado por Peter Haggett (1974) em suas pesquisas nos municípios de

Santa Catarina. A Fórmula S consiste em:  $S = \frac{\{1,27 \cdot A\}}{L \cdot 2}$ 

Confuso? Vamos detalhar

A constante 1,27 é o multiplicador definido de modo que um círculo pudesse ter valores até zero. A é a área do município em km². L corresponde ao eixo maior do perímetro. Com base nos resultados dos cálculos, o autor classificou a forma dos municípios da região em triangulares, quadrados, hexagonais e residuais. Em 1970, por exemplo, 19 municípios se assemelhavam ao triângulo, 57 ao quadrado, 5 ao hexágono e 2 tinham o formado residual, ou seja, não se encaixavam nos três padrões anteriormente identificados.

Mas onde o autor queria chegar de fato com tudo isso? Em linhas gerais, considerando que a forma hexagonal seria a ideal, o autor recomendou que os futuros desmembramentos e a formação de

novos municípios deveriam ser orientadospara que fosse priorizado o formato hexagonal. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de suporte ao planejamento urbano e regional.

Fonte: MAYER, W. V. **Contribuição ao estudo das formas dos municípios paulistas:** o caso da Região de Campinas. 1976. 105 f. Tese (Doutorado) –Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Campinas, SP, 1976.

#### As limitações ao estudo do espaço urbano

Os geógrafos pioneiros da Geografia Moderna consideravam ter encontrado nos fundamentos do positivismo lógico a conduta verdadeiramente científica para a Geografia e estavam empenhados em elevá-la em seu patamar de ciência por meio da combinação da metodologia científica com conhecimento geográfico. Esses pioneiros consideravam que a Geografia Clássica era apenas uma tediosa descrição de acontecimentos, sem poder jamais ligá-los por meiode uma relação geral e teórica. Para esses pensadores a Geografia Clássica abordava o passado e era um conhecimento inoperante, incapaz de direcionar as ações na realidade. As descrições da singularidade dos lugares que eram realizadas pela Geografia Clássica, em especial pela Escola Francesa, com seus estudos monográficos, cuja descrição era o objetivo e o fim em si mesma, foram consideradas insuficientes para responder às questões colocadas no pós-querra e aos desafios dos tempos modernos.

Assim, os pensadores propuseram que a Nova Geografia, ou Geografia Quantitativa, fosse pragmática, isto é, aplicada, e, por meio de suas técnicas, pudesse dar respostas ao planejamento e produzir conhecimento para o futuro. Por isso, esforçavam-se para romper com as formas tradicionais da Geografia.

Em que pese as diferenças em seus trabalhos conceituais, esses primeiros geógrafos modernos recorriam às descrições, mas realçavam sua insuficiência para os padrões da ciência moderna. Faltavamàs descrições as explicações que só poderiam ser alcançadas por um método coerente, objetivo e estruturado logicamente. Assim a revolução quantitativa permitiu o desenvolvimento de métodos

de verificação e previsão que transformaram a ciência geográfica por meio da teoria de sistemas e da modelização do espaço. Tais instrumentos permitiram identificar comportamentos e estimar probabilidades que proporcionam ampla capacidade de explicação e também forneceram a base para as intervenções no espaço urbano. A Nova Geografia abriu caminho para trabalhos de inspiração neoclássica a respeito da alocação de recursos e de maximização de lucros, e por isso pode-se dizer que ela se consolidou entre 1960 e 1970, produzindo estudos e oferecendo novos resultados em função dos métodos científicos empregados.

Contudo, o final dos anos de 1970 foimarcado pelo enfraquecimento dessa perspectiva frente aos novos conceitos e teorias que começaram a ser formulados. A produção científica da Nova Geografia passoua ser alvo de questionamentos sobre os reais benefícios que conferiam às sociedades, e muitos dos pensadores pioneiros e responsáveis por sua consolidação passaram a ser seus críticos, entre eles David Harvey (1935-), que em 1969 publicou a obra *Geography Explanations*, fundamental para o desenvolvimento da teoria analítica na Geografia, e que posteriormente se tornou um dos grandes pensadores da Geografia Crítica.

O movimento da Geografia Crítica e a proposta de uma Geografia Nova apontou que, ao contrário de representar uma ruptura com a Geografia Clássica, a Geografia Moderna era sua continuidade. Segundo Moraes (1985, p. 107), a Nova Geografia possui "um fim utilitário, na medida em que informa a ação do planejamento. Gera um tipo de conhecimento diretamente operacionalizável, que permite a intervenção deliberada sobre a organização do espaço". Longe de ser um elogio à Geografia, o autor aponta que a produção do conhecimento geográfico passa a se colocar a serviço do planejamento de Estado e das grandes empresas capitalistas, ou seja, a Geografia foi transformada em "um instrumento de dominação, a serviço do Estado burguês" e das classes dominantes e não rompeu com seu conteúdo de classe (MORAES, 1985, p. 101). Trata-se, portanto, "de uma mudança de forma, sem alteração do conteúdo social" (MORAES, 1985, p.101). Foi com base nessas críticas à Nova Geografia que outra escola de pensamento se desenvolveu: a Geografia Nova, ou Geografia Crítica, cujos impactos para o estudo do espaço urbano serão apresentados na próxima seção.



Com a proposta de elaboração de diagnósticos e no delineamento de tendências sobre as cidades pesquisadas, a Nova Geografia se colocou como um conhecimento neutro e objetivo, como se as escolhas e motivações para os estudos, e mesmo os resultados divulgados, não fossem amparados em questões subjetivas e visões de mundo do pesquisador.

Reflita sobre essa pretensa neutralidade do conhecimento científico. A Geografia, na qualidade de ciência, é um conhecimento neutro em função dos métodos adotados?

#### Sem medo de errar

Kátia, a geógrafa do Departamento de Cartografia, está juntamente com a equipe, trabalhando na revisão do Plano Diretor, e a situação-problema solicita que ela apresente aspectos do método quantitativo que poderiam ser utilizados para as discussões a respeito do planejamento do município.

É importante lembrar que muitos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Geografia Urbana utilizando o método quantitativo buscaram encontrar nas cidades padrões sociais e espaciais. Diversos trabalhos foram direcionados para a elaboração de modelos, como aqueles que abordam pesquisas sobre o transporte metropolitano ou os de matrizes com entrada e saída de variáveis.

Muitas das abordagens utilizadas, e mesmo objetivos de pesquisa, encontram-se obsoletos. Porque ciência é isso: teorias, modelos e hipóteses são constantemente testadas, aprimoradas ou suprimidas. Soma-se a isso o desenvolvimento de tecnologias que revolucionaram os estudos sobre o espaço geográfico por meio dos SIGs, softwares voltados para a análise espacial que manipulam e processam enorme quantidade de dados geográficos, que podem ser transformadas em informações geográficas pelos técnicos do planejamento, a fim de serem utilizadas em um determinado contexto para explicar um fenômeno ou propor uma ação no espaço urbano. Por meio do uso de SIGs, o cruzamento de variáveis permite que Kátia proponha estudos sobre a rede de comércio da

cidade, por exemplo, identificando a existência/ausência de hiper e supermercados, mercearias e similares. Assim, a equipe poderia identificar locais da cidade pouco providos desses serviços para a população e locais em que poderia ser incentivada a abertura de novos empreendimentos. Outra possibilidade de proposta para Kátia poderia ser a identificação de equipamentos educacionais públicos. A equipe poderia localizar as escolas públicas do município e cruzar com os endereços dos alunos para definir as escolas mais próximas para a matrícula. Além disso, o cruzamento da localização das escolas com dados estatísticos da população poderia direcionar a construção de novas instalações. As possibilidades são inúmeras.

#### Faça valer a pena

- **1.** No início do século XX, a Escola de Chicago reuniu os pesquisadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago em torno de um tema em comum: a pesquisa da sociedade urbana. Os temas e a metodologia de pesquisa propostos causaram grande influência na Geografia Urbana norte-americana. Sobre essa escola de pensamento, julgue as assertivas a seguir em verdadeira (V) ou falsa (F):
- ( ) Também conhecida pela denominação Ecologia Humana, a Escola de Chicago foi precursora dos estudos ambientais urbanos, buscando conhecer os impactos da poluição da industrialização na saúde física e mental dos habitantes das cidades.
- ( ) A Escola de Chicago ficou famosa por pesquisas que procuravam estabelecer relações entre a localização de grupos étnicos nos espaços urbanos com o desenvolvimento moral e a ocorrência de criminalidade.
- ( ) A Escola de Chicago foi influenciada pelo darwinismo social, e os conceitos de disputa pelo espaço elaborados com base na observação de animais e plantas foram empregados para o estudo do comportamento humano nos grandes centros urbanos.

A seguir, escolha a alternativa que apresenta apenas assertivas corretas, na respectiva ordem:

- a) V. V. V.
- b) V, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, V, F.
- e) F. F. V.

**2.** A Nova Geografia se estabeleceu nos anos de 1960 e 1970. Sobre o assunto Gomes (2011, p. 271) afirma que:

Trata-se de um modelo de ciência que reclama para si objetividade e a precisão por intermédio de um método científico rigoroso, e o recurso a este método significa também a perspectiva de respostas e verificações positivas, isto é, afirmativas e gerais que permitiriam, ao mesmo tempo, reforçar o prestígio da disciplina e convidá-la a agir no campo direto da sociedade.

Os estudos sobre o espaço urbano são marcados nesse período da Geografia:

- a) Por estarem fundamentados em metodologias metafísicas e voltados para a compreensão do comportamento humano e da percepção sobre a cidade.
- b) Pelo uso de modelos matemáticos para a busca de padrões de configuração espacial que embasassem teorias sobre o espaço.
- c) Pelo abandono do tema regional e foco exclusivo sobre os problemas intraurbanos, em especial aqueles relacionados à mobilidade nas grandes cidades.
- d) Pela influência da filosofia analítica, privilegiando o desenvolvimento de trabalhos subjetivos e de caracterizações monográficas de cada realidade urbana
- e) Pela pouca utilidade prática dos estudos urbanos para o planejamento regional e urbano produzido no período em função de alta abstração dos modelos matemáticos.
- 3. Leia atentamente ao excerto de texto que segue:

A Geografia Pragmática desenvolve uma tecnologia de intervenção na realidade. Esta é uma arma de dominação para os detentores do Estado. Em si mesma, é apenas um acervo de técnicas, que se transforma em ideologia ao tentar dissimular seu componente e sua eficácia política, ao se propor como processo neutro e puramente objetivo. (MORAES, 1985, p. 108)

A partir dessas informações, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I – O acervo de técnicas da Geografia Pragmática foi utilizado com êxito para a intervenção no espaço urbano em função de sua neutralidade e objetividade. Porque

 II – A Geografia Pragmática produziu um conhecimento atrelado ao capitalismo monopolista, proporcionando a maximização dos lucros e disfarçando as contradições socais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é falsa, e a II é proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

# Seção 1.2

# Contribuições à Geografia Urbana no contexto da Geografia Nova

#### Diálogo aberto

Em nossos estudos nesta unidade, estamos acompanhando o trabalho de Kátia, funcionária da Secretaria de Urbanismo e Cartografia de seu município. Ela integra a equipe responsável pela revisão do plano diretor. Kátia tem consciência de que a cidade é dinâmica e está em constante processo de transformação. O objetivo do plano diretor é orientar essas transformações a fim de reduzir os conflitos e ampliar a harmonia no espaço urbano. A Nova Geografia priorizou a abordagem da cidade como um espaço de fixos e fluxos sobre o qual trabalha o planejador. Essa abordagem, apesar de pragmática, desumaniza o espaço urbano. Kátia está ciente dessa limitação, por isso ela pretende trazer os fundamentos da Geografia Nova (ou Geografia Crítica) para as discussões sobre a revisão do plano diretor.

Nesta situação-problema vamos partir do mesmo ponto da situação anterior: a revisão do plano de diretor do município de Kátia. Contudo, devemos enfocar esse processo por meio de outra perspectiva, isto é, a partir das contribuições da Geografia Crítica.

Refletindo a respeito das contribuições dessa corrente para o planejamento urbano, avalie os aspectos com os quais Kátia devetrabalhar e utilizar para orientar as discussões comsua equipe técnica. Identifique as principais concepções sobre a cidade que ela deve manter em pauta, pensando na finalidade do planejamento urbano e do próprio plano diretor do município. Pense e sugira como a equipe poderia colocar em prática no plano diretor o conjunto de ideias que fundamentam a Geografia Nova.

#### Não pode faltar

### A Geografia Crítica e o estudo sobre o urbano

A Geografia Quantitativa e a Geografia Crítica têm raízes no movimento de renovação e de superação da Geografia Tradicional,

contudo têm naturezas e proposições distintas e muitas vezes até antagônicas, quando não, excludentes. O principal aspecto que vai diferenciar a Geografia Crítica da Quantitativa é o posicionamento social dos atores e os interesses aos quais eles servem (MORAES, 1985).

A emergência da Geografia Crítica acontece em um momento de transformações das Ciências Sociais, muito influenciado pelo próprio contexto histórico do pós-guerra – marcado pela descrença no positivismo lógico e na capacidade de a ciência tradicional superar os problemas então postos –, pelos resultados pesarosos das grandes guerras, pelo reconhecimento das injustiças sociais e desigualdades entre países e pela crise ambiental que começava a mostrar seus primeiros sinais.

A Geografia Crítica ou Geografia Nova se traduz em uma postura crítica frente à realidade posta. Isso significa que essa corrente assume o conteúdo político do saber que produz e busca colocá-lo a serviço da transformação da realidade social em direção a uma sociedade menos desigual. O marxismo exerceu forte influência não só na Geografia, como nas Ciências Sociais, de forma geral no pósguerra, pelo fato de oferecer a possibilidade de criação de modelos teóricos privilegiando a esfera social e também por proporcionar uma visão mais consciente do contexto político das ciências e da responsabilidade social do trabalho científico (GOMES, 2011).

Assim, a Geografia Crítica valorizou o discurso político militante e encontrou no materialismo histórico e dialético "o método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento" (GOMES, 2011, p. 281) e, por meio dele, pretende ir para além do fenomenológico e revelar pela razão a essência da sociedade. O conhecimento geográfico é transformado em instrumento de denúncia, que lança luz sobre a superestrutura e a dominação de classe no injusto e contraditório modo de produção capitalista. É nesse sentido que Eagleton (1986 apud SOJA, 1993, p. 20) sugere metaforicamente que cabe à Geografia "virar pelo avesso a tapeçaria imponente, para expor em todo o seu confuso emaranhamento, desprovido de qualquer glamour, os fios que compõem a próspera imagem que ela expõe ao mundo".

Com relação ao estudo do espaço urbano, destaca-se principalmente a contribuição de nãogeógrafos que produziram

estudos norteadores aos trabalhos na Geografia, como *A questão urbana* (1976), do sociólogo Manuel Castells; *O direito à cidade* (1968), *A revolução urbana* (1970), *A cidade do capital* (1972) e *A produção do espaço* (1974), de Henri Lefebvre. Outros trabalhos de diversos especialistas voltados para o urbanismo também trouxeram contribuições para o estudo das cidades, como Jane Jacobs, Françoise Choay, Peter Hall, Mark Gottdiener. Na Geografia, merecem destaque os trabalhos de David Harvey, em especial *A justiça social e a cidade* (1973) e *A produção capitalista do espaço* que reúne textos escritos entre 1975 e 2001, em que o autor rompe com a Geografia Positivista ao empregar a teoria marxista para fazer a análise sobre o processo de valorização do espaço urbano. E Edward Soja, em um contexto de renovação da Geografia Crítica, buscou reafirmar a importância do espaço na teoria marxista e do pensamento de H. Lefebvre para a dialética socioespacial.

No contexto nacional, destacam-se Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, entre outros, com trabalhos fundamentados no pensamento marxista-lefebvriano. Cumpre destacar que muitos dos autores apontados produziram trabalhos influenciados pela Geografia Crítica, mas suas obras extrapolam as fronteiras impostas pela tentativa de definir a Geografia em correntes.

## Pesquise mais

Consulte os artigos críticos sobre o urbano no site da Revista Antipode, dedicada à Geografia Radical, criada em 1968. Lávocê poderá encontrar artigos de pesquisadores do mundo todo a respeito de assuntos diversos e, até mesmo, sobre Geografia Urbana, tal como o artigo sobre a crise econômica grega e sua influência no espaço urbano, intitulado Governmentalities of Urban Crises in Inner-city Athens, Greece, da autora Penny Koutrolikou (publicado na Revista Antipode de 2016, volume 48, edição 1), ou o artigo sobre o consumo de energia nas aglomerações urbanas, Contesting Urban Metabolism: Struggles Over Waste-to-Energy in Delhi, India, deFederico Demaria.

Fonte: Antipodefoundation.org (2017).

#### A produção do espaço urbano

Como já sabemos, as ideias do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1901-1991) fundamentaram e continuam a fundamentar os estudos da Geografia Urbana Crítica. O autor dedicou suas reflexões à problemática urbana e seu cotidiano. Se hoje concebemos na Geografia que o espaço é produzido pelo trabalho humano e, mais do que isso, que ele é intencionalmente produzido, devemos isso a Henri Lefebvre. Ele rechaça a visão de espaço como um receptáculo vazio, geométrico e instrumental. Para esse pensador, o espaço é um produto social, é o suporte, mas também o campo de ação das práticas sociais: não há relações sociais sem o espaço e não há o espaço sem as relações sociais (LEFEBVRE, 2013).

O pensamento de Lefebvre é um prolongamento da obra de Marx: o conceito de produção do espaço foi elaborado a partir do conceito de trabalho e de produção capitalista, desenvolvidos por Marx. O espaço materializa as relações sociais. Em outras palavras, é no espaço que as relações sociais se concretizam. Assim, Lefebvre inaugura uma nova dialética na qual propõe deslocar o foco das análises da categoria tempo para a categoria espaço. O espaço é produzido com objetivo de atender a determinadas finalidades dentro de um contexto socioeconômico específico. Por isso, o espaço urbano não pode ser entendido senão associado ao modo de produção no qual foi produzido, e, pelo fato de ser o capitalismo um modo de produção hegemônico, fala-se então da produção capitalista do espaço. O resultado dessa empreitada de Lefebvre deu origem a diversos trabalhos que são perpassados por um fio condutor responsável por dar sentido de unidade e continuidade à sua obra, na qual três principais temáticas estão presentes: o espaço urbano, o cotidiano e o Estado.

Em 1968, o livro *O direito à cidade representou* um marco na medida em que seu texto reivindicava o direto dos cidadãos "à vida urbana, transformada, renovada" (LEFEBVRE, 2008, p. 118), isto, é, o direito ao acesso aos bens e serviços mínimos para uma vida decente. Isso seria possível por meio de um programa político de reforma urbana, proposto pela classe operária, com projetos urbanos realizáveis ou utópicos que compreendessem a cidade como local do possível. Lefebvre concebe o urbano como uma possibilidade a ser realizada. O autor faz uma crítica ao planejamento racional,

resultado da decomposição das cidades pelas disciplinas parcelares que, além de não dar conta do todo, não conseguem resolver de fato os problemas urbanos.

Sua obra de maior impacto para a Geografia, *A produção do espaço* (1974), ressalta que o espaço não é um produto isolado e acabado, mas estreitamente relacionado às relações de produção, dominação e exploração (LOREA, 2013), e denuncia o racionalismo do urbanismo como instrumento do capitalismo que visa escamotear o caráter praticado e vivido do espaço urbano, isto é, o planejamento urbano camufla a capacidade dos cidadãos de produzir o espaço material, transformando-o em uma abstração fora do alcance dos habitantes (LOREA, 2013).



Para Lefebvre, o espaço é uma poderosa mediação social e política. A fim de superar as análises dicotômicas e parciais, Lefebvre propõe uma teoria unitária para a análise do espaço, composta por uma tríade conceitual formada pelo percebido-concebido-vivido, que perde seu alcance se vista como um modelo abstrato. As práticas espaciais correspondem ao espaço percebido, espaço da experiência material da realidade urbana, espaço físico. As práticas espaciais "englobam a produção e reprodução de lugares específicos e conjuntos espaciais próprios de cada formação social". As representações do espaço correspondem ao espaço concebido, isto é, espaço dos planejadores, cientistas, dos signos e da fragmentação. As representações do espaço "se vinculam às relações de produção, à ordem que se impõe e, desse modo, aos conhecimentos, signos, códigos...". Já os espaços de representação correspondem ao espaço vivido, isto é, ao espaço simbólico e da imaginação dentro de uma existência material. Os espaços de representação "expressam [...] simbolismos complexos ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, porém também a arte" (LEFEBVRE, 2013, p. 92, tradução nossa).

Como ressalta Gomes (2010, p.280), muitos geógrafos encontraram na obra de Lefebvre "a afirmação da independência de um campo analítico para o espaço e, portanto, um estatuto epistemológico novo para a geografia".

#### Os agentes produtores do espaço urbano

Para fins analíticos, Corrêa (1989) entende que a produção do espaço urbano se estabelecepor meio de cinco grandes agentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Esses agentes atuam de acordo com seus interesses e suas capacidades de ação. Dessa forma, ressaltamos que a produção do espaço urbano não é neutra; se dá por meio de conflitos, mas também de alguns consensos, entre os diferentes agentes.

Os grupos sociais excluídos são formados por aqueles que não possuem acesso à habitação formal, seja por serem economicamente incapazes de comprar imóveis ou mesmo pagar aluguéis. Os grupos sociais excluídos produzem suas próprias casas no sistema de autoconstrução em terrenos pertencentes ao Estado ou aparticulares. Há também aqueles que ocupam imóveis abandonados, em geral nas áreas centrais das grandes cidades. É dessa maneira que os grupos sociais excluídos atuam como agentes produtores do espaço urbano.

O Estado é responsável pela regulação do uso do solo urbano e, para essa finalidade, cria leis, zoneamentos, códigos de obras, entre outros instrumentos. A atuação mais direta do Estado na produção do espaço urbano se dá com a implantação de infraestrutura, tal como as redes de saneamento, as redes viárias e o transporte público. Contudo, pode-se dizer que o Estado atua também como promotor imobiliário, ao financiar ou dirigir os investimentos no espaço urbano; atua como proprietário dos meios de produção, quando instala, por exemplo, uma refinaria, em determinado município; e atua também como proprietário fundiário, já que possui propriedades e terrenos nas cidades e nas franjas dos tecidos urbanos que contribuem para a especulação imobiliária ou por direcionar o crescimento das cidades. O Estado deveria mediar os conflitos entre as classes sociais, contudo, ao contrário de ter atuação neutra, "sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daqueles segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder" (CORRÊA, 1989, p. 26).

Os proprietários dos meios de produção necessitam de grandes espaços para a implantação de suas empresas. Os terrenos devem

ser servidos de infraestrutura básica a fim de que a produção possa se realizar e ser comercializada. Para isso, é indispensável a proximidade com estradas, ferrovias e portos, geralmente produzidos pelo Estado. A especulação imobiliária, em tese, não interessa aos proprietários dos meios de produção, já que eles necessitam de terrenos amplos e baratos para a instalação de suas plantas fabris. O aumento do preço da terra pode resultar no aumento dos custos de vida de seus funcionários e gerar reivindicações pelo aumento salarial.

Os proprietários fundiários que importam à produção do espaço urbano são aqueles que possuem imóveis rurais próximos ao perímetro urbano e usam suas terras como reserva de valor na espera de que possam ser loteadas para fins urbanos. Muitas vezes esses proprietários pressionam o Estado para redefinir o tamanho do município, a fim de incorporar suas propriedades, e pressionam pela instalação de equipamentos urbanos (investimentos públicos), o que valoriza os terrenos (lucro privado). A localização periférica pode ser utilizada de modo positivo pelas campanhas de marketing ao ressaltar o ar puro, a proximidade com os remanescentes florestais, a proximidade com recursos hídricos, entre outros. Os promotores imobiliários compreendem os construtores, os financiadores e os corretores imobiliários e produzem moradias com a finalidade de obter o lucro. Por isso, dão preferência a atender as demandas das classes altas e médias. É comum que os promotores imobiliários obtenham ajuda ou acordos com o Estado para produzir, de forma rentável, imóveis para as classes mais populares. Esse tipo de habitação prioriza o baixo custo em detrimento da qualidade construtiva.

A produção do espaço urbano é complexa, e entendê-la a partir desses cinco agentes modeladores é uma opção analítica para as pesquisas urbanas que não deve necessariamente ser a regra no momento em que essa escolha metodológica não responde às necessidades da pesquisa.

#### A cidade e a justiça social

David Harvey, um dos principais geógrafos da atualidade, buscou elaborar "uma teoria da relação sociedade-espaço embasada nos preceitos da teoria social de Marx" (MORAES, 2005, p. 9). Harvey (2005, p. 11) ressalta que esse desafio foi assumido durante a Guerra

Fria, momento em que os excessos do stalinismo na União Soviética "tornavam extremamente difícil [...]considerar os escritos de Marx como matéria-prima séria para moldar entendimentos e modos novos de ação política". O autor fez essa opção metodológica instigado pelo fato de o marxismo ter ainda um grande apelo entre os que lutavam pelos direitos civis e entre aqueles que lutavam pela descolonização na África, Ásia e América Latina. Assim, D. Harvey justifica sua proposta pela necessidade de "verificar se uma leitura de Marx poderia ajudar a estabelecer uma teoria crítica da sociedade. para abarcar e interpretar os conflitos sociais [...]"(HARVEY, 2005, p. 12). Por isso, ele ressalva que optou por tratar a obra de Marx como "propostas experimentais e ideias inacabadas" que precisariam ser desenvolvidas e consolidadas (HARVEY, 2005, p. 13). Por meio desse método de análise do espaço geográfico e da realidade social, Harvey pretendia investigar a produção desigual do espaço a fim de superá-la e construir uma sociedade mais justa, mais equitativa e mais ecologicamente sadia e aberta" do que aquela até então testemunhada (HARVEY, 2005, p. 14).



Muitos textos da Geografia Crítica fazem referências à luta de classes e à dominação da classe opressora sobre a classe oprimida. As instituições, normas, regras morais e até mesmo os gostos e hábitos são impostos aos indivíduos pelos meios de comunicação, criadores de modas e difusores de crédito. Como consequência, produzem um consumo alienado e uma sociedade cuja maior parte não é capaz de analisar criticamente sua própria condição. Reflita: em que medida essa visão tira ou coloca nas mãos dos cidadãos a possibilidade de mudança?

Em A justiça social e a cidade, Harvey critica os estudos urbanos voltados para a definição de padrões ótimos de localização a fim de garantir a máxima eficácia. Isso porque, para o autor, esse tipo de pesquisa omite os custos sociais, que em longo prazo se tornarão fonte de ineficiência. Por isso, ele propõe uma teoria de localização espacial que esteja fundamentada na justiça social. Por justiça social, entende-se "princípios (ou série de princípios) para resolver problemas conflitivos" por meio da "divisão dos benefícios e

da alocação dos danos surgidos no processo do empreendimento conjunto do trabalho" (HARVEY, 1980, p. 82).



Uma tese bastante atual desenvolvida com base no conceito marxista de modo de produção e no conceito de acumulação por despossessão, proposto por Harvey (2004), foi elaborada por Cordeiro (2016). O autor investigou como a valorização turística do arquipélago de Fernando de Noronha (PE) passou a atrair empresários interessados em investir e lucrar com o setor hoteleiro. A acumulação por despossessão é uma faceta do sistema capitalista em que ocorre a tomada de bens alheios. Como as possibilidades econômicas na ilha são restritas, os empresários têm se associado ou arrendado as moradias de ilhéus para ofertá-las ao turismo e sustentar a expansão do capital. A acumulação por despossessão é, portanto, uma forma de espoliação dos habitantes da ilha, frente às poucas oportunidades de trabalho e geração de renda para os habitantes.

#### Sem medo de errar

Kátia, a geógrafa da prefeitura, está trabalhando com uma equipe na revisão do plano diretor do município e foi estimulada a utilizar os fundamentos da corrente da Geografia Crítica nesse trabalho.

Uma importante contribuição dessa corrente é o entendimento de que o espaço urbano é, ao mesmo tempo, produtordas práticas sociais e produzido por elas, isto é, pelo conjunto de ações desempenhadas pela sociedade. Isso implica reconhecer que o espaço urbano não é um receptáculo inerte ou um espaço matemático e, embora o planejamento urbano objetive racionalizar o uso e o crescimento das cidades, ele não consegue enquadrar completamente a dinâmica urbana, que em muitos aspectos não pode ser prevista ou controlada. A corrente da Geografia Crítica também evidenciou, em tom de denúncia, que o planejamento urbano não é algo neutro e convidou os planejadores, políticos e pesquisadores a tomarem consciência das consequências, benefícios e contradições das normas e decisões que são impostas ao espaço urbano e aos cidadãos.

Um aspecto da corrente crítica da Geografia Urbana que não só pode como deve ser recuperado em qualquer atividade de planeiamento urbano é opção por tornar as cidades mais acessíveis e democráticas para os cidadãos de todos os níveis socioeconômicos. Isso implica possibilitar condições de acesso a equipamentos de saúde, lazer, cultura, educação pública, saneamento e energia elétrica a todos os estratos sociais, seja pela adequada distribuição dessas infraestruturas pelo espaço urbano, seja pela oferta de transporte públicos (projeto de mobilidade urbana) que tornem essas infraestruturas acessíveis. Os conflitos no espaço urbano podem ser amenizados por meio do planejamento urbano quando este é proposto para reduzir as desigualdades e a exclusão social. Nesse sentido, o investimento em bairros mais carentes pode ser outra importante estratégia. Mais uma é a abertura para o diálogo com a sociedade para a identificação das demandas que estão postas e muitas vezes são desconhecidas pelo poder público, tema que abordaremos em momentos a posteriori.

#### Faça valer a pena

**1.** O trecho a seguir faz referência a uma produção intelectual fundamental para a Geografia Urbana:

A teoria unitária do espaço (física, mental e social) é construída a partir da conhecida tese de que o espaço é um produto social. [O espaço] não surge, então, como mero feito de natureza modificada, nem como resultado de uma cultura, mas do produto de uma segunda natureza (a sociedade urbana), e como produto não se refere a um simples objeto ou coisa, mas a um conjunto de relações. (GUTIÉRREZ, 2013, p. 47, tradução nossa)

Apesar de presente na obra de diversos geógrafos, o pensamento apresentado no texto é pioneiramente atribuído a:

- a) Milton Santos.
- b) Henri Lefebyre.
- c) David Harvey.
- d) Doreen Massey.
- e) Alexander von Humboldt.

#### 2. Leia o trecho a seguir:

Por mais simples que seja o exame das características relativas à distribuição da população segundo seus diversos estratos e à repartição dos serviços públicos, dos tipos de comércio, dos preços e das amenidades, pode-se inferir a existência de uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda. (SANTOS, 2002, p. 83)

Com base nas ideias centrais do trecho, julgue a seguir as assertivas em verdadeiro (V) ou falso (F):

- ( ) O espaço urbano é ocupado pela sociedade em função das leis de mercado, mas também pelas decisões de ordem pública, que incluem o planejamento e as políticas de renovação urbanas.
- ( ) Se ser cidadão é também ter acesso aos serviços públicos, pode-se falar em ser mais ou menos cidadão em função do lugar em que se encontra no espaço da cidade.
- ( ) A implementação de serviços públicos valoriza os locais, eleva o preço do solo e motiva a migração dos mais pobres para regiões com terrenos mais baratos.
- ( ) Indivíduos com capacidades físicas, econômicas e culturais semelhantes são dotados de possibilidades iguais, independentemente do ponto do espaço em que se localizam.

Assinale a seguir a alternativa que apresenta a sequência de verdadeiros (V) e falsos (F) correta:

- a) V, V, V, F.
- b) V. V. F. V.
- c) V. F. V. F.
- d) F, V, F, V.
- e) F, F, F, F.
- **3.** A dimensão espacial foi, durante muito tempo, ignorada na teoria da acumulação de Marx, em detrimento da história e do tempo. Contudo, nos anos 1970, os geógrafos se empenharam em aplicar o marxismo na teoria espacial. O método dialético foi utilizado para se pensar a luta de classes e a segregação espacial; a acumulação de capital e a divisão territorial do trabalho; a produção do espaço e a reprodução social. Sobre esse assunto, relacione as colunas a seguir:

- A Modo de produção capitalista
- B Divisão territorial do trabalho
- C Repartição espacial das classes sociais
- I. Resulta da combinação de fatores relacionados ao mercado com as decisões de ordem pública, até mesmodo planejamento urbano.
- II. Produz o espaço urbano e impõe determinada configuração ao urbano para que este permita a valorização do capital.
- III. Decorre da profunda aglomeração dos meios de produção no espaço urbano articulada ao processo produtivo geral.

Associe as colunas corretamente. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, tal associação:

- a) I.A, II.B, III.C.
- b) II.B, III.A, I.C.
- c) I.B, III.C, II.A.
- d) I.C, II.A, III.B.
- e) III.C, II.B, I.A.

# Seção 1.3

## O espaço urbano e o processo de urbanização

#### Diálogo aberto

A Secretaria de Urbanismo observou as contribuições de Kátia durante as discussões sobre a revisão do plano diretor. A funcionária soube equilibrar as questões práticas, tais como a necessidade de conhecer a densidade populacional dos bairros, com as questões de cunho subjetivo a respeito da qualidade de vida da cidade. Em função do desempenho de Kátia e com a aposentadoria do chefe do Departamento de Cartografia, a Secretaria optou por promovêla ao cargo. Como Kátia já possuía cerca de 10 anos de experiência no departamento, chegou à nova posição com muitas ideias de mudanças e inovações. Por exemplo, a prefeitura possuía como base cartográfica do município uma planta baixa digital elaborada com o software AutoCad ou similar.

Frente às novas geotecnologias, pense em estratégias que Kátia poderia propor para a modernização do mapeamento do município. Sugira ferramentas e resultados esperados com a adoção dessas estratégias. Lembre-se de que a "base cartográfica" disponível no município é produzida como um desenho, isto é, possui escala, porém não está georreferenciada.

#### Não pode faltar

#### O consumo na cidade e o consumo da cidade



Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua valorização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independente de sua própria condição. (SANTOS, 2002, p. 81)

Essa citação de Milton Santos, retirada do livro *O espaço do cidadão*, publicado pela primeira vez em 1987, é representativa

da discussão que se inicia nesta seção e continua na próxima: "o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana" (SANTOS, 2002, p. 83).

Estudaremos na sequência, que a cidade surgiuna história da humanidade como local de consumo. O excedente produzido na agricultura permitiu a existência da cidade, e, portanto, a origem da cidade está necessariamente ligada ao consumo e à troca de mercadorias diversas. De local de consumo de mercadorias, a cidade se torna, ainda no capitalismo mercantil do Estado moderno, uma mercadoria como qualquer outra, na medida em que o solo urbano passou a ser comprado e vendido. Assistimos gradualmente à ampliação da atividade de consumo na cidade e a expansão do consumo da cidade. Como afirma Lefebvre (2008, p. 130), a cidade capitalista tem duplo caráter: "lugar de consumo e consumo de lugar".

O consumo da cidade não está restrito ao poder de compra do solo urbano, mas se estende ao acesso aos serviços e bens públicos.

Como reforça Santos (2002), os indivíduos estão distribuídos nas cidades segundo suas classes sociais e poder aquisitivo. Isso significa que o acesso aos serviços depende de sua posição socioeconômica e de sua localização geográfica. Para reduzir as desigualdades resultantes desse modelo, a autor propõe ser necessário que o modelo econômico esteja subordinado ao modelo cívico, e não o contrário. O modelo cívico se sustenta em uma componente cultural, definida por um conjunto mínimo que componha "um modelo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e de suas regras de convivência" (SANTOS, 2002, p. 5). Também se sustenta em uma componente territorial, que supõe a gestão adequada do espaço urbano a fim de garantir que "a distribuição geral dos bens e serviços seja assegurada e esteja disponível a todos" (SANTOS, 2002, p. 5).

#### Segregação e fragmentação socioespacial

De acordo com Corrêa (2001), a segregação é, juntamente com a centralização, descentralização, coesão, invasão-sucessão e a inércia, processos espaciais verificados nas cidades. Tal processo, facilmente identificado nas paisagens urbanas de grandes cidades brasileiras (Figura 1.1) é antigo. Como apontaRolnik (1995, p. 47), a segregação espacial "começa a

ficar mais evidente à medida que avança a mercantilização da sociedade e se organiza o Estado Moderno".

Figura 1.1 | Paisagem paulistana, contraste entre a favela de Paraisópolis e os edifícios do bairro Morumbi



Fonte: <a href="https://www.shutterstock.com/image-photo/social-inequality-icon-paulo-brazils-biggest-654727156">https://www.shutterstock.com/image-photo/social-inequality-icon-paulo-brazils-biggest-654727156</a>. Acesso em: 28 maio 2018.

Dessa forma, a segregação espacial é um processo típico da economia de mercado capitalista e tem sua origem no momento em que o espaço urbano se torna uma mercadoria e, como qualquer outra, pode ser comprado e vendido. Assim, para Santos (2002, p. 75), "a propriedade da casa ou do terreno é a propriedade de uma mercadoria dentro de uma sociedade mercantil".

Esse processo de compra e venda possibilita a separação das classes sociais no espaço urbano, em função da capacidade dos diferentes grupos de pagarem por suas residências, "com exceção de alguns bolsões atípicos" (SANTOS, 2002, p. 83). O processo de segregação espacial refere-se, sobretudo, ao setor habitacional. Nesse sentido, "a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista" (CORRÊA, 2001, p. 132).

De acordo com Santos (2002), a segregação socioespacial poderia ser vista como um produto das relações do mercado,

isto é, da lei da oferta e da procura e da valorização dos melhores lotes urbanos, ou seja, aqueles localizados em condições físicas adequadas (topografia pouco inclinada, não suscetível a enchentes, para citar alguns exemplos), próximos a amenidades (tais como áreas verdes) ou com acesso à infraestrutura urbana (rede de saneamento, de transporte, iluminação, asfaltamento, entre outros). Contudo, o autor aponta que "o jogo dos fatores do mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo o planejamento, as operações de renovação urbana e de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação subnormal" (SANTOS, 2002, p. 84), que são produzidas pelas populações de baixa renda como uma solução espontânea à falta de acesso às habitações ditas normais. Da mesma forma, o Estado, ao construir os conjuntos habitacionais como solução oficial para a falta de acesso a moradias, também pode contribuir para amplificar a segregação quando seleciona terrenos inadequados ou distantes da malha urbana consolidada e dos serviços públicos disponíveis para os cidadãos.

## Pesquise mais

O texto A segregação como fundamento da crise urbana, da professora Ana Fani Carlos é marco das discussões sobre segregação socioespacial para a realidade das cidades brasileiras. Nele a professora apresenta uma abordagem que discute a segregação a partir de seu significado para as cidades, refletindo acerca das consequências da segregação e suas manifestações em crises urbanas, tais como a ecológica ou a social.

CARLOS, A. F. A. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira II.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 47-56.

Caldeira (1997) aponta que as formas de segregação socioespacial sofreram modificações ao longo do século XX, nas grandes cidades brasileiras. A autora se apoia no exemplo da cidade de São Paulo, na qual, no início do século XX, observávamos os grupos sociais vivendo próximos, mas em tipo de habitações distintas: casas espaçosas e cortiços insalubres. Entre a década de 1940 e 1980, houve uma separação entre centro e periferia, esta

última ocupada pelas classes menos favorecidas, e aquele ocupado pelas classes médias e altas. Já nos anos 1990, a segregação socioespacial ganhou novos formatos com a migração das classes altas para os condomínios fechados nas áreas periféricas das cidades e, assim, "as distâncias entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo em que os vários mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e complexos" (CALDEIRA, 1997, p. 156).



De acordo com o dicionário Michaelis (2018), o termo segregação significa "Ato ou efeito de segregar ou segregar-se; afastamento, separação". A segregação não é um fenômeno novo nas cidades, pois desde as antigas cidades gregas e romanas já existiam formas de segregar o espaço definidas com base em divisões de ordem social ou política. Contudo, a partir da criação dos Estados modernos e, mais especificamente, da Revolução Industrial, a segregação espacial nas cidades passou a ser majoritariamente determinada pela classe econômica ou etnia. A **segregação socioespacial** pode ser definida como a repartição da população no espaço urbano, que depende fundamentalmente do poder aquisitivo de cada classe social.

#### O estudo sobre o urbano na era digital

Ferreira (2006) ressalta que o desenvolvimento das geotecnologias resultou de um fator interno à Geografia: o desenvolvimento do pensamento da escola espacial. Mas também de um fator externo à Geografia: a revolução nas tecnologias de informação e comunicação. Para o autor, um dos mais proeminentes ganhos da reunião desses dois fatores foi a valorização da informação espacial. Não é porque as geotecnologias resultaram do desenvolvimento da escola espacial que esse instrumental não possa ser utilizado em pesquisas urbanas fundamentadas pela Geografia Crítica. As geotecnologias podem ser utilizadas para mascarar ou denunciar as desigualdades, as contradições e as segregações socioespaciais. Além disso, as geotecnologias também podem ser empregadas em estudos que visem descobrir meios para ampliar a qualidade de vida nos centros urbanos.

As geotecnologias consistem em um conjunto de técnicas, conhecimentos, ferramentas e bases de dados que servem à

coleta, à análise e ao armazenamento de dados e informações espaciais. Estão associadas às geotecnologias: os Sistemas de Informação Geográficas (SIG), as imagens de satélite e fotografias aéreas, a topografia e geodesia, etc.

Os estudos em Geografia Urbana podem focar a elaboração de produtos cartográficos ou se apoiar em tais documentos para fundamentar suas análises. O importante é que a Geografia Urbana imprescinde de dados e informações especializadas das áreas investigadas. Porque as cidades e seu espaço urbano são o suporte e o resultado das relações sociais, e o desenvolvimento de novas tecnologias compreendem novos modos de uso, de produção e de controle do espaço urbano,mas também contribuem para novas formas de investigação sobre a cidade.

As geotecnologias podem ser utilizadas em uma infinidade de estudos sobre o espaço urbano, e sua principal contribuição é a possibilidade de análises espaciais. Isso representa a capacidade de superar os mapas estáticos que apenas apresentavam uma localização. Assim, as geotecnologias podem ser instrumento para auxiliar a explicação de fenômenos urbanos e a identificação de suas causas. É nesse sentido que Almeida, Câmara e Monteiro acreditam que as geotecnologias servem para representar a exclusão social em uma cidade, mas deve também mostrar as "tendências do padrão de manifestação da exclusão social de forma contínua no espaço" (2007, p. 12). Da mesma forma, é interessante que um produto cartográfico mapeie o uso do solo urbano. Mas é desejável que ele permita identificar processos de expansão urbana e simular cenários futuros se as variáveis se mantiverem constantes. Outros exemplos de uso das geotecnologias como suporte para o estudo do espaco são: o mapeamento do grau de impermeabilização do solo urbano, que pode ser utilizado para a orientação de políticas públicas voltadas a prevenção de enchentes ou reflorestamento; e a identificação de inclusão e exclusão social para construção de indicadores espaciais de segregação urbana.



As geotecnologias permitem criar modelos virtuais do mundo real, reunindo diversas variáveis em diferentes planos de informação. Um

dos empregos possíveis das geotecnologias é no mapeamento de ocorrências de crimes. O georreferenciamento de ocorrências de delitos tem servido à segurança pública e é utilizado por policiais e pela sociedade civil. Um desses programas é o aplicativo *Onde fui roubado*, disponível para ser baixado em celulares.

Reflita sobre em que medida um produto como esse é útil para a vida nas cidades. Ele é suficiente? Como ele pode se desdobrar em outros estudos e ações? Seria interessante cruzar essas informações com outras variáveis para gerar a maior compressão sobre localização no espaço e no tempo?

#### Geotecnologias e o suporte ao planejamento municipal

O Estado não é o único agente a produzir o espaço urbano, conforme estudamos anteriormente. Ainda assim, para planejar e gerir o espaço urbano, o poder público necessita de informações espaciais precisas e constantemente atualizadas. Lamentavelmente, a falta de informações sistematizadas sobre a configuração territorial continua comum nos municípios brasileiros e constitui "obstáculo para uma política fiscal e para o planejamento urbano adequado" (DUTRA, 2005, p. 11).

A implementação de geotecnologias nos departamentos e secretarias municipais é, portanto, uma questão técnica: esse instrumental é necessário para a constituição de bases de dados espaciais mais precisas e confiáveis. Mas também é uma questão política, primeiro porque a implementação de geotecnologias se depara com as agendas e prioridades dos governos municipais ou metropolitanos. E segundo porque os produtos que são gerados com esse instrumental resultam de escolhas e podem revelar ou ocultar informações (MATIAS, 2001).

As geotecnologias, em especial os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), permitem a integração de diversas bases de dados de diferentes setores do município em plano de informação, o que possibilita o cruzamento dos processos de ordem ambiental e socioeconômica. Assim, quando empregadas como instrumento de gestão e de planejamento do espaço urbano, as geotecnologias permitem que os gestores tenham "uma visão especializada dos dados sobre o território, além de possibilitar a realização de análises

espaciais e simulações sobre uma série de temas que compõem o quadro do desenvolvimento urbano" (TREVISAN, 2009, p. 31).

É importante salientar, entretanto, que as geotecnologias auxiliam os trabalhos de representar e compreender o espaço urbano, mas não devem ser confundidas com o planejamento urbano: são um complemento ao conhecimento dos profissionais que se dedicam a pensar o urbano.

As geotecnologias são utilizadas para a elaboração de bases cartográficas e plantas cadastrais que serão utilizadas no cálculo de taxas e impostos, tais como o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), definido com base no zoneamento e na área do imóvel. As bases cartográficas constituem a base para o sistema de informações territoriais.

Assim, setores ou atividades da administração municipal que podem se beneficiar do uso de geotecnologias são: a manutenção e o monitoramento de redes e serviços de infraestrutura, tais como a rede de saneamento básico; o gerenciamento de resíduos sólidos; o zoneamento urbano; as atividades de fiscalização do ambiente construído; a gestão dos recursos naturais e a avaliação ambiental; a consulta e a emissão de licenças; as análises demográficas; a alocação de serviços municipais, tais como a rede de saúde e de educação; o planejamento da circulação e do transporte público; entre outros



Existem prefeituras que investiram na implementação e no uso de geotecnologias para facilitar a gestão e o planejamento de seus municípios. Algumas foram além e criaram sistemas públicos para consultas de informações territoriais, como é o caso da prefeitura de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Vale a pena consultar o site do Geoprocessamento Corporativo, onde é possível pesquisar bairros, logradouros, unidades de conservação, zonas de especial interesse social, entre outras variáveis especializadas.

FLORIANÓPOLIS (Município). Geoprocessamento corporativo. Disponível em: <a href="http://geo.pmf.sc.gov.br/">http://geo.pmf.sc.gov.br/</a>. Acesso em: 28 maio 2018.

#### Sem medo de errar

Kátia, a geógrafa da prefeitura, foi promovida ao posto de chefe do departamento. Como vimos, o município possui apenas uma base cartográfica elaborada com escala, mas não georreferenciada. Não temos informações sobre a sua escala e nível de precisão. Como chefe do departamento, Kátia agora tem mais liberdade para propor mudanças ou apoiar aquelas que incluam o uso de geotecnologias para a elaboração de produtos cartográficos sobre o espaço urbano e que possam até mesmo fundamentar estudos, cujos resultados não sejam mapas estáticos, mas envolvam também análises espaciais e simulações futuras. Embora existam muitos produtos disponíveis gratuitamente na internet – tais como as imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, ou SIGs com código aberto -,a elaboração de bases cartográficas para serem utilizadas pelos órgãos públicos necessitam de produtos com alto nível de acurácia e nível de detalhamento. Seria interessante que a prefeitura tivesse a fotografia aérea em escala 1:1000 ou maior do município, ou imagens de satélite com resolução inferior a 40 cm, para elaborar uma base cartográfica precisa. Além disso, é importante o uso de um SIG para reunir as informações do banco de dados e arquivos de imagens e permitir as análises espaciais e as simulações.

Esses produtos não são rápidos e nem baratos de serem elaborados/adquiridos. Existem empresas especializadas produção de bases cartográficas e cadastrais, e elas oferecem todos esses produtos em um SIG a fim de reunir informações espaciais e banco de dados alfanuméricos. Como a equipe de prefeituras é reduzida, a contratação de uma empresa que ofereça os serviços poderia ser uma alternativa. Kátia entende que esses produtos representam um alto investimento para o município e precisa argumentar sobre as vantagens de sua implementação. Ela sabe também que a atualização do cadastro imobiliário servirá para a revisão da cobrança do IPTU, pois muitas residências foram construídas ou ampliadas, e isso não foi informado à prefeitura. Assim, um argumento que ela pode utilizar a favor da aquisição de geotecnologias de alta precisão é a atualização da planta cadastral do município, que poderá gerar aumento da arrecadação de impostos. O interessante é que esses produtos servissem a um cadastro multifinalitário, isto é, que fosse útil às diversas secretarias e departamentos.

## Faça valer a pena

1. O espaço geográfico, visto enquanto objetivação geográfica do
estudo da cidade, apresenta, simultaneamente, várias características
que interessam ao geógrafo. É fragmentado e, reflexo e
, campo simbólico e de lutas. O espaço urbano pode ser
assim submetido a diferentes análises pelos geógrafos, cada uma delas
privilegiando uma das características acima apontadas, sem, contudo,
excluir as demais. Evidencia-se a de abordagens com que c
espaço urbano pode ser considerado. (CORRÊA, 2001, p. 145)

Assinale a alternativa cujas palavras completa respectivamente o sentido do texto:

- a) vinculado, produto, divergência.
- b) estruturado, determinante, variedade.
- c) disperso, condicionante, restrição.
- d) articulado, condição social, riqueza.
- e) segregado, amalgama, variedade.

## 2. Observe a imagem:

Figura | Fotografia da cidade do Rio de Janeiro:



Fonte: <a href="https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/38/Rocinha\_Favela\_Brazil\_Slums.jpg/640px-Rocinha\_Favela\_Brazil\_Slums.jpg">https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/38/Rocinha\_Favela\_Brazil\_Slums.jpg/640px-Rocinha\_Favela\_Brazil\_Slums.jpg</a>. Acesso em: 28 maio 2018.

Agora, leia as seguintes assertivas:

- I Expressão dos processos sociais, as cidades apresentam as características de sociedades estratificadas.
- II A segregação socioespacial é um fenômeno verificado em todas as regiões do país, mas é intrínsecaao espaço urbano e está relacionadaao setor residencial.
- III A partir dos anos 1990, as distâncias físicas entre os pobres e os ricos aumentaram nas grandes cidades brasileiras, e os mecanismos para separá-los se tornaram menos óbvios.

Assinale a seguir a alternativa que apresenta apenas a(s) assertiva(s) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

#### 3.

Mas Milton Santos não se limitou numa visão estática da realidade, tal como a realizam os GIS de hoje. A noção complementar de "sistemas de ações" aponta para a necessidade de capturarmos (explicitamente) os fatores de mudança: Como estão evoluindo os indicadores sociais em nossas cidades? Quais as novas articulações de poder que condicionam os diferenciais intraurbanos? O que vem acontecendo em São Paulo em função da internacionalização da economia brasileira nos últimos 10 anos? (CÂMARA, [s.d.], p.2)

Com base no texto e em seus conhecimentos, analise a relação e a veracidade das duas afirmações que seguem:

As geotecnologias, isto é, o conjunto de técnicas e conhecimentos voltados para o tratamento e a análise da informação espacial, auxiliam o processo de tomada de decisões e o planejamento do futuro desejado para as cidades.

#### **PORQUE**

As informações produzidas com base nessas tecnologias são objetivas, confiáveis e neutras, facilitando o mapeamento dos municípios e proporcionando a visão espacializada dos dados sobre as cidades.

Com base no que se leu e nas assertivas, escolha a alternativa correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

# Referências

ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. (Orgs.). **Geoinformação em urbanismo:** cidade real x cidade virtual. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

ANTIPODEFOUNDATION.ORG: A Radical Geography Community. **A Radical Journal of Geography**. Disponível em: <a href="https://antipodefoundation.org/about-the-journal-and-foundation/a-radical-journal-of-geography/">https://antipodefoundation.org/about-the-journal-and-foundation/a-radical-journal-of-geography/</a>. Acesso em: 23 maio 2018.

BECKER, H. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso</a>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP,** n.47, mar. 1997, p. 127-154.

CÂMARA, G. **Geometrias não são Geografia:** o legado de Milton Santos. Disponível em: <a href="http://www.dpi.inpe.br/gilberto/infogeo/infogeo20.pdf">http://www.dpi.inpe.br/gilberto/infogeo/infogeo20.pdf</a>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CAMARGO, J. C. G.; ELESBÃO, I. O problema do método nas Ciências Humanas: o caso da Geografia. **Mercator – Revista de Geografia da UFC,** ano 3, n. 6, 2004. Disponível em: <a href="https://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/120/91">www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/120/91</a>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CARLOS, A. F. A. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira II.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 47-56.

CORDEIRO, I. J. D. e. **O Turismo no processo de (re)produção de espaços insulares pela acumulação por despossessão:** Fernando do Noronha (Pernambuco). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

 Traje	tórias	geog	gráfi	cas.	2.	ed.	Rio	de	Jane	eiro	: Ве	ertr	and	Brasi	l, 200	01.	
 _			~				_			,	_						

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DUTRA, O. Apresentação. In: ERBA, D. A. (Org.). **Cadastro multifinalitáriocomo instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades, 2005.

FERREIRA, M. C. Considerações teórico-metodológicas sobre as origens e a inserção do sistema de informações geográficas na Geografia. In: VITTI, A. C. **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 101-125.

FLORIANÓPOLIS (Município). Geoprocessamento corporativo. Disponível em: <a href="http://geo.pmf.sc.gov.br/">http://geo.pmf.sc.gov.br/</a>. Acesso em: 28 maio 2018.

GOMES, P. C. C. <b>A condição urbana.</b> 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
<b>Geografia e modernidade.</b> 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 366 p
GUTIÉRREZ, E. M. Introducción. In: LEFEBVRE, H. <b>La producción del espacio</b> . Madr GracelAsociados, 2013.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LAMEGO, M. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis**, n. 3, 2014. Disponível em: <a href="http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1015">http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1015</a>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

\_\_\_\_\_. La producción del espacio. Madri: GracelAsociados, 2013.

LOREA, I. M. Prólogo. In: LEFEBVRE, H. La producción del espacio. Madri: GracelAsociados, 2013.

MATIAS, L. F. **Por uma economia política das geotecnologias**: teoria e método para a representação do espaço geográfico. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

MAYER, W. V. Contribuição ao estudo das formas dos municípios paulistas: o caso da Região de Campinas. 1976. 105 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Campinas, SP, 1976.

MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ROLNIK, R. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SEGREGAÇÃO. In: **Dicionário Michaelis.** 2018. Disponível em: <a href="http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/segrega%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 28 maio 2018.

SILVA, W. R. da. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Geografia**, Londrina,v. 12, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <a href="http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6669">http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6669</a>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SOJA, E. **Geografia pós-moderna:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TREVISAN, F. L. **Geoprocessamento na administração municipal:** análise sobre o processo de construção e atualização do cadastro imobiliário urbano nas prefeituras da Região Metropolitana de Campinas, SP. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2009.

UNIVESP TV. **Espaço urbano.** 2012. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=zXKDYukoIGY">https://www.youtube.com/watch?v=zXKDYukoIGY</a>>. Acesso em: 24 maio 2018.

VASCONCELOS, P. A. **Dois séculos de pensamentos sobre a cidade.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2012. 618 p.

# Capitalismo e urbanização mundial

#### Convite ao estudo

Caro aluno, na primeira unidade abordamos como a Geografia alterou seu olhar para o estudo das cidades ao longo do século XX; agora, mudaremos o foco de nossos estudos sobre a cidade, buscando entender como elas se manifestaram a partir de diferentes formas, conteúdos e funções ao longo do processo histórico de evolução da humanidade, e como, há poucos anos, passou a concentrar a maior parte da população mundial. Por isso, apresentamos um panorama sobre as cidades, que vai desde o surgimento dos primeiros aglomerados considerados, de fato, cidades na Mesopotâmia e no Egito até as chamadas cidades globais do século XXI. Essa tarefa é árdua e o desafio é grande, mas vamos, aos poucos, identificando os pontos mais relevantes desse percurso e tornando acessível todo o conteúdo. Importante ressaltarmos que, a história da urbanização aqui apresentada é, na verdade, uma história da urbanização europeia. Isso mostra o quanto a nossa história, cultura e ciência é tributária do velho continente, mas também mostra que o modelo de urbanização europeu foi exportado a partir do século XV para todo o mundo, a fim de que as cidades servissem de suporte para o desenvolvimento capitalista. Contudo, isso não significa que outras iniciativas de constituição de cidades não tenham prosperado. Vale pesquisarmos sobre as cidades que surgiram a partir do século II a.C. onde hoje se encontra a Índia, a China e ilhas próximas. Vale também pesquisarmos a respeito das cidades pré-colombianas no continente americano. Os maias, incas e astecas viveram em grandes comunidades com tracos urbanos, apesar de não possuírem a escrita.

Pensando em uma perspectiva histórica, as cidades estão em constante processo de transformação porque elas são resultado do trabalho da sociedade combinado com as condições físicas do meio. Se a sociedade muda, mudam também as cidades, por mais que elas sejam constituídas de fixos que lhes dão sua configuração espacial. Porque conhecemos a configuração de cidades de tempos passados podemos ter certeza de sua dinâmica e evolução. Existem cidades pretéritas que estão razoavelmente conservadas tais como foram criadas e há cidades pretéritas das quais só encontramos vestígios. A renovação do tecido urbano e a construção de "cidades sobre cidades" é um processo responsável pelo desaparecimento de muitas delas. Diversos sítios urbanos antigos ainda bem conservados passaram por períodos de crise e foram abandonados pelos seus habitantes. Em alguns casos, a falta da capital e de novos investimentos é o principal elemento de preservação de uma estrutura urbana. Kátia, a funcionária do departamento de cartografia da prefeitura, compreende a essência dinâmica das cidades e está ciente de que o planejamento urbano deve estar voltado para orientar esse dinamismo de forma a garantir mais harmonia e qualidade de vida para os habitantes.

# Seção 2.1

#### A cidade na história da humanidade

## Diálogo aberto

A cidade em que Kátia habita e à qual ela dedica suas reflexões possui um centro histórico bem preservado. Essa preservação não pode ser considerada resultado de políticas patrimoniais bemsucedidas. Não. A cidade passou por um grande desenvolvimento econômico no século XIX em função da descoberta de jazidas de diamantes em suas proximidades. As lavras atraíram novos moradores e investidores. Nos 50 anos em que a atividade de extração prosperou, o centro histórico foi o núcleo urbano que deu suporte à ela e foi alimentado por ela, mas com o declínio das atividades nas minas, foram surgindo novas centralidades economicamente dinâmicas e distantes do centro histórico. Com o processo de urbanização em ritmo acelerado, em poucas décadas, a malha urbana das novas centralidades encontrou o antigo centro.

O centro histórico pertence a outro tempo e foi construído em função de necessidades que já não fazem sentido ou que estão ultrapassadas. O centro histórico não é mais o centro econômico do município, mas mantém atividades comerciais e residenciais. Em função de suas características, o centro histórico é um espaço muito diferente do restante município; hoje é pouco aproveitado apesar de sua localização privilegiada na cidade. O que Kátia, como funcionária da Secretaria de Urbanismo e Cartografia, poderia propor à prefeitura para melhor aproveitar e integrar centro e município?

## Não pode faltar

# A sedentarização da humanidade e a formação das primeiras cidades

A sedentarização da humanidade, isso é, a fixação dos humanos em assentamentos não produziu diretamente as cidades, mas foi a condição para seu surgimento. Como aponta Singer (1998, p. 8-9), "uma comunidade de agricultores, por mais densamente

aglomerados que vivam seus habitantes e por maior que seja (de fato, ela não pode ser muito grande, devido ao caráter extensivo das atividades primárias), não pode ser considerada uma cidade". Vamos detalhar melhor essa ideia.

Os primeiros assentamentos humanos permanentes surgiram antes da Revolução Agrícola em áreas próximas a rios e mares, ricas em aves, peixes e frutos do mar (HARARI, 2015). Contudo, tais assentamentos representavam antes a exceção do que a regra, pois a maior parte dos grupos humanos ainda eram nômades e viviam da coleta e caça de alimentos.

A Revolução Agrícola, também chamada de Revolução Neolítica, teve início a cerca de 12-10 mil anos atrás em diversas partes do mundo, de forma independente, e permitiu que maior número de grupos humanos se tornasse sedentário. De acordo com a documentação atual, acredita-se que tenha ocorrido inicialmente na região do Crescente Fértil, toda faixa de terra que abrange desde o vale do rio Nilo até os vales dos rios Tigre e Eufrates, na antiga Mesopotâmia. A Revolução Agrícola consistiu em um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitiu ao ser humano produzir seu próprio alimento, por meio do cultivo de plantas e da criação de animais. Posteriormente, a irrigação dos campos de cultivo e o uso de carros puxados por animais permitiram ampliação das colheitas.

Benevolo (2009) aponta que algumas aldeias se transformaram em cidades no Oriente Próximo, há cerca de 5 mil anos. Contudo o autor alerta que a cidade não consiste em uma aldeia que cresce, pois, a existência da cidade implica a divisão do trabalho entre campo e cidade, sendo que a cidade é a sede do poder e da classe dominante.

Singer (1998) ressalta que o campo é o local em que ocorre a atividade primária por excelência, isso é, onde o ser humano extrai da natureza as substâncias que satisfazem as suas necessidades. Nesse sentido, o campo carrega inicialmente a ideia da autossuficiência, pois pode existir sem a cidade, além de a preceder na história da humanidade. Segundo o autor, a cidade só pôde surgir quando "o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência" e possa transferir o excedente para as cidades (SINGER, 1998, p. 9).



A produção excedente de alimentos no campo foi condição necessária, mas não suficiente para o surgimento das cidades. Foi necessário também o fluxo constante de alimentos do campo para a cidade para garantir sua manutenção, seu crescimento e o surgimento de uma classe dominante, livre da obrigação de produzir diretamente da terra para seu sustento. Essa classe se torna dominante por meio da força física ou da força das crenças, ou seja, é formada inicialmente por guerreiros, sacerdotes, juízes e administradores que impõem a continuidade da transferência de produtos do campo para a cidade.

Nesse sentido, o autor aponta que "a constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção" (SINGER, 1998, p. 12). Assim, pode-se dizer que a origem das cidades se confunde com a origem da sociedade de classe. O autor conclui que "a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ela, em poder militar e este em dominação política" (SINGER, 1998, p. 12).

## As cidades antigas na Mesopotâmia e no Egito

A prática da agricultura e o pastoreio possibilitaram a sedentarização dos grupos humanos, e a geração do excedente de alimentos foi a condição para o surgimento das cidades. As cidades conformam uma organização política, social, econômica e religiosa diferente daquela que predominava nos assentamentos rurais, e essa organização diferencia esses dois espaços. Para Rolnik (1995, p. 21-22), "ser habitante da cidade significa participar de alguma forma de vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras de regulamentos". Além disso, alguns autores consideram o uso da escrita também um fato exclusivo relacionado ao urbano.

Os pesquisadores reconstroem a história do processo de urbanização da humanidade com base em registros materiais, isso é, nos fragmentos e ruínas dessas civilizações que ainda podem ser encontrados nesses sítios. Nesse sentido, Rolnik (1995, p. 9) considera que, "além de continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história".

Estima-se que as primeiras aglomerações que realmente podem receber a denominação de cidade tenham se formado no milênio IV a.C., no Oriente Próximo, que compreende a região entre os desertos da África e da Arábia, em especial, as planícies fluviais do rios Tigre, no Egito, dos rios Eufrates e Nilo, na Mesopotâmia, rio Hindus, no Paquistão, e nos rios Amarelo e (Egito), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), Hindus (Paquistão) e rios Amarelo e Azul, na China. A proximidade com os rios se explica em função da oferta de água para a agricultura e para os pastos (BENEVOLO, 2009). Spósito (2014) lembra que, nesse momento, a localização das cidades foi determinada pelas características naturais porque o desenvolvimento tecnológico ainda não permitia a superação dessa imposição.

Na civilização Mesopotâmica e na Egípcia as primeiras cidades tomam forma. Segundo Mumford (1998), os grandes marcos urbanos foram Ur, Nipur, Uruk, Tebas, Heliópolis, Assur, Nívine e Babilônia.

Nas cidades mesopotâmicas, o excedente da produção das terras comuns era destinado aos governantes das cidades, representantes dos deuses locais. Com essa riqueza acumulada, os administradores puderam garantir alimentos para a população, fabricar ou importar utensílios necessários ao trabalho e à guerra, construir infraestruturas, tais como canais de irrigação e até mesmo de transporte, muros e fossos, para a proteção da cidade, e para adoração dos deuses, templos — que se distinguem das casas dos comuns por serem mais elevados, formados pelo santuário e pela torre-observatório, chamada *zigurat*. Destaca-se o fato de Babilônia ter sido cidade planificada por volta de 2 mil a.C e marcada por quadras e ruas retas com medidas padronizadas, o que demonstra, segundo Spósito (2014, p.19), o "nível de complexidade estrutural e funcional que os centros urbanos atingiram na Antiguidade, mesmo antes da formação dos grandes impérios".

No Egito, os assentamentos mais antigos foram destruídos pela dinâmica de cheias do rio Nilo, e embora seja famoso pela Esfinge de Gizé e pelos túmulos dos faraós – as três grandes pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos – O Egito não apresenta os mesmos vestígios que as cidades mesopotâmicas (BENEVOLO, 2009). No Egito o faraó era a própria divindade e responsável pela fertilidade do solo e pelas grandes cheias do Nilo, por isso, o faraó tem domínio sobre as cidades e recebe seus excedentes, que possibilita

os investimentos em obras públicas, templos e tumbas, construídas de pedra, o que garante a conservação do corpo e a continuidade dos benefícios sagrados para a comunidade após a sua morte (BENEVOLO, 2009).

## Pesquise mais

As primeiras cidades apresentam amplo campo de estudo para a Geografia, que perpassam a forma com que o território foi então pensado e organizado por essas civilizações. Para saber mais sobre as cidades mais antigas, leia o artigo "Um olhar sobre o passado" em que o autor traça um interessante panorama geral a respeito das primeiras cidades e complementa os textos aqui apresentados.

Fonte: LIMA, L. C. S. de S. Um olhar sobre o passado: revisando os primeiros assentamentos humanos e as primeiras formas de cidade. **Vitruvius**, maio de 2015. Disponível em: <a href="http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/15.092/5506">http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/15.092/5506</a>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

## As cidades gregas e a dimensão política do urbano

A Grécia Antiga se estende a toda bacia oriental do Mediterrâneo, abrange o sul da península Balcânica, as ilhas do Mar Egeu e o litoral da Ásia Menor. É nessa região que tem origem a *polis*, a cidade-Estado democrática grega. As cidades gregas e a sua forma de organização social tiveram tamanha importância para a evolução da literatura, da ciência e da arte, que, pode-se dizer que a cultura grega é ainda base de nossa tradição intelectual, segundo Benevolo (2009).

É possível identificar nas cidades gregas a divisão de funções que toma por base as diferenças na paisagem natural. Assim, na cidade alta, isso é, nas partes altas das colinas e mais protegidas de invasões, estavam as *acrópoles*, formadas pelos templos dos deuses. Segundo Benevolo (2009), esses templos se sobressaem mais pela qualidade construtiva do que por seu tamanho. Segundo o autor, os templos seguiam modelos simples, simétricos, porém, rigorosos, enquanto os sistemas construtivos complicados eram reservados a edifícios menos importantes.

Na cidade baixa, isso é, na astu, desenvolvia-se o comércio, concentravam-se as residências e ocorriam as relações entre os civis.

É importante lembrarmos que as moradias são todas do mesmo tipo e distribuídas de forma aleatória na cidade, isso é, "não formam bairros reservados a classes ou estirpes diversas" (BENVOLO, 2009, p. 78).

A ágora, assembleia dos cidadãos, era realizada no espaço público, na praca do mercado, na inexistência de local próprio para tal. Essas assembleias constituíam o coração da vida política, e os cidadãos gregos podiam deliberar e ouvir as decisões dos chefes. Rolnik (1995, p. 22) lembra que "de todas as cidades é provavelmente a polis, cidade-Estado grega, a que mais claramente expressa a dimensão política do urbano". Contudo, somente aqueles considerados cidadãos podiam participar da vida política, o que excluía as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Gomes (2010) ressalta que as cidades gregas foram marcadas pela integração dos indivíduos na qualidade de sujeitos de direito, e não em função de uma crença religiosa ou da submissão a um monarca. Essa igualdade resultou na reorganização do espaço da polis com a finalidade de garantir maior isonomia. Assim, foi adotado o formato circular, sendo que no centro estava localizada a ágora, isso é, o espaço público dos encontros e das trocas comerciais.

Gomes (2010) aponta que outra característica das cidades gregas é a ideia de um direito urbano que orientou o desenvolvimento das cidades. A partir do momento em que a cidade é vista como local de uma sociedade civil, "o arranjo espacial passa também a ser matéria de exame e intervenção urbana" (GOMES, 2010, p. 44). Dessa forma, são propostas leis para organizar as construções e o crescimento das cidades sob a justificativa de contribuir para a saúde, segurança e estética. Uma dessas regulações dizia respeito ao tamanho populacional ideal das cidades gregas. Segundo seus pensadores, 10.000 habitantes seria o tamanho populacional ideal, porque essa quantidade permitiria a organização e o desenvolvimento de uma vida civil e o funcionamento das assembleias. Quando o número de pessoas aumenta para além do considerado satisfatório, são formadas novas colônias para acomodar os excedentes (BENEVOLO, 2009).

Embora Atenas seja a mais ilustre das cidades gregas e, nos tempos de Péricles, tenha reunido mais de 40.000 moradores, outras importantes cidades se desenvolveram, tais como Esparta, Siracusa, Agrigento, Tebas, Corinto.

Assista à entrevista da professora Maria Beatriz Borba Florenzano, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE - USP), na qual ela aborda sua pesquisa sobre a cidade grega antiga sob uma nova perspectiva. Nos materiais didáticos e na própria historiografia produzida desde o século XVI e XVII, o caráter político das cidades gregas é sempre enfatizado. As cidades gregas são uma forma de organização social que envolve os aspectos políticos, contudo não se limitou a isso. Reflita sobre a afirmação: a maneira com que olhamos para as sociedades passadas reflete muito mais as preocupações das sociedades pesquisadoras do que as preocupações das sociedades pesquisadas, isso é, nós retornamos ao passado para responder perguntas atuais.

Fonte: AGÊNCIA FAPESP. **Pesquisa ajuda a desfazer equívocos historiográficos sobre as antigas cidades gregas.** 2015. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=PQLpwE6pt9U">https://www.youtube.com/watch?v=PQLpwE6pt9U</a>>. Acesso em: 10 abr. 2018

#### Feudalismo e as cidades medievais

A Idade Média se estende do século V ao XV e tem início com a queda do Império Romano, em 476. Esse período é marcado pela ruptura com a organização política, social e econômica consolidada pelo Império Romano; as cidades romanas são mantidas, mas perdem sua dinâmica, seus habitantes e suas riguezas. Para Benelovo (2009, p. 252) "o efeito mais evidente da crise econômica e política, nos primeiros cinco séculos depois da queda do Império Romano, é a ruina das cidades e a dispersão dos habitantes pelos campos, onde podem extrair da terra seu sustento". Para Spósito (2014), a consequência mais marcante da queda desse Império foi a desarticulação de sua rede urbana, pois sem o governo central, as leis que organizavam o comércio entre as cidades foram anuladas, o que enfraqueceu os laços entre elas. Soma-se a isso, o fim dos esforços para se criar redes de estradas entre as cidades, até então apoiado pelo governo centralizado. Esse ritmo de redução das cidades se intensificou no século VII com a expansão islâmica e a perda de controle sobre o Mediterrâneo, interrompendo as relações comerciais das poucas cidades europeias que ainda resistiam e imprimindo "o caráter agrícola à Europa Ocidental" (SPÓSITO, 2014, p. 27).

Dessa forma, houve a redução e o desaparecimento das cidades e a formação de uma nova forma de organização com base quase que exclusivamente agrícola, estruturada no latifúndio e no trabalho servil. O modo de produção feudal privilegiava as relações internas ao feudo, o que contribuiu para esvaziar o papel econômico e político que as cidades alcançaram na Antiguidade.

Vale lembrar que os feudos tratavam-se de propriedades rurais organizadas em três classes: a nobreza, constituída dos proprietários de terras, que eram responsáveis pela proteção e concentravam o poder político; o clero, responsável pela religião e, em certa medida, pela sustentação da organização servil ao apresentar a terra como dádiva e condenar a usura; e o servos, responsáveis por trabalhar a terra e entregar parte de sua produção à nobreza a título de aluguel pelo seu uso.

Os burgos, ainda que de forma questionável, eram as estruturas medievais que mais se assemelhavam às cidades. Foram erguidas fortificações que objetivavam proteger os habitantes em caso de ataques. Neles, eram reunidos estoques de comidas, mas não eram locais de habitação permanente para a maior parte da população.

A cidade renasce nos burgos, de fato, no século XI, em função da retomada da atividade comercial, do aumento da população e do aumento da produção agrícola devido às inovações, como a difusão dos moinhos e das rotações de culturas. Além disso, a retomada do comércio em cidade marítimas, como Genova e Veneza, dinamizava a economia e estimulava o crescimento de outras cidades.

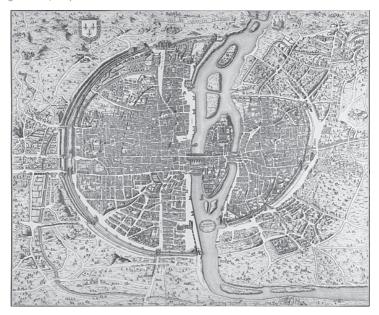
Pouco a pouco, os burgos, as cidades medievais, ficaram pequenos frente ao aumento populacional e às migrações provenientes do campo. Muitos passaram a habitar o seu entorno, os subúrbios, e novos muros foram construídos para a proteção desses cinturões que são criados no entorno do burgo. Benevolo (2009, p.260) aponta que a administração desses burgos, a princípio, ocorre com uma associação privada, mas que com o tempo se torna um poder público, isso é, "um Estado com uma lei própria, superior às prerrogativas das pessoas e dos grupos, embora respeitando os privilégios econômicos". O autor aponta também que os burgos não possuem padrões construtivos formais como a cultura antiga, o que torna difícil descrever de forma geral essas cidades que

"têm todas as formas possível, e se adaptam livremente a todas as circunstâncias históricas e geográficas" (BENEVOLO, 2009, p. 269).

## **Exemplificando**

Diversas cidades europeias importantes de hoje têm origens na Antiguidade ou na Idade Média e conservam, em maior e menor medida, certas características da cidade medieval. Entre muitas outras, são exemplos as cidades de Londres, Milão, Veneza, Florença, Burges, Bolonha, Nuremberg, Siena, Chartres e Paris. Benevolo (2009) ressalta que a estrutura da cidade medieval em Paris, ainda hoje, influencia a cidade contemporânea em três grandes partes: a cité, na Ilha no rio Sena; a ville, na margem direita; e a université, na margem esquerda. A figura a seguir apresenta o mapa da cidade produzido no século XVI bem como destaca essas três divisões e revela o muro que a protegia.





Fonte: <a href="https://goo.gl/Zezcmp">https://goo.gl/Zezcmp</a>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

#### Sem medo de errar

Cidades que possuem centros históricos preservados da ação do tempo e do homem são atualmente entendidos como heranças de tempos pretéritos e documentos que registram o passado das sociedades. Muitos deles são legalmente protegidos como patrimônios culturais e não podem ter suas formas modificadas a fim de que os valores históricos, culturais, educativos, científicos que eles apresentam não sejam perdidos. Muitas vezes essa proteção aos centros históricos é vista como desfavorável ao desenvolvimento econômico, pois muitos imóveis devem ser restaurados e não podem ser modificados para atender a novas funções solicitadas pela economia, que solicita dinamização e formas mais adequadas possíveis a certas funções. Por isso, muitas prefeituras têm trabalhado na revitalização dos centros antigos a fim de preservar a forma das construções e da organização espacial desses locais bem como incentivar novos usos. Assim, a prefeitura pode propor a revitalização do centro e a implantação de infraestrutura pública, tais como escola, posto de saúde, museu, teatro. E pode ainda incentivar a consolidação de uma vida cultural com turismo cultural, bares, restaurantes, mostras culturais, cinemas, festivais de música. teatro, fechamento das ruas em finais de semana para divulgação de trabalhos culturais, criação de feira de orgânicos ou de artesanatos locais, trocas de livros e mercado de pulgas, espaço para palestras, eventos acadêmicos, ações voluntárias com prestação de serviços gratuitos à comunidade. Para citar um exemplo, uma situação comum a muitas cidades europeias: a existência de igrejas não utilizadas. São construções que perderam sua função de servir à religião, mas preservam suas formas e compõem paisagens urbanas seculares. Muitas dessas igrejas são revitalizadas pelo poder público e passam a servir a outras funções, como museus, centros culturais, salões de eventos e, até mesmo, danceterias. Uma ressalva necessária referese aos objetivos e às consequências desses projetos de revitalização que podem aumentar a segregação socioespacial em função da valorização das áreas renovadas. Vale analisar o caso que se tornou emblemático do Pelourinho em Salvador

## Faça valer a pena

#### **1.** Leia o texto a seguir

"A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado". (CARLOS, 2015, p. 57)

Com base no excerto de texto e em seus conhecimentos sobre as cidades, julgue as assertivas a seguir:

- I A diferença entre as cidades constituídas ao longo da história da humanidade é uma simples questão de tamanho populacional.
- II Embora as cidades tenham assumido diferentes papeis ao longo da história, as cidades antigas, medievais e modernas possuem formas semelhantes, com funções diferenciadas.
- III A cidade é uma criação histórica particular, inicia em certo momento da evolução social e pode acabar ou ser drasticamente transformada em outro.

Assinale a seguir a alternativa com a (s) assertiva(s) correta(s)

- a) I.
- b) II
- c) III.
- d) le II.
- e) || e |||

### 2. Leia o texto a seguir:

"O espaço da cidade se divide em três zonas: as áreas privadas ocupadas pelas casas de moradia, as áreas sagradas — os recintos com os templos dos deuses — e as áreas públicas, destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos etc. O Estado, que personifica os interesses gerais da comunidade, administra diretamente as áreas públicas, intervém nas áreas sagradas e nas particulares". (BENEVOLO, 2009, p. 78)

Assinale a alternativa que apresenta o tipo particular de cidade e de organização social ao qual o texto faz referência.

- a) Cidades gregas antigas.
- b) Cidades imperiais romanas.
- c) Cidades mesopotâmicas.
- d) Cidades egípcias.
- e) Cidades astecas.
- **3.** As cidades constituem, a cada momento da história da humanidade, uma forma diferente de organização do espaço, da economia, da sociedade. Sobre as cidades na Idade Média, julgue cada assertiva a seguir como verdadeira ou falsa.
- ( ) De modo geral, a Idade Média foi marcada pelo crescimento (em número e importância) das cidades europeias devido à organização econômica e social empreendida com o feudalismo, que gerou excedente alimentar expressivo.
- ( ) Os burgos, típicas cidades medievais, desenvolveram-se de forma acentuada, estimulados pelas trocas comerciais e pelo florescimento de uma sólida rede de cidades.
- ( ) Embora não tenham que seguir padrões construtivos, tais como as cidades da Antiguidade, as cidades medievais possuem como característica comum os muros e muralhas circundantes para proteção.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta

- a) F, F, F.
- b) F, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.
- e) V, V, F.

# Seção 2.2

## A expansão do capitalismo e a urbanização mundial

## Diálogo aberto

O município em que Kátia mora é economicamente dinâmico e influenciou o surgimento e crescimento de outros em seu entorno. As relações desses municípios estão suficientemente consolidadas a ponto de caracterizar o processo de metropolização, sendo que o município de Kátia é o mais importante e é o município sede dessa região. A consequência mais visível da dinamização econômica além do crescimento do tecido urbano até os limites municipais, o que reduz a zona rural a guase nada – foi o encarecimento do preço do solo urbano e a densificação do município sede, por meio de um processo de verticalização que ocorreu em diversos bairros. O Jardim Olavo Bilac é um bairro predominantemente residencial, habitado pela classe média, formado na década de 1960 e 1970. Trata-se de um bairro horizontal, isto é, formado basicamente por casas residenciais. Contudo, três grandes empreiteiras estão com projetos de construção de condomínios verticais. Para as empresas, o bairro está bem localizado e possui grande potencial para demanda de apartamentos. Por isso, as empresas iniciaram a compra de algumas casas contíguas cujos terrenos depois de "limpos" darão lugar a novos prédios. Entretanto, uma associação de moradores do Jardim Olavo Bilac, contrários ao processo de verticalização, foi formada para solicitar, junto à prefeitura, o embargo e a proibição dos projetos de verticalização do bairro. Frente a isso, ajude os moradores a redigir um manifesto contra as mudanças e exponha argumentos que podem ser utilizados para demonstrar como a qualidade de vida do bairro poderá ser comprometida com esses novos projetos.

### Não pode faltar

#### As cidades renascentistas e barrocas

Conforme estudamos anteriormente, a Baixa Idade Média foi marcada pelo declínio do sistema feudal e pelo ressurgimento da atividade comercial e das cidades. Os burgos eram parte do sistema feudal e, por isso, não podiam ser considerados cidades, no sentido político e econômico. Contudo, a partir do momento em que o comércio voltou a ser praticado e uma classe de comerciantes se consolidou, deu-se gradualmente a mudança no caráter elementar e, então, de feudal, essas aglomerações tornaram-se mercantis. Além da expansão e adensamento das cidades nos burgos, outras foram construídas a partir dos antigos aglomerados romanos e novas cidades foram criadas em locais nunca ocupados (SPÓSITO, 2014).

Carlos (2015) adverte que a cidade não surge da simples transferência das pessoas do campo para os incipientes centros urbanos. Na verdade, a urbanização consiste em um processo mais profundo, que envolve a complexificação da divisão e especialização do trabalho; o surgimento de uma nova classe social, a burguesia; o novo modo de produção, o capitalismo, e a transformação da terra em mercadoria. É com o sistema capitalista que a cidade e a urbanização se tornam fenômenos expressivos e extensos a nível mundial, situação jamais presenciada anteriormente (SPÓSITO, 2014).

É importante ressaltar que o capitalismo surge nas cidades, isto é, as cidades oferecem as condições ideais para o florescimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, passam a ser orientadas pelo capital. Isso significa que, com o tempo, a atividade econômica mercantil passou a ditar o crescimento e a dinâmica das cidades bem como possibilitar o surgimento das cidades-Estados, que, por sua vez, deram origem aos Estados com monarquias absolutistas. Assim, no final do século XVI já havia na Europa um mosaico de Estados polarizados pelas cidades-capitais (ROLNIK, 1995).

Benevolo (2009) ressalta que o renascentismo promoveu diversas transformações nas cidades europeias em função de uma cultura artística que muda tanto a forma de projetar os edifícios como o que se entende por arquitetura, que assume o posto de trabalho intelectual e artístico. Vale apontarmos que essas inovações não se traduzem em grandes transformações nas malhas urbanas já consolidadas das cidades europeias. Benevolo (2009, p. 425) lembra que os governos renascentistas "não têm estabilidade política e os meios financeiros suficientes para realizar programas longos e

comprometidos" e, portanto, "a arquitetura renascentista realiza seu ideal de proporção e de regularidade em alguns edifícios isolados, e não está em condição de fundar ou transformar uma cidade inteira".

Os séculos XVI e XVII são marcados pelo projeto barroco das cidades-capitais. Os programas de obras públicas para as sedes administrativas, que envolvem grande equipe e um trabalho sistematizado, em oposição às iniciativas pessoais e desorganizadas de intervenção urbana que predominavam até então, são os destagues. Outra mudança refere-se à ideia de cidade e à gestão urbana que passaram a ser vistas por meio de métodos objetivos da pesquisa científica moderna. São esses critérios objetivos e científicos que deveriam embasar as transformações empreendidas em grandes cidades, como Paris, Londres, Viena, Turim, Amsterdã, no sentido de tornar a malha urbana simétrica e regular. Para isso, antigas fortificações são derrubadas a fim de que o crescimento da malha seja permitido, ao mesmo tempo em que dá às cidades uma perspectiva aberta; grandes avenidas arborizadas (boulevards) garantem a circulação. Rolnik (1995, p.55) lembra que uma característica distintiva das estratégias de ação do Estado nas cidades capitalistas "é a emergência do plano, intervenção previamente projetada e calculada, cujo desdobramento na história da cidade vai acabar desembocando na prática do planejamento urbano, tal como conhecemos hoje". Segundo a autora, o elemento principal dos planos é a preocupação com a circulação e fluidez da cidade.

### Cidades hispânicas e portuguesas nas colônias americanas

De acordo com Holanda (2014, p. 113), "para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram". Isso porque as cidades materializavam nas colônias o poder dos dominadores por meio dos órgãos locais administrativos, políticos e militares. Esta foi a estratégia utilizada pelos espanhóis em suas colônias americanas: criar núcleos de povoação estáveis e ordenados (HOLANDA, 2014). O poder central da metrópole impôs uma disciplina rígida para a criação de cidades traduzida em uma abundante legislação, já nos primeiros anos de colonização. Rolnik (1995, p.59) nos aponta que na Idade Moderna "uma das primeiras aplicações concretas de planos de cidade ideal foram as cidades coloniais hispano-americanas".

Nesse sentido, Benevolo (2009, p. 469) ressalta que as realizações urbanísticas espanholas no território das colônias americanas são mais importantes do que aquelas efetuadas no Antigo Continente pelo fato das modificações nas cidades europeias serem pontuais e restritas, enquanto que as colônias são vistas pelos espanhóis como "um enorme espaço vazio, onde podem realizar novos grandes programas de colonização e de urbanização". Vale lembrarmos que esse "espaço vazio" também foi produzido com a destruição de grande parte das cidades e povoamentos indígenas.

O código urbanístico espanhol traduziu, de fato, uma aspiração por ordenar e dominar o mundo conquistado em todos os sentidos, inclusive por meio da imposição de formas retas e regulares no espaço urbano. Mas também, refletiu a intenção dos espanhóis de fazer do território ocupado um prolongamento orgânico de seu próprio país, e não o entender apenas como uma feitoria comercial (HOLANDA, 2014).

Antes da implantação das cidades, os espanhóis tinham o cuidado de procurar os sítios mais propícios, nem os mais altos, porque estariam expostos ao vento, nem os mais baixos, porque poderiam ser acometidos por muitas enfermidades. As cidades deveriam começar pela praça central, no entorno da qual são instalados os edifícios mais importantes, tais como a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos ricos (BENEVOLO, 2009). Da praça partiam as ruas retilíneas que definiam os quarteirões todos iguais e, em geral, quadrados.

# **Exemplificando**

Observe a imagem que retrata a malha urbana da cidade de Quito, no Equador, em 1786. Apesar de apenas 35 km da linha do Equador, a cidade de Quito tem temperaturas médias anuais de 21ºC, em função de estar localizada a mais de 2.800 acima do nível do mar. Os espanhóis tiveram a preocupação de encontrar terrenos com condições parecidas com as cidades espanholas de planalto. Observe o traçado da malha urbana derivada da cultura renascentista e do espírito de regularidade geométrica, dando a cidade o aspecto de "tabuleiro de xadrez".

Figura 2.2 | Traçado da Malha Urbana de Quito - 1786



Fonte: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Quito#/media/File:Mapaquito1786.jpg">https://pt.wikipedia.org/wiki/Quito#/media/File:Mapaquito1786.jpg</a>. Acesso em: 18 abr. 2018.

A colônia portuguesa, ao contrário, era entendida como local de passagem e de exploração de riquezas. Essa visão se reflete em como o espaço foi pensado e produzido no Brasil. Agui, ao contrário da América espanhola, a construção de cidades se restringiu à faixa marítima para garantir a posse da terra nessa porção. A interiorização, acreditava-se, causaria o despovoamento da faixa litorânea, e ainda havendo riquezas para serem exploradas e exportadas nessa porção, não fazia sentido promover a ocupação do interior (HOLANDA, 2014). As cidades portuguesas na colônia não foram erquidas com base em códigos e leis que orientassem a criação ou o crescimento, o que deu às cidades um aspecto irregular e a impressão de estarem dispostas de acordo com o arbítrio dos moradores. Assim, Holanda (2014, p. 131) ressalta que "a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental", isto é, não foram provenientes de planos ou traçados geométricos prévios e, por isso, não contradizem "o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem".



No texto *O semeador e o ladrilhador*, Sérgio Buarque de Holanda discute as distintas formas de organização social na América portuguesa e espanhola reveladas por seus diferentes produtos urbanísticos. Nestor Goulart Reis Filho, professor do departamento de História da Arquitetura e Estática do Projeto (FAU-USP), acredita que houve planos de urbanização na colônia portuguesa, contudo, eles não foram colocados em prática. Assista à palestra do professor e reflita sobre a posição dos dois autores: elas são complementares ou conflitantes?

**Fonte:** UNIVESP. **Nestor Goulart Reis Filho:** Sobre o Semeador e o Ladrilhador. 25 abri. 2012. Duração: 27'30". Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=x9-IZ9qzCGI">https://www.youtube.com/watch?v=x9-IZ9qzCGI</a>. Acesso em: 16 abr. 2018.

#### A Revolução Industrial e Urbana

As primeiras industrias foram criadas em áreas rurais ou no entorno das cidades porque dependiam dos cursos d'água como força motriz, e após a invenção da máquina a vapor, passaram a se localizar próximas às jazidas de carvão mineral. A Revolução Industrial, que ocorre na segunda metade do século XVIII – inicialmente na Inglaterra, difundindo-se de forma desigual para o resto do mundo – marca o início da Idade Contemporânea e se caracteriza pelo predomínio da indústria sobre as demais atividades econômicas (SPÓSITO, 2014).

Quando as indústrias não foram responsáveis pelo crescimento das cidades, elas próprias criaram aglomerações em seu entorno que, ao longo do tempo, adquiriram importância econômica e política e deram origem a novas cidades. Assim, é possível dizer que a industrialização tem relação estreita com o processo de urbanização, do qual ela é causa e efeito.

A revolução industrial acelerou o ritmo da urbanização, mas também foi responsável por transformações nas estruturas internas das cidades e no papel que elas desempenhavam. Nesse sentido, é possível afirmar que a Revolução Industrial reforçou o papel produtivo que a cidade adquire já no capitalismo comercial e a consagra como local de riqueza acumulada, de

concentração de trabalhadores e consumidores, bem como de infraestrutura necessária para o próprio desenvolvimento industrial (SPÓSITO, 2014).

Na medida em que a produção das fábricas aumenta em função dos investimentos em novas tecnologias, ocorre a especialização na produção de determinados itens e, por consequência, a divisão territorial do trabalho. A especialização das cidades na produção de determinadas mercadorias é possível graças a consolidação de redes urbanas consolidadas, que permitem a distribuição e troca de mercadorias. Nesse sentido, a industrialização também resultou na hierarquização da rede urbana, marcada pela interdependência e subordinação entre as cidades (SPÓSITO, 2014).

Os anos que seguiram a Revolução Industrial foram marcados pelo crescimento rápido das cidades e pela adoção de posturas liberais pelos governos. Essa combinação foi responsável pelo crescimento caótico das cidades. De acordo com Benelovo (2009). neste período houve a "desvalorização das formas tradicionais de controle público do ambiente construído" em função das influências da corrente liberal polarizada na figura de Adam Smith, que defendia a redução da intervenção do Estado em gualquer setor da sociedade, inclusive na regulação da produção do espaço urbano. A consequência mais visível foi o crescimento caótico das cidades: ruas estreitas, dificultando a circulação das pessoas e do ar; casas pequenas e amontoadas; lixo acumulado e esgotos correndo pelas ruas onde as crianças brincavam, as pessoas circulavam e os animais eram criados. Benelovo (2009, p. 565) aponta que a periferia se torna um "território livre onde se somam um grande número de iniciativas independentes" – de bairros de luxo a depósitos – e "num determinado momento estas iniciativas se fundem num tecido compacto, que não foi, porém, previsto e calculado por ninguém". Quando a cólera chega da Ásia à Europa, no início do século XIX, encontra espaço propício nas cidades para sua propagação e obriga as classes dirigentes a rever sua postura quanto a não intervenção na produção do espaço urbano. Já na primeira metade do século XIX, foram criadas as primeiras leis sanitárias na tentativa de reversão desse quadro, assunto que será abordado a seguir.

## Pesquise mais

Uma sugestão de leitura é o livro *Norte e Sul*, da escritora Elisabeth Glastow. Esse romance foi escrito no século XIX e retrata o processo de urbanização e industrialização na Inglaterra naquele momento. O enredo se passa em uma cidade industrial na região Norte do país e mostra como as indústrias introduziram um novo ritmo de vida para a sociedade e como mudaram a natureza da aglomeração urbana. O pano de fundo é uma cidade esfumaçada, em função da poluição do ar causada pelas chaminés das industrias, e com sérios efeitos sobre a vida dos citadinos. O trabalho exaustivo e insalubre frequente nas unidades fabris em função da falta de regulamentações trabalhistas também é outro ponto abordado no enredo. Além disso, o romance traz para o leitor os pontos de vista dos operários e dos patrões a respeito das novas relações trabalhistas assalariadas que se consolidavam.

GLASTOW, E. Norte e Sul. São Paulo: Martin Claret, 2016.

#### Intervenções no Espaço Urbano no Século XIX

Leia a descrição ficcional do alemão Patrick Süskind (2014, [s.p.]) a respeito da cidade de Paris no século XVIII:



As ruas fediam a merda, os pátios fediam a mijo, as escadarias fediam a madeira podre e bosta de ratos; as cozinhas a couve estragada e gordura de ovelha; sem ventilação, salas fediam a poeira, mofo; os quartos a lençóis sebosos, a úmidos colchões de pena, impregnados do odor azedo dos penicos. Das chaminés fedia o enxofre: dos cortumes, as lixívias corrosivas; dos matadouros fedia o sangue coagulado. Os homens fediam a suor e a roupas mal lavadas; da boca eles fediam a dentes estragados, dos estômagos fediam a cebola e, nos corpos, quando já não eram bem novos, a queijo velho, a leite azedo e a doenças infecciosas. Fediam os rios, fediam as praças, fediam as igrejas, fedia sob as pontes e dentro dos palácios. Fediam o camponês e o padre, o aprendiz e a mulher do mestre, fedia a nobreza toda, até o rei fedia como um animal de rapina e a rainha como uma cabra velha, tanto no verão como no inverno. Pois à ação degradadora das bactérias, no século XVIII, não havia sido ainda colocado nenhum

limite e, assim, não havia atividade humana, construtiva ou destrutiva, manifestação alguma de vida, a vicejar ou a fenecer que não fosse acompanhada de fedor.

Essa descrição retrata as condições insalubres em que viviam os habitantes de Paris, mas poderia representar qualquer outra grande cidade europeia no período. Com base na descrição, pode-se supor que "não foi difícil a uma sucessão de funcionários da saúde pública fixar as relações da imundície e do congestionamento, da água poluída e do alimento deteriorado" com as "repetidas epidemias de malária, cólera, tifo e desarranjos" (MUMFORD, 1998, p. 513). Para o autor, "o industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira, na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados" (MUMFORD, 1998, p. 484).



O movimento higienista tem origem no século XVIII nos países europeus, em especial na França, Inglaterra e Alemanha, e se traduziu em políticas públicas que retomavam as descobertas de Hipócrates, cinco séculos antes de Cristo, a respeito dos impactos dos fatores ambientais sobre o organismo humano. As descobertas na medicina foram usadas para se estabelecer analogias entre o corpo humano e o corpo social; nesse sentido, a canalização e expulsão dos detritos foram apontadas como necessárias à higiene pública. Os tratados sanitaristas e de higiene pública passaram a impor novas regras para a organização das cidades a fim de propiciar a limpeza dos detritos gerados pela aglomeração e permitir a circulação do ar, por isso a preocupação em se criar ruas amplas e avenidas. As teorias higienistas sustentaram a necessidade de promoção de investimentos nos sistemas de abastecimento de água e drenagem dos esgotos; remoção de cemitérios; relocalização dos abatedouros; drenagem dos bairros periféricos pantanosos; calçamento das ruas com paralelepípedos, entre outros.

**Fonte:** COSTA, M. C. L. O Discurso higienista definindo a cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013. Disponível em: <a href="http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1226/0">http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1226/0</a>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

Diante desse quadro, os governos abandonam as estratégias liberais e a não-intervenção do Estado no espaço urbano, e de cidade liberal, passa-se a cidade pós-liberal. Segundo Benevolo (2009), uma primeira inovação da cidade pós-liberal foi o estabelecimento da divisão clara entre a administração pública e o espaço particular. Isso foi necessário para fixar a responsabilidade da administração pública à gestão de "um espaço que é o mínimo necessário para fazer funcionar o conjunto da cidade" (BENEVOLO, 2009, p. 573), como as vias de circulação e os espaços comuns; as praças e os parques públicos, bem como as infraestruturas, como redes de eletricidade, água e esgoto. Em relação aos espaços particulares, a administração pública atuava indiretamente por meio da fixação de limites e regras construtivas.

Benelovo (2009) aponta que as transformações operadas pela cidade pós-liberal são desenvolvidas sobre as formas pretéritas de organização do espaço urbano, mas que essa nova edificação é sempre incompleta porque diversos monumentos, pracas e ruas consideradas importantes são preservados para compor o espaço urbano renovado. O autor se refere claramente ao caso da cidade de Paris, reformada entre 1851 e 1870 pelo prefeito Barão Haussmann. As ações empreendidas nessa cidade estão entre as mais importantes do século XIX e foram modelo para as demais. Benevolo (2009) ressalta que foram abertos mais de 150km de ruas cortando a cidade medieval, mas também as áreas mais periféricas. Houve investimento em novos serviços, como aquedutos que forneciam água constantemente para as residências e os comércios; iluminação a gás; transporte público, bem como em escolas, hospitais, quartéis, prisões e em dois grandes parques públicos na região periférica, o Bois de Boulogne e o Bois de Vincennes. A cidade se estende para além das fortificações medievais e é dividida em 20 setores, os chamados arrondissements.

Além dos objetivos sanitários, é importante destacar que as reformas de Haussmann visavam aumentar o controle sobre a cidade e a população. As grandes avenidas permitiam o emprego das tropas militares para a contenção dos protestos e dificultavam a fuga dos manifestantes.

#### Sem medo de errar

Nessa situação problema conhecemos o bairro Olavo Bilac, em que existem grandes projetos para verticalização em função da demanda por moradias na cidade. Os moradores atuais, contrários às mudanças no bairro, mobilizaram-se e estão solicitando a revisão das autorizações e o cancelamento dos projetos junto à prefeitura. Para isso, escreveram uma carta aberta ao prefeito da cidade expondo seus argumentos e pontos de vista a respeito dos impactos negativos que a densificação da urbanização causará.

Senhor Prefeito,

A Associação de Moradores Olavo Bilac, representando os moradores do Jardim Olavo Bilac, manifesta-se contrária aos projetos de verticalização autorizados pela prefeitura para o bairro.

Os projetos pretendem triplicar a densidade habitacional de um bairro até então marcado pela tranquilidade e qualidade de vida urbana já deterioradas em outros bairros da cidade. Esta é nossa maior rigueza no Jardim Olavo Bilac: as famílias ainda se conhecem pelos nomes e existe uma solidariedade entre os vizinhos. O comércio local é pequeno, mas é constituído por comerciantes que moram nos bairros e produzem uma dinâmica própria. A verticalização do bairro trará com ela muitos problemas para os moradores antigos e uma situação desconfortável para os novos. Em primeiro lugar, o aumento de moradores provocará aumento dos congestionamentos das ruas principais, que já apresentam esse problema. Nas ruas secundárias, haverá aumento da circulação de veículos, o que colocará em risco nossas crianças, que ainda utilizam as vias públicas para brincar e se divertir, visto que no bairro não existem praças públicas ou áreas de lazer abertas. Uma outra guestão que se coloca está relacionada à privacidade nos quintais das casas e ao sombreado que os prédios provocam. É de conhecimento popular o poder terapêutico do sol contra doenças e infecções. Os prédios privarão muitas residências desse elemento natural indispensável à vida. Diante dessas guestões, nós da Associação de Moradores do Jardim Olavo Bilac, esperamos que Vossa Excelência atenda as nossas reivindicações de poder manter nosso bairro e nossa qualidade de vida.

Agradecemos pela atenção destinada a essa questão que nos é tão cara,

Associação de Moradores do Jardim Olavo Bilac.

## Faça valer a pena

**1.** Leia o trecho seguinte sobre as características das cidades europeias na Idade Moderna:

Embora não apresentassem, inicialmente, caráter urbano, o renascimento
das cidades na baixa Idade Média europeia ocorreu Esses
aglomerados passaram a atrair os camponeses, e a expressão "o ar da
cidade liberta" traduz a ideia predominante a respeito do período. Com
a renascença, os pintores, escultores e arquitetos apresentaram novas
técnicas construtivas que revolucionaram a compreensão e o papel das
artes nos edifícios e foram responsáveis nas malhas das
cidades já consolidadas. O período barroco foi fortemente marcado pela
influência do conhecimento científico e racional, o que se traduz no
espaço urbano em tentativas de promover

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do texto

- a) nos feudos, pelo emprego do plano, a arte como expressão do urbano.
- b) nos burgos, por modificações pontuais, a ordem e a circulação.
- c) nos burgos, pela transformação radical, o planejamento estratégico.
- d) nas ruinas romanas, pela transformação radical, a arte como expressão do urbano.
- e) nos feudos, por modificações pontuais, a ordem e a circulação.
- **2.** O centro histórico da cidade de Colônia Do Sacramento, no Uruguai, foi reconhecido como patrimônio mundial pela Unesco, em 1995. Essa Instituição reconheceu que a cidade de Colônia é um exemplo excepcional de povoado de fronteira que mostra, em seu traçado urbano e nos edifícios, uma mistura única entre a tradição portuguesa e espanhola. Isso porque a cidade, que está localizada às margens do Rio da Prata, ficou,

alternadamente, sob domínio português e espanhol, até a independência do Uruguai, em 1828.

Sobre as características da criação de cidades espanhola e portuguesa nas colônias americanas, leia as assertivas a seguir e avalie a relação proposta entre elas

O desenho urbano do centro histórico da cidade de Colônia do Sacramento traçado na época da ocupação portuguesa é único na região por não obedecer ao rígido padrão retilíneo, característico das fundações espanholas na América.

#### Porque

O traçado das ruas criadas durante a ocupação espanhola se caracteriza pela adaptação à topografia, o que revela uma cidade bem acomodada à linha da paisagem, criada sem plano que a antecedesse.

Assinale, a seguir, a alternativa correta

- a) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é falsa e a II é proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.
- **3.** Sobre a industrialização e a urbanização, julgue cada assertiva a seguir como (V) verdadeira ou (F) falsa:
- ( ) O processo de industrialização iniciado no século XVIII, na Inglaterra, não se deu da mesma forma e nem mesmo com a mesma intensidade por todo território europeu, mas foi responsável pela uniformização da urbanização europeia.
- ( ) As cidades pós-revolução industrial são marcadas pelo crescimento rápido e caótico, muito em função do predomínio de regimes liberais, que defendiam a não intervenção do Estado no ambiente construído.
- ( ) A industrialização resultou na divisão territorial do trabalho no momento em que cidades se especializaram na produção de determinadas mercadorias e a rede urbana permitiu a troca entre cidades.

Assinale a alternativa que responde à sequência correta de verdadeiros e falsos:

- a) F, F, F.
- b) F, V, F.
- c) F, V, V.
- d) V, F, V.
- e) V, V, F.

# Seção 2.3

# O Espaço urbano no século XX e XXI

## Diálogo aberto

Nos séculos XIX e XX o planejamento urbano foi essencialmente um assunto do Estado. Contudo, no final do século XX o fortalecimento dos movimentos sociais passou a reivindicar uma maior participação da sociedade civil organizada nas decisões que afetam a nossa vida cotidiana. Somado a isso, o processo de redemocratização de nosso país exigiu a maior participação da sociedade como uma bandeira da nova cidadania que se consolidava. É comum que moradores de um bairro se organizem quando o bairro apresenta problemas a serem enfrentados, como o processo de verticalização. Entretanto, a participação popular é, antes de tudo, uma exceção à regra em nosso país. Apesar da obrigatoriedade do planejamento participativo são poucos os cidadãos que se dispõe a participar dos debates e reuniões. É mais frequente encontrar nas sessões e fóruns públicos de planejamento urbano participativo a presença do poder público, que organiza os eventos e é o responsável pelo planejamento urbano, de fato, e dos empresários do ramo imobiliário, que defendem os seus interesses comerciais. O desafio é tornar essas reuniões mais plurais com a ampla participação da sociedade.

Ao refletir sobre essa participação limitada, que gera consequências negativas para todos os cidadãos, e sobre uma situação real de organização de reuniões em que a sociedade possa debater e opinar, quais estratégias uma Secretaria de Urbanismo e Cartografia poderia adotar para atrair um maior número de participantes para o processo de planejamento a fim de que este seja, de fato, participativo e suficientemente democrático?

## Não pode faltar

## Modernismo e planejamento urbano

No item anterior, vimos que a insalubridade e o caos das cidades fabris deixaram como legado o impulso de se renovar as formas urbanas e criar instrumentos de controle desse espaço. As grandes reformas empreendidas na segunda metade do século XIX tiveram esse objetivo, mas esse impulso não terminou aí.

Benevolo (2009) lembra que a difusão do uso do aço permitiu a construção de pontes suspensas longas e arranha-céus cada vez mais altos; os automóveis se popularizaram e os equipamentos urbanos se estenderam pelas cidades, que cresceram de forma acentuada e impuseram formas alternativas de gestão do espaço urbano. Nesse sentido, no século XX vimos o urbanismo se consolidar e ganhar credibilidade guanto a sua capacidade de organizar o espaço urbano e proporcionar melhores condições de vida para as populações. O urbanismo, entre os anos vinte e cinquenta do século XX, estava preocupado em conquistar autoridade científica e se esforcou para definir seu objeto de estudo, codificar sua linguagem e institucionalizar as suas práticas (SECCHI, 2012). Esse, certamente, foi o período em que o urbanismo obteve o maior prestígio. Como prova disso, basta lembramos da consolidação de uma legislação urbanística eficaz nos países ocidentais e das grandes conferências e dos grandes congressos internacionais com o objetivo de discutir experiências e projetos urbanos, entre eles o Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM).

# **Exemplificando**

"Pela ordem, promover a liberdade". Essa frase do urbanista francês **Le Corbusier** (1887-1967), ícone do planejamento urbano moderno, sintetizou as principais reflexões desse momento sobre as cidades. Le Corbusier foi uma das principais influências para a redação da Carta de Atenas e uma referência para o urbanismo modernista. Vasconcelos (2009) ressaltou que a obra de Le Corbusier transparecia a vontade de modernizar as cidades antigas para permitir que o modo de vida moderno se desenvolvesse, mesmo que, para isso, fosse necessário sacrificar o patrimônio histórico e urbanístico.

Le Corbusier priorizava o uso dos automóveis e a construção em altura. Segundo Vasconcelos (2009, p.185) "temos, com Le Corbusier, ideias que vão desde a apologia ao maquinismo, passando pelo organicismo e concluindo com a utopia tecnológica". Além disso, Le Corbusier

enfatizava em seus trabalhos a importância do traçado retilíneo das cidades e formas com ângulos retos. Teve influência inclusive do Brasil, do traçado de Brasília, tema a ser estudado na próxima unidade.

A Carta de Atenas, publicada no CIAM de 1933, foi a principal referência para a cidade do movimento moderno e impactou as formas de pensar e as proposições para a organização do espaço urbano. Esse manifesto criticou a construção de edifícios alinhados às ruas, em função de não permitir a insolação adequada às unidades habitacionais. Além disso, graças às novas tecnologias, em especial ao emprego do aço em larga escala na construção civil, incentivou as construções de altos edifícios. Outro ponto enfocado foi a separação entre as diferentes funções da cidade, com espaços definidos para a habitação, o trabalho, a recreação e a circulação. Assim, o urbanismo moderno propõe que a cidade seja dividida em zonas de acordo com cada função para melhor organizar o espaço urbano. Leia o trecho da Carta de Atenas que faz apelo ao zoneamento e à importância do planejamento urbano realizado pelo Estado.

O zoneamento é a operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária entre as diversas atividades humanas, cada uma das quais reclama seu espaço particular: locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer (...). é urgente e necessário modificar certos usos. É preciso tornar acessível para todos, por meio de uma legislação implacável, uma certa qualidade de bem-estar, independente de qualquer questão de dinheiro. É preciso impedir, para sempre, por uma rigorosa regulamentação urbana, que famílias inteiras sejam provadas de luz, de ar e de espaço. (CARTA DE ATENAS, 1933 apud IPHAN, [s.d.]).

77

A Carta de Atenas clama pela regulação da produção do espaço urbano por meio de instrumentos jurídicos, leis e normas. Isso significa que a cidade pretendida é aquela regulada em seus

múltiplos detalhes pela ação do Estado. Esse agente é o responsável pela organização do espaço urbano e pela garantia da qualidade de vida dos habitantes. A Carta de Atenas reflete seu tempo: um momento de grande nacionalismo do entre guerras e de forte intervenção do Estado nos assuntos internos de seu território. O Movimento Moderno é marcado pela visão de que o controle reduziria o caos das cidades. Trata-se de uma lógica com raízes profundas na racionalidade iluminista de dominação e opressão, e aposta-se, nesse período, na ideia de cidade como uma máquina cujo funcionamento deveria ser pautado pela eficiência.



#### Reflita

O urbanismo moderno se pautou na ideia de dividir as cidades em zonas com funções específicas, tais como a zona residencial, a industrial, a comercial. Isso seria indispensável porque a mescla de usos diferentes no espaço urbano contribuiria para a deterioração da qualidade de vida das pessoas, em especial nas residências que eram incomodadas pela poluição e pelo barulho excessivo das indústrias e dos comércios. Dessa forma, pode-se dizer que o estabelecimento de zonas funcionais foi proposto com base em boas intenções. Diante disso, reflita sobre os possíveis problemas que esse zoneamento ortodoxo poderia trazer para as cidades e para as pessoas.

Pode-se dizer que no início do século XX a história das cidades se misturou e se amálgamou com a história do urbanismo. A cidade modernista reflete o urbanismo, mas não é apenas resultado deste, devemos considerar também que as inovações tecnológicas, o desenvolvimento econômico, as mudanças de ordem cultural, entre outros, também influencia a configuração e a vida nas cidades.

#### Novo urbanismo e a busca pela vida comunitária

"Este livro é um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes". Assim começa o livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, de Jane Jacobs, publicado em 1961, um dos principais ícones da crítica ao planejamento moderno.

As críticas ao urbanismo moderno começaram a ser formuladas na década de 1960 frente aos resultados produzidos por essa forma de pensar e produzir as cidades. Secchi (2012) aponta que o urbanismo modernista perdeu prestígio nesse período porque não conseguiu dar respostas aos problemas da cidade. O autor aponta que a excessiva formalização burocrática do urbanismo o tornou uma "incessante formulação (...) de novos textos normativos, redefinição contínua de procedimentos e aplicação passiva e banal de normas, frequentemente apartadas das práticas concretas de modificação da cidade e do território" (SECCHI, 2012, p.80).

Jacobs (2011) não resume os problemas do urbanismo moderno, chamado por ela de ortodoxo, apenas à excessiva burocratização da atividade. A autora analisou as intenções disfarçadas – mas não necessariamente premeditadas – dessa corrente do planejamento urbano bem como suas consequências nas transformações do espaço urbano para fundamentar as críticas.

Uma primeira ofensiva da autora se dá contra a Carta de Atenas e o preceito de setorização ou zoneamento funcional das cidades. Jacobs (2011) defende que a vitalidade urbana deve ser garantida com a mescla de usos e de usuários. É a diversidade de usos e de pessoas que produz a cidade como um espaço de diferença, de tolerância, de busca pela conciliação.

Outra crítica elaborada por Jacobs (2011, p. 2) referiu-se à criação de conjuntos habitacionais monótonos e padronizados para habitação da população de baixa renda, que se tornaram "núcleos de delinquência, vandalismo e desesperança" e "piores do que os cortiços que pretendiam substituir". Jacobs (2011) acredita ser necessário proporcionar habitação para todos os habitantes das cidades, contudo, a criação desses conjuntos habitacionais, apartados da cidade, tem efeito contrário: segregam a população de baixa renda e estigmatizam seus habitantes. Por isso, a autora ressalta que o urbanismo moderno oficializou, por meio da constituição das zonas residenciais destinadas a cada classe social, a segregação socioespacial. Ao definir como deveriam ser os bairros das classes sociais, o urbanismo pregou "etiquetas de preços" na população e criou tensões crescentes com base na posição socioeconômica (JACOBS, 2011).

Outra crítica de Jacobs (2011) pautou-se no autoritarismo dos grandes projetos de renovação urbana que intimidavam, expropriavam, desenraizavam milhares de pessoas em nome do

melhor funcionamento das cidades. Muitos habitantes não eram compensados pelas perdas, e diversos comerciantes tiveram suas fontes de renda completamente arruinadas. Esse desrespeito à vida e às pessoas cria o sentimento de injustiça e ressentimento contra os urbanistas, que se evidenciavam como o poder dominante à época.

Vale relacionar as críticas ao urbanismo moderno à trajetória da própria Geografia Urbana. Conforme estudamos na Unidade 1, a década de 1960 foi marcada pelo fortalecimento das ideias voltadas para a busca por justiça social nas cidades e para o reconhecimento de que o espaço urbano é socialmente produzido, envolvendo interesses e conflitos. Assim, os estudos em Geografia Urbana começam a apontar o planejamento urbano moderno como um agente produtor do espaço que não é neutro, que carrega intencionalidades, ainda que esteja apoiado em discursos que propõem a melhoria da vida da população urbana, que muitas vezes desconsideram as aspirações e os direitos da população.

## Globalização e espaço urbano

Cabe agora falarmos das cidades contemporâneas ou cidades pós-modernas. No final da década de 1980 terminou a transição – que havia sido iniciada nas últimas décadas do século XIX – da cidade moderna à cidade contemporânea. Esse momento coincide com o aprofundamento do processo de globalização possibilitado pela difusão das inovações tecnológicas e científicas.

A cidade contemporânea ainda apresenta seus delineamentos incertos em função do pouco recuo temporal necessário à observação crítica dos fenômenos sociais. Contudo, é possível, desde já, dizer que as cidades contemporâneas não têm características idênticas em todas as partes do mundo, isso resulta da complexidade das formas e dos processos sociais que dão origem e constituem tais cidades. É comum pesquisadores utilizarem termos bastante genéricos para se referirem às cidades contemporâneas, tais como fragmentação, heterogeneidade, descontinuidade, caos ou desordem (SECCHI, 2012); soma-se a elas a palavra efemeridade, indicando as constantes transformações a que essas cidades estão sujeitas, que "nega o tempo linear, a sucessão ordenada de coisas, de acontecimentos e comportamentos dispostos ao longo da linha do progresso como foi imaginado pela cultura moderna" (SECCHI, 2012,

p. 90). Essa dificuldade em descrever as cidades contemporâneas por parte dos especialistas talvez revele uma ordem própria que nos escapa, isto é, que não é compreensível a nós especialmente se os métodos descritivos e explicativos aplicados para o entendimento dessas cidades forem provenientes dos instrumentos criados pelo urbanismo moderno. Como saída para esse desafio, os pesquisadores do urbano procuram estabelecer analogias entre cidades e *puzzles*, *patchworks*, *híbridos*, *layers*, redes ou fractais.

Esses novos modos de olhar para a cidade indicam a complexidade que a cidade contemporânea assume a partir das ondas de desenvolvimento tecnológico, base para a passagem da cidade moderna à contemporânea. As tecnologias, tais como os automóveis, o cartão de crédito, os celulares, a internet impõem novos ritmos e funções para as cidades. Também devemos levar em consideração, nesse novo olhar para as cidades, a complexidade que as ciências sociais passam a oferecer para estudar seu objeto de investigação, negando as narrativas totalizantes, incluindo a preocupação com a dignidade do outro e privilegiando a heterogeneidade.

Secchi (2012) pontua que apesar da dificuldade em se caracterizar a cidade contemporânea, ela apresenta elementos que a diferenciam da cidade moderna. Um deles é o quase desaparecimento da família nuclear, formada pelo casal e pelos filhos, responsável pelo ideal de casa com jardim. Os casais sem filhos e os indivíduos que vivem só, predominantes nas cidades contemporâneas, têm expectativas diferentes sobre o urbano e o habitar e impactam a produção do espaço urbano. Soma-se a isso a autonomia possibilitada pelo automóvel, que permite que se more distante dos locais de trabalho, induzindo a urbanização dispersa, tema a ser estudado na Unidade 4. Um segundo elemento é a substituição dos espaços tradicionais de sociabilidade, como a rua, as praças e os mercados, por novos equipamentos, como os shoppings, os parques de diversões, o cinema, os ginásios esportivos. Esses equipamentos muitas vezes são espaços particulares abertos ao público específico, que podem variar em idade, classe social, entre outros.

Um terceiro elemento característico das cidades contemporâneas diz respeito à obsolescência e à desativação de bairros e edifícios, sejam focadas naqueles ligados a atividades econômicas que entraram em declínio (desindustrialização) ou em função da busca de locais que ofereçam mais facilidades,

ocasionando a descentralização produtiva. Vemos que, muito além do urbanismo, as práticas econômicas, a evolução tecnológica e as experiências sociais impactam sobremaneira na dinâmica das sociedades contemporâneas.

# Pesquise mais

Uma leitura indispensável para o curso de Geografia e importante para o assunto trabalhado nesta seção é a do livro *Condição pós-moderna*, do David Harvey, publicado inicialmente em 1989. Sobre o assunto estudado aqui, ver especialmente a Parte 1 – Passagem da Modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea, em que o autor aborda a influência do modernismo e do pós-modernismo na arquitetura e nos projetos urbanos.

Fonte: HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

#### Cidades globais, megacidade e megalópoles

Este último tópico enfocará o processo de urbanização e metropolização a partir da década de 1980, quando estes assumem características que se desdobram no entendimento das cidades a partir de três grandes conceituações: as cidades globais, as megacidades e as megalópoles.



O processo de **metropolização** não é recente, mas sofreu acentuado crescimento com a Revolução Industrial e ganhou nova dinâmica a partir do século XX em função das transformações econômicas e tecnológicas no processo de urbanização. A metropolização é um fenômeno que reflete o padrão de crescimento das cidades em todo o mundo e seu estudo é essencial para a compreensão do urbano contemporâneo. A metropolização implica integração socioeconômica entre diversos municípios polarizados por um município principal, a metrópole, também chamada de cidade-mãe. A metropolização também diz respeito ao processo de conurbação

entre os municípios, formando malhas urbanas contínuas entre eles. O processo de metropolização levou diversos países a criarem, por meio de leis, regiões metropolitanas, a fim de resolver os problemas entre os municípios e organizar a gestão de acordo com os interesses em comum. O processo de metropolização é sempre associado a problemas urbanos, tais como os transportes, o abastecimento de áqua, a violência, o déficit habitacional, entre outros.

O conceito de cidade global foi proposto pela socióloga Saskia Sassen, na década de 1990, como uma forma de explicar o papel das cidades no contexto da globalização econômica e política e da revolução informacional. A autora analisou como o processo de desindustrialização, o processo de internacionalização financeira nos anos de 1980 e o surgimento de novos atores, tais como as corporações transnacionais, que influenciaram a reestruturação do processo produtivo, promoveram novas formas de articulação entre as cidades, entre o local e o global, não desprezando o papel dos Estados nacionais, mas reposicionando sua importância dentro dessa nova dinâmica. Para Sassen (1998), as cidades globais são os nós, isto é, os locais estratégicos que materializam os processos que se desenvolvem em rede na escala global. As cidades globais são, assim, fundamentais para o funcionamento adequado do sistema financeiro internacional, mas também, e em menor importância, do político. Como local de realização do sistema econômico, as cidades globais concentram a infraestrutura: sedes de redes bancárias e de corporações transnacionais, os centros de desenvolvimento e pesquisa, modernas infraestruturas de comunicação e de transporte, oferecimento de serviços especializados, áreas produtoras de tecnologia e inovação, recursos humanos altamente qualificados, entre outros. As cidades globais são, portanto, centros de poder onde são tomadas decisões e criadas inovações.

Com base no conceito de cidade global de Saskia Sassen, um grupo de pesquisadores da *Globalization and World Cities Research Network* (GaWC), da Universidade de Loughborough, no Reino Unido, propuseram, em 1998, a existência de 55 cidades globais divididas em três níveis de importância: alfa, beta e gama. No nível alfa, estariam cidades como Londres, Nova lorque, Tóquio, Paris.

No nível beta, figurariam São Paulo, Toronto, Sydney, Bruxelas. E no nível gama, Amsterdã, Boston, Caracas, Jacarta (GAWC, 1998). Outras metodologias foram propostas posteriormente e novas classificações podem ser consultadas na página do grupo na internet.

A definição de megacidades já pode ser encontrada em dicionários: trata-se de cidades grandes, que abrigam mais de 10 milhões de habitantes (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2018), Essa mesma definição é utilizada pelas Nações Unidas (ONU, 2016). Contudo, o termo megacidades tem sido empregado por diversos pesquisadores com sentidos semelhantes, porém, particulares, para caracterizar cidades com alta densidade populacional ou regiões metropolitanas que concentram acima de 20 milhões de habitantes. A ONU divulgou que em 2016 havia 31 megacidades no mundo; 24 delas localizadas em países em desenvolvimento, 6 delas somente na China e outras 5 na Índia. Entre as megacidades, estão: Tóquio (38 milhões de habitantes), Délhi (26 milhões), Xangai (24 milhões), Mumbai (21 milhões), São Paulo (21 milhões), Pequim (21 milhões), Cidade do México (21 milhões), Osaka (20 milhões), Cairo (19 milhões), Nova Iorque (18 milhões). A ONU estima que até 2030 serão 41 megacidades no mundo (ONU, 2016). O fato é que as megacidades são uma faceta do processo de metropolização e concentram grandes desafios, tais como a mobilidade urbana, a poluição dos recursos naturais, o abastecimento de água e a remoção dos resíduos e efluentes, a violência, a gentrificação, a elevação do custo de vida, o estresse, a deterioração da qualidade de vida, entre outros.

Na década de 1960, observando o crescimento das cidades na Costa Leste dos Estados Unidos, Jean Gottmann já anunciava a formação de um estágio superior de desenvolvimento urbano por meio da fusão de metrópoles, o que ele denominou megalópole (LENCIONI, 2015). Apesar de não ter sido o primeiro a empregar o termo, foi Gottmann quem o utilizou no sentido atribuído, hoje, à megalópole: de fusão de metrópoles constituindo uma região urbana (LENCIONI, 2015). Os estudos sobre megalópoles passaram por declínio após seu auge nos anos de 1970 e 1980 com os trabalhos sobre as megalópoles de Los Angeles-San Diego e de Tóquio-Osaka. Lencioni (2015) atribui esse distanciamento ao surgimento de linhas de pesquisa marxista que adotavam outras metodologias e outros questionamentos sobre a urbanização,

além da disseminação de desconfianças sobre os instrumentos de planejamento urbano e regional no período. Na década de 1990 os estudos sobre fusão de metrópoles foram retomados sob novas denominações, como metápole, cidade-região. Lencioni (2015) lembra que o conceito de megalópoles foi formulado em um contexto ausente de três referências fundamentais: a globalização, as políticas neoliberais e os avanços tecnológicos na informática. Por isso, a autora prefere utilizar o conceito de megarregião, em que está presente o sentido de integração, que é "indispensável para se compreender uma urbanização difusa e o desenvolvimento de regiões urbanas extensas territorialmente e em coalescência, a expressar unidade na fragmentação" (LENCIONI, 2015, p. 10). O termo megalópoles foi popularizado; seu conceito está presente nos livros didáticos de Geografia e, por isso, é importante compreendê-lo, mas também entender as ressalvas colocadas pelos geógrafos a respeito dele ao longo do tempo. No Brasil, a megalópole formada pela região metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro envolve também as cidades do Vale do Paraíba a região metropolitana de Campinas, a região de Sorocaba e a baixada santista. Nos Estados Unidos existem três megalópoles: a Bos-Wash, formada pelas regiões metropolitanas de Boston, Nova lorgue, Filadélfia, Baltimore e Washington, DC; San-San, que engloba a região metropolitana de San Diego, passando por Los Angeles e abarcando a região metropolitana de San Francisco, e a Chipttis, que abrange as regiões metropolitana de Cleveland, Detroit, Chicago e Pittsburg. No Japão está a megalópole Tokkaido, formada pelas regiões metropolitanas de Tóguio, Kawasaki, Nagova, Quioto, Kobe, Nagasaki, Osaka.

## Sem medo de errar

O Brasil, de modo geral, é marcado pela baixa participação popular nas decisões que envolvem os interesses de toda coletividade. Isso não é exclusividade do segmento do planejamento urbano. Uma investigação rápida a respeito de outros setores indica a mesma participação deficiente nos Comitês de Bacias ou nos Conselhos de Unidades de Conservação, por exemplo. Isso pode ser resultado do curto período de democratização do país, que permitiu a abertura para as discussões com a sociedade, ou

de uma cultura generalizada de que "não vale a pena" participar porque ao final as decisões não levam em conta as opiniões da população, mas sim os interesses políticos e econômicos em vista.

É importante ressaltarmos que a participação em reuniões, fóruns e debates, se não espontânea, pode ser motivadas por meio da comunicação e da educação voltada para o exercício da cidadania. A educação formal é um meio importante para promover essa mobilização. Por meio do ensino formal, crianças e adolescentes são instruídos sobre a importância da participação para a construção da vida em coletividade. Um primeiro passo é tornar claro para os alunos a estrutura e o funcionamento da sociedade e das instituições que a controlam e a estimulam. Assim, os alunos se entenderão com parte de um processo e poderão entender suas possibilidades como coautores dele. Dessa forma, os alunos poderão refletir sobre suas ações/passividades e os rumos da sociedade bem como traçar também utopias - isto é, quadros desejados para o futuro - e estabelecer meios pelos quais esse cenário poderá ser alcançado. Ainda nas escolas, é possível estimular a participação dos alunos por meio de debates sobre a produção do espaço urbano, seus interesses e conflitos. Deve-se organizar palestras com agente diversos, representantes do setor público ou privado, para tornar essas instituições mais próximas da realidade dos alunos. É importante se considerar a possibilidade de realização de estudos do meio com objetivo de conhecer as instalações e o trabalho da prefeitura e da câmara municipal. Também podem ser propostos estudos do meio em que os alunos sejam colocados em contanto com partes da cidade que mostrem boas práticas de uso do espaço urbano ou partes que apontem problemas a serem superados por meio das ações do poder público e da participação popular. Aos alunos, deve ser dada a incumbência de propor alternativas e soluções às questões apresentadas, de forma a estimular resultados criativos e inovadores para as cidades. Outra possibilidade também relacionada com a educação formal é a criação de grêmios estudantis com a formação de grupos de representantes dos alunos perante/com a direção das escolas. Em suma, estimular a educação cívica dos alunos para além da educação baseada nos conteúdos obrigatórios presentes nos livros didáticos e demandados pelas avaliações e vestibulares. Ainda que a educação formal seja uma vertente com resultados

a médio e longo prazo, para a ampliação da participação popular, no que é feito para as cidades, ela é o principal instrumento de conscientização e transformação social, e deve ser enfatizada. Outras opções com resultados mais rápidos que aqueles investidos com a educação formal e com foco sobre a população adulta é a divulgação de reuniões, fórum e votações em redes sociais, rádios comunitárias ou comerciais. O alcance dessas mídias é expressivo. Por isso, aqueles que desejam incentivar a participação popular devem encontrar vias para a divulgação dos eventos, participando de entrevistas e debates, ou alugando espaços nesses veículos de comunicação. Outra possibilidade é a elaboração de exposições itinerantes sobre o processo de planejamento urbano, a elaboração de vídeos e cartilhas educativos. A gestão participativa deve estar ancorada no princípio de "fazer parte", isto é, a comunidade precisa reconhecer-se como co-gestora do município.

# Faça valer a pena

**1.** A última fase da cidade moderna se estende do final do século XIX até o período do pós-segunda guerra, quando a cidade contemporânea já apresenta claros sinais de consolidação. Não se tratou de uma ruptura entre uma forma de organização espacial por outras, mas de um lento processo de transição que pode ser hoje identificado por meio das características básicas das cidades e do modo de vida de seus habitantes.

Sobre as características da cidade moderna é correto o que se afirma na alternativa:

- a) A cidade do movimento moderno foi marcada pela não-intervenção estatal na produção do solo urbano devido à corrente de pensamento que privilegiava a livre-iniciativa.
- b) A cidade modernista representou a contraposição com as cidades geométricas dos períodos anteriores, pois a proposta era a construção de cidades mais fluidas e flexíveis.
- c) A cidade modernista prioriza a mescla de pessoas e a diversificação das atividades, da simultaneidade da casa e oficina, de equipamentos público e privados.
- d) A cidade moderna é marcada pela visão da cidade como uma máquina e não há preocupações de cunho social em seus projetos.
- e) A cidade moderna reflete os ideais de modernidade, e o urbanismo recorre às ideias de progresso linear, padronização e razão.

#### 2. Secchi (2012) acredita que



"Mesmo a ruptura mais violenta e radical nunca rompe todos os laços que ligam o antes e o depois, porém, muitas vezes é difícil, caso se procure com precisão, dizer o que interliga o antes e o depois. Dizer, por exemplo, correndo certo risco, o que se entende quando falamos da cidade moderna e o que se entende quando falamos de um tempo e de uma cidade contemporâneos, o que mudou o que se conservou." (SECCHI, 2012, p. 87)

Apesar das dificuldades nas distinções entre os modelos de cidade e suas características mais pronunciadas, elas possuem certas distinções. Relacione as colunas a seguir.

- (A) Cidade Moderna
- (B) Cidade Contemporânea
- (C) Cidade Moderna e Cidade Contemporânea.

Fundada no paradigma do separar e distanciar, que deu origem aos zoneamentos.

Sua forma contém resquícios das formas precedentes de organização do espaço urbano.

Descrições fazem referência às redes e analogia aos planos de layers sobrepostos e entrecruzados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta

- a) A, B, C.
- b) B. A. C.
- c) A. C. B.
- d) B. C. A.
- e) C. A. B.
- **3.** O planejamento urbano moderno teve seu auge entre as décadas de 1920 e 1950. A década de 1960 foi marcada pela reflexão a respeito de seus efeitos no espaço urbano, um dos maiores ícones dessa crítica foi a jornalista Janes Jacobs, com seu livro "Morte e Vida de Grandes Cidades". Sobre as críticas ao planejamento urbano moderno, leia as assertivas a seguir e a avalie a relação proposta entre elas:

O urbanismo moderno carregou em si a intenção de se criar anticidades com a produção de superquadras para o tráfego rápido do automóvel; com o zoneamento, a fim de se evitar usos considerados incompatíveis, e com a criação de bairros descentralizados, com áreas verdes em abundância. Contudo, o planejamento moderno foi alvo de críticas

#### Porque

Estava baseado em um modelo tecnocrático, racional, padronizador e controlador, que se mostrou uma abstração de escritório muito distante das reais necessidades da população que estava sendo objeto de intervenção, quando não contribuiu para a materializar no espaço interesses de grupos específicos sob a justificativa de proporcionar melhores condições de vida para a população de baixa renda.

Assinale a seguir a alternativa correta

- a) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é falsa e a II é proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

# Referências

AGÊNCIA FAPESP. Pesquisa ajuda a desfazer equívocos historiográficos sobre as antigas cidades gregas. 2015. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=PQLpwE6pt9U">https://www.youtube.com/watch?v=PQLpwE6pt9U</a>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BENEVOLO, L. História da Cidade. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAMBRIGDE DICTIONARY. **Megacity**. 2018. Disponível em: <a href="https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/megacity">https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/megacity</a>>. Acesso em: 3 maio. 2018.

CARLOS, A. F. A. A cidade. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, M. C. L. O Discurso higienista definindo a cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013. Disponível em: <a href="http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1226/0">http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1226/0</a>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GAWC - Globalization and World Cities Research Network. **Inventory of World Cities (1998)**. Disponível em: <a href="http://www.lboro.ac.uk/gawc/citylist.html">http://www.lboro.ac.uk/gawc/citylist.html</a>. Acesso em: 3 maio. 2018.

GLASTOW, E. Norte e Sul. São Paulo: Martin Claret, 2016.

GOMES, P. C. da C. A condição urbana. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARARI, Y. N. Sapiens: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IPHAN - Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional . **Carta de Atenas (1933)**. [s.d.]. Disponível em: <a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf</a>, Acesso em: 26 abr. 2018.

JACOBS. J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LECIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica e-metropolis**, ano 6, n. 22, setembro de 2015, p. 6-15. Disponível em: <a href="http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\_pdfs/000/000/022/original/emetropolis\_n22.pdf?1447896390">http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\_pdfs/000/000/022/original/emetropolis\_n22.pdf?1447896390</a>. Acesso em: 2 maio. 2018.

LIMA, L. C. S. de S. Um olhar sobre o passado: revisando os primeiros assentamentos humanos e as primeiras formas de cidade. **Vitruvius**, maio. 2015. Disponível em <a href="http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/15.092/5506">https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/15.092/5506</a>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROLNIK, R. O que é cidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ONU - Organização das Nações Unidas. **The World's Cities in 2016:** data booklet Disponível em: <a href="http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanization/the\_worlds\_cities\_in\_2016\_data\_booklet.pdf">http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanization/the\_worlds\_cities\_in\_2016\_data\_booklet.pdf</a>. Acesso em: 3 maio. 2018.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SECCHI, B. Primeira Lição de Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SPÓSITO, M. E. B. Capitalismo e Urbanização. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SÜSKIND, P. O perfume. Edição Digital. Rio de Janeiro: Record, 2014.

UNIVESP. **Nestor Goulart Reis Filho**: Sobre o Semeador e o Ladrilhador. 25 abr. 2012. Duração: 27'30". Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=x9-IZ9qzCGI">https://www.youtube.com/watch?v=x9-IZ9qzCGI</a>. Acesso em 16 abr. 2018.

VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de pensamentos sobre a cidade**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2012, 618 p.

# A urbanização brasileira

#### Convite ao estudo

Caro aluno, segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 84% da população brasileira vive nas cidades. Esse nível de urbanização tão elevado e acima da média mundial, que gira em torno de 55%, segundo a Organização das Nações Unidas (2017), é resultado de um processo longo que tem origem com a colonização do país, quando foram criadas as nossas primeiras cidades. De 1532, ano de criação de São Vicente, no estado de São Paulo, até os dias de hoje, o meio natural foi transformado e deu lugar a uma das maiores criações da humanidade: as cidades. As cidades brasileiras têm características singulares referentes a nossa formação socioespacial, mas também possuem características comuns a outras cidades de países em desenvolvimento para utilizar a expressão ainda empregada pela ONU, tais como o crescimento acelerado e sem planejamento, a insuficiência de infraestrutura urbana, gestões deficientes e corruptas, entre outras. Na primeira seção desta Unidade, analisaremos o processo histórico de urbanização brasileira e encerraremos estudando as propostas de planejamento urbano desenvolvimentistas traçadas nos anos 1970 e 1980. Na segunda seção nos dedicaremos ao entendimento da configuração da rede urbana brasileira, o processo de metropolização e desmetropolização. Na seção três, exploraremos o quadro legal em que está inserido o planejamento urbano, apresentando os principais instrumentos atualmente disponíveis.

O contexto de aprendizagem proposto para esta unidade consiste em olhar a situação em que se encontram o planejamento e a gestão nas cidades brasileiras. Sabemos que nossas cidades enfrentam enormes e diversos problemas, tais como a poluição do ar, poluição visual e sonora, as enchentes e os alagamentos, a falta de moradia, o crescimento disperso,

entre outros. Muitas dessas questões poderiam ser amenizadas, até mesmo resolvidas, por meio de um planejamento urbano realizável, isto é, que não se limitasse aos documentos técnicos e fosse colocado em prática para a verdadeira melhoria da qualidade de vida nas cidades. É sempre importante reforçar que a organização do espaço urbano tem reflexos diretos na qualidade de vida urbana. Contudo, o planejamento urbano antes de ser uma questão técnica é uma questão política, pois envolve interesse dos habitantes, mas também dos grandes produtores do espaço urbano, tais como os proprietários dos meios de produção e de imóveis e o Estado. Por envolver interesses difusos e complexos, as mudanças que beneficiam a maioria da população nem sempre são facilmente alcançadas mesmo que tecnicamente possíveis e/ou previstas nos documentos oficiais. É exatamente isso o que Kátia, geógrafa do Departamento de Cartografia da prefeitura, constatou em mais de 10 anos de atuação no órgão executivo municipal: as decisões do poder público municipal nem sempre beneficiam a grande maioria da população e certas vezes são contrárias às recomendações técnicas do setor de planejamento urbano. Dessa forma, Kátia está em uma posição delicada, pois cabe a sua equipe estabelecer diretrizes para o uso do solo urbano, mas foge de sua jurisdição a decisão final por adotá-las ou fazer cumpri-las. Kátia pensa que se os problemas da cidade dependessem apenas de decisões técnicas, eles poderiam ser mais facilmente superados. Entretanto, a urbanização brasileira é resultado da combinação de decisões políticas e recomendações técnicas.

# Seção 3.1

# A urbanização na formação territorial brasileira

# Diálogo aberto

Durante um feriado prolongado, Kátia participou de um almoço em família na chácara de seus tios. Encontros em famílias são divertidos, mas vez ou outra ficam explícitas as divergências entre gerações ou pequenos grupos. Nessa confraternização, em especial, estavam os parentes de Kátia e alguns convidados. Um deles era o senhor José, administrador e funcionário de confiança da prefeitura do município vizinho. José e Kátia não se conheciam, mas se sentaram próximos para o almoco. Um dos assuntos levantados foi a crise econômica e o desemprego no país. José explicava para ela e para outro senhor que, em seu município, um empresário recém-chegado comprou um terreno com a ideia de abrir uma concessionária de veículos e empregar cerca de 20 pessoas. Contudo, desconhecendo a cidade, o terreno comprado estava localizado em uma zona não comercial do município de acordo com o plano diretor, isto é, em uma zona que não permitiria construção e abertura da concessionária. O senhor José, preocupado com o progresso do município, foi uma das personalidades que pressionou para que o prefeito modificasse a lei municipal a fim de que o empresário pudesse abrir o seu negócio, o que, por fim, foi realizado. Essa situação, apesar de absurda é muito comum nos municípios brasileiros. Estarrecida com a história do senhor José e pensando no seu próprio trabalho com o planejamento urbano, Kátia contra-argumenta. O que Kátia pode responder ao senhor José, de forma educada e convincente, porém, sem abrir mão dos fundamentos críticos, uma vez que ele acredita estar trabalhando pelo progresso do seu município?

# Não pode faltar

A urbanização pretérita: de 1500 a 1900

Conforme estudamos anteriormente, os núcleos portugueses instalados na colônia americana priorizaram a faixa litorânea com

a finalidade estratégica de garantir o domínio dessa porção e evitar invasões por outros possíveis colonizadores. Essa estratégia de ocupação tem importância ainda hoje para a configuração da rede urbana brasileira e para a concentração de nossas cidades, como estudaremos em breve. Além disso, como a economia colonial estava voltada para a exportação de itens agrícolas ou extrativos, era interessante que os primeiros núcleos urbanos estivessem localizados próximos às planícies litorâneas. Scarlato (2003) resume, assim, que as primeiras cidades fundadas no Brasil tiveram a função militar e de porto comercial.

Os indígenas que habitavam o território que veio a se tornar o Brasil não se organizavam em nenhum modelo que se assemelhasse às cidades, mas em tribos agrícolas, com população escassa e tecnicamente pouco desenvolvida se comparada às culturas encontradas na América colonizada pelos espanhóis. Assim, podemos dizer que a urbanização brasileira tem início tímido e lento com o processo de colonização. Há autores como Santos (2013) que preferem abordar esse momento como o processo de geração de cidade em vez de falar em um processo de urbanização propriamente dito, haja vista a fraca relação entre os lugares e a debilidade desse processo frente a um território de dimensões continentais como o Brasil. Até o século XIX, o Brasil foi caracterizado por ser um país agrícola, cujos núcleos urbanos formavam apenas ilhas em meio rural ou natural então predominante.

Segundo Reis (2000), a rede urbana brasileira tem como referência inicial o estabelecimento do regime das capitanias e a fundação de São Vicente, em 1532. Em seguida, foram criadas as cidades de Olinda, em 1537; Santos, em 1543; Salvador, em 1549, que passou a ser a capital da colônia; São Paulo, em 1554 e Rio de Janeiro, em 1565. Reis (2000) aponta que até meados do século XVII Portugal delegava aos donatários a função de criar vilas em suas capitanias e reservava-se a função de criar apenas as cidades que serviram como centros regionais de controle. Com esse intuito e com a função de proteger a costa contra a ocupação pelos franceses, foram criadas as cidades do Rio de Janeiro, São Luís e Belém.

Com o declínio do ciclo da cana-de-açúcar, no final do século XVII, as bandeiras e a descoberta de minas de ouro e de prata

despertaram o interesse de Portugal, que passou a permitir a criação de cidades nas porções interioranas da colônia. Assim, o século XVIII foi marcado pelo avanço na criação de vilas e de cidades, ainda que de forma descontínua, pelo interior brasileiro. Foram criadas nesse contexto as cidades de Goiás (GO), Ouro Preto (MG), Cuiabá (MT), Campinas (SP). Assim, mesmo no período colonial, surgiu uma incipiente rede urbana polarizada por alguns centros regionais que concentravam as trocas comercias. Vale acrescentarmos ainda que as cidades tanto no período colonial quanto no imperial cresciam de forma espontânea e desalinhada, e "muitos desses antigos centros acabaram transformando-se posteriormente em obstáculos ao processo de modernização da cidade pelo automóvel e pelos transportes de massa" (SCARLATO, 2003, p. 419).

No início do século XIX, com a transferência da corte e da capital do Império português para a cidade do Rio de Janeiro, a cidade passa por grandes transformações urbanísticas, que tomaram por base as capitais europeias. Às construções para abrigar instituições públicas administrativas e culturais foram somadas as construções da elite oligárquica desejosas de participar da vida social da cidade. Destacou-se no século XIX a criação e o crescimento da rede urbana paulista, impulsionada pela agricultura do café e pela implantação de ferrovias para sua exportação, e no final do século XIX, destacou-se o crescimento das cidades de Manaus e Belém, na região Norte, em função da exploração da borracha.

Scarlato (2003) aponta que o Brasil chegou aos anos de 1870 com apenas 10% de população urbana e concentrada em cinco principais cidades: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém e Niterói, nessa ordem, de acordo com o número de habitantes. De acordo com o autor, os índices tão baixos de urbanização podem ser explicados pela base econômica agroexportadora, que fixava a população trabalhadora no campo. Essa situação mudou significativamente a partir do final do século XIX, com a introdução do trabalho assalariado e as transformações na base econômica, que resultaram na expansão do setor terciário e no desenvolvimento dos mercados urbanos. Fato que contribuiu para a multiplicação de vilas e cidades no interior do Brasil



Reflita

"As senzalas foram substituídas pelos cortiços, principalmente nas grandes cidades litorâneas". Essa frase categórica de Scarlato (2003, p. 425) faz referência ao fim da escravidão e ao estabelecimento do trabalho livre e assalariado no Brasil, no final do século XIX. Trata-se, na verdade, de uma provocação, que coloca em xeque a ideia de que a decisão política e econômica pelo trabalho assalariado constitua a libertação do trabalhador. Reflita sobre o conteúdo e a crítica que a frase carrega a respeito da perpetuação da pobreza ao longo dos séculos.

De forma geral, as grandes cidades brasileiras receberam melhorias com a implantação de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos, iluminação, redes de transporte coletivo (SCARLATO, 2003). Algumas delas foram objeto inclusive de planos urbanísticos que propunham a reforma urbana nos moldes das reformas das capitais europeias.

## Reformas higienistas: Rio de Janeiro e Santos

As reformas urbanas e campanhas sanitárias executadas em Santos e no Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX, foram tributárias das ideias higienistas europeias que surgiram na passagem do século XVIII ao XIX. Conforme estudamos anteriormente, a rápida urbanização dos países europeus, estimulada pela industrialização, foi responsável pela criação de cidades desorganizadas e insalubres. As péssimas condições de vida nos bairros das classes trabalhadoras se tornaram propícias à propagação de doenças contagiosas e isso causou a elevação do número de mortes, o que preocupou as classes dirigentes em função da perda em massa de trabalhadores e da expansão da contaminação, que não reconhecia classe social. É nesse contexto que são criadas as reformas sanitárias "centradas em programas de imunização em massa, campanhas de controle de vetores e em proposições de ordenamento urbano" (COSTA, 1987, p. 5).

A dinamização de economia brasileira, devido à produção cafeeira e à inserção do país na economia mundial, permitiu o crescimento de diversos núcleos urbanos e, em especial, de duas cidades: Rio de Janeiro e Santos, que, por serem cidades portuárias, constituíam centros

de exportação dos produtos agrícolas e de importação dos bens de consumo e produção adquiridos pela nova burguesia. Portanto, as duas cidades eram centros que concentravam grandes contingentes populacionais, comércio e bancos, mas também doenças.

Devido à propagação de doenças epidêmicas, mas também para a modernização do espaço urbano e para assemelhar-se aos ideais das reformas das grandes capitais europeias, o governo de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, iniciou o processo de remodelação urbana da cidade. Foi feita a modernização e expansão do porto, a construção do Teatro Municipal, a canalização de rios, a abertura de novas ruas e a expansão/alargamento de avenidas, aterramentos de brejos, a demolição de cortiços ocupados por diversas famílias que compartilhavam um único banheiro.

Costa ressalta que de forma geral se "efetivou pela expulsão da população pobre do centro da cidade" (1987, p. 17). O projeto de remodelação da estrutura urbana colonial promoveu o alargamento de ruas ao custo da demolição de comércios e residências, o que elevou o preço dos alugueis e obrigou a população de baixa renda a residir em locais distantes de seus trabalhos.

O plano urbanístico no Rio de Janeiro antecedeu e "preparou o terreno" para as austeras campanhas sanitárias de Oswaldo Cruz contra a febre amarela, a peste e a varíola. Essas campanhas foram extremamente autoritárias porque, além da obrigatoriedade da vacinação – que culminou com a Revolta da Vacina –, foram responsáveis pelo estabelecimento de diversas leis e normas a fim de "enquadrar a vida da cidade", tais como as visitas domiciliares "que removiam tudo o que fosse encontrado no seu interior e julgado prejudicial à saúde, para os caminhões de limpeza pública" (COSTA, 1987, p. 17).

Em Santos, o início das reformas urbanas ocorreu em 1870 com as obras de modernização e expansão da área portuária. No início do século XX, sob a direção do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, as reformas sanitárias tiveram início com o objetivo de controlar as epidemias que assolavam a cidade e também de promover sua modernização, a fim de alinhá-la aos ideais de progresso das novas elites urbanas. Com isso, foram feitas obras de redes de esgoto; foram construídos emissários que avançavam mais de 10 km no oceano para o lançamento dos efluentes e a melhoria

da balneabilidade das praias bem como foi implantada uma rede de canais para a drenagem pluvial a fim de evitar água parada nas áreas alagadiças e a proliferação de doenças. Essa rede de canais norteou a configuração do espaço urbano e se transformou em referencial espacial "fortemente vinculado à identidade da população" (CARRIÇO, 2015, p. 31).

Contudo, assim como na cidade do Rio de Janeiro, as obras de renovação urbana em Santos foram responsáveis pela destruição das habitações e dos bairros que abrigavam as classes mais pobres. A reforma não teve compromisso com as condições de vida das classes trabalhadoras, mas sim em tornar a cidade visualmente bela e sanitariamente higiênica. Os habitantes dos cortiços nas áreas próximas à faixa da praia foram substituídos pela classe média e alta, que, com os novos valores burgueses, passaram a se interessar por habitar a beira-mar (LANNA, 1996).

# Pesquise mais

Um estudo desenvolvido por André Nunes de Azevedo, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), trouxe novas interpretações para as reformas urbanas empreendidas. De acordo com o professor, a ideia de que as reformas empreendidas por Pereira Passos teriam o objetivo de promover a segregação espacial na cidade é proveniente de uma interpretação baseada em correntes neomarxistas da década de 1980. Com base nos documentos oficiais, o professor refuta as explicações de que a reforma urbana tinha a intenção primeira de promover a expulsão das classes pobres e trabalhadoras das regiões centrais. Segundo ele, a reforma empreendida tinha por objetivo o alargamento de ruas, a canalização de rios, a criação de novas avenidas para conectar o subúrbio ao centro, a construção de equipamentos culturais e vilas operárias no entorno da região central.

QUEIROZ, C. Prefeito Ambivalente. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ano 19, n. 266, abr. 2018. Disponível em: <a href="http://revistapesquisa.fapesp.">http://revistapesquisa.fapesp.</a> br/2018/04/19/prefeito-ambivalente/>. Acesso em: 7 maio 2018.

## A industrialização e a urbanização brasileiras

A urbanização brasileira é um fenômeno claramente do século XX. Santos (2013) aponta que a partir do século XVIII a urbanização

se desenvolveu, no século XIX se acelerou e ganhou materialidade, e no século XX adquiriu as características que conhecemos hoje. Se nos apoiarmos nos dados estatísticos sobre a população brasileira, descobriremos que entre 1872 e 1920, embora tenha havido crescimento do número absoluto de pessoas, a taxa de urbanização se manteve praticamente constante em torno de 10% (Quadro 3.1). É entre 1920 e 1940 que o processo de urbanização se acentuou, passando para mais de 30% das pessoas habitando as cidades, e continuou nessa direção, até as estatísticas do último censo revelarem que a taxa de urbanização brasileira é de cerca de 84%, isto é, 84% dos brasileiros habitam áreas urbanas.

Quadro 3.1 | Taxa de urbanização brasileira

Período	Urbanização
1872	10%
1890	10%
1920	10%
1940	31%
1950	36%
1960	44%
1990	75%
2010	84%

Fonte: Geiger (1963, p. 20 apud SANTOS, 2013, p. 23) e IBGE (2010, [s. p.]).

Scarlato (2003) aponta que o processo de urbanização brasileira está relacionado à consolidação das relações capitalistas de trabalho, impulsionado pelas condições políticas e econômicas. O autor acredita que o trabalho assalariado foi o motor do desenvolvimento do mercado imobiliário nas cidades, já que os trabalhadores precisavam de moradias. Santos (2013, p. 25) confirma que entre 1920 e 1940 a população ocupada em atividades do setor terciário cresceu mais rápido que o total da população economicamente ativa.

A expansão da urbanização no estado de São Paulo é pronunciada nesse período em função da dinamização econômica conferida pela agricultura cafeeira praticada com importância crescente desde meados do século XIX. Essas receitas permitiram os investimentos de origem privada em companhias de energia, nos meios de transporte, bancos, redes de telefonia, grandes lojas, indústrias, entre outros, e conduziu a nova dinâmica urbana do estado de São Paulo bem como influenciou a urbanização do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Santos (2013) acredita que de forma geral, as grandes capitais até a Segunda Guerra Mundial eram dinamizadas sobretudo pela agricultura e pelas funções administrativas público e privadas que concentravam. Foi, portanto, entre as décadas de 1940 e 1950 que o motor econômico urbano ganhou destaque no processo de urbanização e permitiu o crescimento populacional contínuo dessas cidades.

No século XX houve crescimento natural da população brasileira tanto nas áreas rurais quanto nas urbanizadas em função das altas taxas de natalidade associadas aos progressos nas condições sanitárias e nos padrões de vida geral da população. Além do aumento da população urbana em função da redução da taxa de natalidade, as cidades passaram a receber milhares de migrantes das áreas rurais que, por conta do processo de modernização do campo e do processo de concentração fundiária, perderam seus empregos ou optaram por vender suas terras e tentar ganhar a vida nas cidades.



Santos (2002) entende a transformação do espaço geográfico operada pelo ser humano em três fases: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. O meio natural, a fase mais extensa, é marcada pela luta pela sobrevivência humana em um meio hostil que precisa ser dominado. Nessa fase, de forma geral, o humano promove alterações de baixo impacto e que podem ser recuperadas pela dinâmica da própria natureza. No meio técnico, o ser humano já dispõe de instrumentos e conhecimento para contornar as adversidades do meio e é capaz de submeter a natureza a sua necessidade com maior intensidade, por meio da mecanização do território. A passagem do meio natural ao técnico não foi marcada por um acontecimento único, mas se constituiu em um processo lento de transição para o qual contribuíram a Renascença, a formação dos Estados nacionais modernos, a Revolução Científica, a Revolução Urbana, entre outros. A transição do meio técnico para o técnico-científico-informacional ocorre no pós-guerra e é marcada pela importância assumida pela ciência e informação para a remodelação do espaço geográfico.

Não se trata de um processo limitado às cidades, pois pode abranger áreas urbanas e rurais. Contudo, o meio técnico-científico-informacional coincide com a aceleração do processo de urbanização (é sua causa e seu efeito) e consagra a supremacia das grandes cidades como local que concentra o processo de modernização e de intensa divisão do trabalho.

#### Planejamento urbano desenvolvimentista

O planejamento urbano desenvolvimentista é proposto às cidades brasileiras no mesmo momento em que um projeto para o desenvolvimento e a integração territorial do país começa a ser aplicado. No pós-Segunda Guerra, o Brasil adentrou um momento de verdadeira reorganização da estrutura produtiva por meio do incentivo à industrialização, inclusive por empresas multinacionais, em especial as automobilísticas, e das grandes obras de infraestrutura, tais como rodovias, usinas hidrelétricas, redes de comunicação – que garantiram a base técnica para o processo de modernização –, entre outros. Trata-se, portanto, de um momento de intenso processo de urbanização e modernização do território brasileiro, condições necessárias para que o país pudesse se inserir na economia internacional e operar nos moldes do capitalismo maduro. Esse período ficou conhecido como "milagre econômico", apesar de ter contribuído para o aumento da desigualdade social, para o endividamento público e para grandes projetos de infraestrutura insustentáveis e agressivos ao meio ambiente.

O planejamento urbano desenvolvimentista proposto às cidades brasileiras carrega os ideais da modernização e das grandes obras de infraestrutura. Deák aponta que, embora o ritmo da urbanização brasileira tenha se acentuado desde o século XIX, foi a partir da segunda metade do século XX que ela, de forma mais contundente, "começou a provocar iniciativas por parte do Estado e modificações na administração pública" (2004, [s.p.]). Nesse contexto, o planejamento urbano foi entendido como a intervenção estatal necessária para nortear as transformações do processo de rápida urbanização. Para isso, foram elaborados os grandiosos planos integrados de desenvolvimento (PDI) para todas as cidades que passavam por surtos de urbanização. Déak (2004, p. 13) lembra que

tais planos "abrangiam a todos os aspectos possíveis e imagináveis da vida das cidades, desde obras de infraestrutura física até a renovação e o desenho urbanos, ordenação legal do uso do solo e da paisagem urbana", e a provisão de serviços de saúde e educação. A elaboração desses planos era estimulada pelo governo tornando-os requisitos para obtenção de financiamento de obras e de acesso a fundos de urbanização.

Os planos de desenvolvimento integrado chegaram ao auge nas décadas de 1960 e 1970 e logo caíram em descrédito, pois, apesar de grandiosos, eram distantes da realidade urbana e denunciavam a lacuna entre a teoria e a prática da dinâmica urbana. Os planos integrados foram substituídos pelos setoriais mais modestos, mas o fato é que o planejamento urbano perdeu seu vigor (DEÁK, 2004)



São exemplos dos superplanos produzidos no período estudado: o Plano Doxiadis, proposto para o Rio de Janeiro, em 1965; o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB-SP), em 1967, e o Plano para a Região Metropolitana de Porto Alegre (1973). O PUB-SP foi elaborado por um consórcio formado por diversas empresas e reunia seis volumes de informações sobre a área metropolitana de São Paulo.

## Sem medo de errar

Vamos relembrar de Kátia, que estava participando de um almoço em família quando um convidado contou, em tom condescendente, um fato curioso sobre a administração municipal da cidade em que ele mora: o zoneamento estabelecido em lei pelo plano diretor foi modificado para atender à instalação de uma concessionária de veículos que pretendia ser aberta na cidade.

Antes de qualquer coisa, é importante ter claro o papel do planejamento urbano para as cidades brasileiras. Sabemos que, durante muito tempo, a explosão da urbanização não foi acompanhada, em nosso país, de diretrizes (leis e fiscalização) que conduzissem o crescimento das cidades. O Estatuto da Cidade (lei n. 10.257/2000) tornou obrigatório o plano diretor para todas os

municípios com mais de 20.000 habitantes. Nesse documento, consta o zoneamento urbano, isto é, a cidade separada em zonas com usos permitidos e proibidos, uma herança do planejamento modernista, consagrada com a Carta de Atenas, conforme estudamos anteriormente. O zoneamento tem por objetivo evitar usos conflitantes e nocivos para a população. Assim, o zoneamento deve prever, por exemplo, que casas noturnas não possam ser abertas próximas de hospitais ou bairros residenciais, ou que depósitos de lojas de materiais de construção não sejam abertos ao lado de creches. Enfim. o zoneamento urbano é elaborado com o objetivo de reduzir os conflitos pelo uso do espaço urbano. Mas de que adianta a elaboração de planos urbanos e zoneamentos se a decisão dos órgãos executivos municipais nem sempre os tomam em consideração? Essa é uma das grandes questões que se colocam a respeito da efetividade dos planos e zoneamentos que podem não ser colocados em prática em função de inviabilidade técnica e/ou orcamentária (descolamento da teoria e da prática) ou em função de pressões e interesses de agentes produtores do espaço urbano com poder de barganha frente ao órgão executivo municipal. O plano e sua correta execução devem objetivar o bem comum da cidade, beneficiar o major número de pessoas ao invés de atender a interesses individuais. A influência de certos agentes produtores do espaço urbano é um problema que afeta muitas cidades no Brasil, corrompe as diretrizes técnicas a favor de interesses individuais, coloca em questão a credibilidade dos planejadores e causam perdas a toda a sociedade.

# Faça valer a pena

- **1.** Sobre o processo de urbanização brasileira do século XVI ao XIX, leia as assertivas a seguir:
- I Durante o Brasil colônia e império as vilas e cidades foram construídas segundo as ordenanças portuguesas que estimulavam a ocupação de todo o território brasileiro com o objetivo de marcar presença e garantir o território na colônia. Isso foi responsável pela criação de consolidadas capitais nas porções centrais do país.
- II A criação de cidades no Brasil colônia e império acompanhou a exploração dos recursos naturais. O ciclo da cana-de-açúcar alavancou a criação de cidades na porção litorânea da Região Nordeste. Posteriormente,

a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás deslocou o eixo de ocupação para as porções interiores.

III – No século XIX o Brasil era ainda eminentemente agrário. Embora as cidades concentrassem as funções políticas e administrativas, ainda correspondiam a um prolongamento do espaço rural ao qual estavam subordinadas em função da importância da atividade agrícola, seja a cana, o café, a borracha.

Assinale a seguir a alternativa que apresenta a(s) assertiva(s) correta(s).

- a) III.
- b) II.
- c) Le III
- d) I e II.
- e) II e III.

#### 2. Leia o trecho a seguir



Exigiu das habitações providências no sentido de proteger todas as caixas, depósitos de água, etc. Fez remover latas, garrafas, cacos, etc. Tudo que pudesse servir de reservatório de água onde se desenvolvia o mosquito. Mandou proceder a limpeza das calhas e telhas e retirar a vegetação que brotava sobre os telhados, acumulando água. Fez reparar urnas, vasos e outros objetos de ornamentação existentes sobre as casas, com o fim de evitar que no interior deles se coletasse água (...). (COSTA, 1987, p. 18)

Em tempos de batalha contra a dengue e o zika vírus, o texto pode parecer bastante atual. Contudo, ele faz referência a acontecimentos no início do século 20, mostrando que as enfermidades geradas por mosquitos que utilizam a água parada para seu ciclo reprodutivo é uma situação antiga e mal solucionada no Brasil que gera enormes perdas à população.

O fragmento de texto do Nilson Costa refere-se

- a) Às campanhas sanitárias contra a febre amarela na cidade do Rio de Janeiro empreendidas por Oswaldo Cruz.
- b) Aos projetos de renovação urbana de Oswaldo Cruz para a interrupção da propagação da febre amarela no Rio de Janeiro.
- c) Às campanhas sanitárias contra a proliferação da tuberculose na cidade do Rio de Janeiro, empreendida pelo prefeito Pereira Passos.

- d) Às campanhas sanitárias contra a febre amarela em São Paulo a fim de evitar a perda da classe trabalhadora.
- e) Aos projetos de renovação urbana do Rio de Janeiro empreendidos por Pereira Passos como forma de controlar as epidemias responsáveis por mortes em massa.
- **3.** No livro de memórias *Anarquistas, graças a Deus,* Zélia Gattai, filha de imigrantes italianos, revisita sua infância no início do século 20, em uma São Paulo muito diferente da atual e, por vezes, difícil de ser imaginada. Conta ela que:

Naqueles tempos, a vida em São Paulo era tranquila. Poderia ser ainda mais, não fosse a invasão cada vez mais dos automóveis importados, circulando pelas ruas da cidade; grossos tubos, situados nas laterais externas dos carros, desprendiam, em violentas explosões, gases e fumaça escura. Estridentes fonfons de buzina, assustando os distraídos, abriam passagem para alguns deslumbrados motoristas que, em suas desabaladas carreiras, infringiam as regras de trânsito, muitas vezes chegando ao abuso de alcançar mais de vinte quilômetros à hora, velocidade permitida somente nas estradas. (GATTAI, 2009, P. 29)



Sobre a urbanização de São Paulo, julgue verdadeiro ou falso cada item a seguir

- ( ) Até meados do século 19, São Paulo não figurava entre as grandes cidades brasileiras. Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém eram cidades que concentravam maior quantidade de habitantes em relação a ela.
- ( ) No século 20, São Paulo se tornou ícone da urbanização brasileira, mas somente na década de 1960 se tornou a maior cidade do país, quando o Rio de Janeiro deixa de ser capital do Brasil.
- ( ) A economia do café gerou no estado de São Paulo mercados internos e uma vasta rede de cidades, o que reforçou a importância política e administrativa da capital do estado perante o país

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiro(s) – V e falso(s) – F:

- a) V, F, F.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) V, V, V.
- e) V, F, V.

# Seção 3.2

#### A rede urbana brasileira

## Diálogo aberto

Um grande artista do ramo musical, grato pelo seu sucesso, quer construir um hospital na cidade de Kátia. Por isso, ele procurou a prefeitura para propor um acordo: ele construiria o hospital com recursos próprios, mas a prefeitura deveria escolher o local mais apropriado e ceder o terreno para construção. Kátia, funcionária da Secretaria de Urbanismo e Cartografia juntamente à equipe de planejamento urbano chegaram à conclusão de que a melhor localização seria no bairro Mário de Andrade, porque lá já existe um grande hospital instalado (mas de outra especialidade) e é uma região abastecida com grandes avenidas – o que facilita o acesso ao hospital. Depois de analisar as imagens de satélite e realizar uma visita ao bairro, a equipe chegou a três terrenos possíveis para a construção do hospital. O primeiro seria o terreno em frente ao hospital já instalado. Trata-se de uma área pública cercada por árvores e é a única área utilizada pelos moradores do bairro como espaço de lazer. Possui um campo de futebol onde ocorrem jogos nos finais de semana, e em volta do campo há uma pista para caminhada que é usada tanto pelos moradores como pelos alunos de uma escola especial localizada no bairro. A segunda opção é um grande terreno ao lado (mas não contíguo) do hospital já instalado que pertence à prefeitura e está sendo subutilizado para alocar veículos da administração pública, especialmente os da limpeza urbana. Apesar de estar subutilizado, a prefeitura tem planos para futuramente construir a fim de descentralizar as funções da repartição pública. O terceiro terreno, está localizado um pouco mais distante dos anteriores e pertence a um particular; se for escolhido para a construção do novo hospital, deverá ser comprado pela prefeitura. Pensando nessas três possiblidades e nas informações disponíveis, ajude a equipe a refletir e argumentar sobre qual seria a melhor escolha técnica para construção do novo hospital no município.

# Não pode faltar

#### A cidade moderna brasileira: Brasília

Atransferência da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para o planalto central do país, estava prevista desde o século XIX, na Constituição Republicana (1891). Isso porque, desde o período colonial, conforme vimos, havia a tradição de ocupação e criação de cidades nas áreas próximas ao litoral, e as regiões interioranas permaneciam pouco ocupadas e exploradas. Pretendia-se, portanto, promover o desenvolvimento do interior do país e integrá-lo às grandes cidades de ocupação já consolidadas. Em Brasília, convergiram os esforços da ideia de construção do território brasileiro.

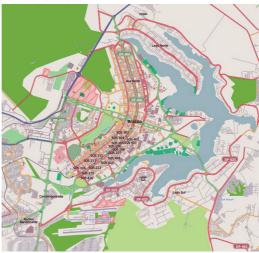
Embora prevista na Constituição de 1891, a transferência da capital só foi realmente efetivada na década de 1960, no governo do presidente Juscelino Kubistchek. Logo, após sua eleição, Kubistchek, em 1956, conseguiu apoio político e lançou o concurso para se escolher um projeto urbanístico para a nova capital. A década de 1950 ainda foi marcada pelo auge do planejamento modernista e as ideias da Carta de Atenas e de Le Corbusier estão presentes no projeto vencedor do concurso: o plano piloto proposto por Lúcio Costa para uma cidade voltada ao automóvel, como desejava o presidente da república. O projeto foi materializado em apenas três anos e a nova capital pôde ser inaugurada em abril de 1960.

O projeto de Lúcio Costa previa uma cidade fundamentada em quatro grandes escalas: a monumental, que abrigaria as funções e os prédios administrativos da nova capital; a residencial, baseada na ideia de unidades de vizinhanças e superquadras localizadas na ala norte e sul (Asa Norte e Sul); a social, localizada no encontro dos outros dois eixos, onde se encontram os bancos, hotéis, empresas, etc.; e a bucólica, que abarca os espaços verdes e abertos. Os eixos eram conectados por meio de grandes avenidas de alta velocidade para privilegiar o automóvel e a fluidez em longas distâncias.

O projeto de Lúcio Costa tinha por propósito melhorar o ambiente urbano e proporcionar qualidade de vida para os habitantes. Para isso, ele propôs uma cidade nos moldes das cidades-jardins, com espaços verdes e ajardinados entre os edifícios. As superquadras (residenciais) previam abrigar de 2.500 a 3.000 habitantes, e estava fundada na ideia de unidades de vizinhança, com comércio, atividades culturais, igreja, escola pública; espaço em que fosse possível desenvolver a convivialidade e fazer uso dos servicos rotineiros sem necessidade do automóvel. Brasília foi projetada tomando por princípio a ideia de espaço público moderno e sob a utopia de que o urbanismo resolveria o problema social, a forma urbana proporcionaria maior igualdade social por meio da organização do espaço. Embora tenha previsto bairros para diferentes níveis sociais, após sua inauguração o que se assistiu foi a elitização do Plano Piloto. A valorização imobiliária ocorrida após a inauguração foi responsável pela exclusão das classes baixas e das classes médias, que passaram a residir no entorno do Plano Piloto, nas chamadas cidades satélites. Tais cidades cresceram seguindo o padrão da major parte das cidades brasileiras, sem planejamento e sem serviços públicos suficientes. As cidades-satélites contrastam com o planejamento urbano moderno do Plano Piloto e denunciam a ineficiência em se tentar controlar a dinâmica da vida urbana. Sobre esse aspecto se estruturou uma das mais freguentes críticas à construção de Brasília.

Brasília foi reconhecida como patrimônio da humanidade em 1987, pela Unesco, em função de ser uma obra de prima única do gênio criativo humano e um exemplo de um tipo conjunto arquitetônico, representando um período significativo na história humana: o planejamento urbano modernista (UNESCO, 1987). Posteriormente, o conjunto urbano do plano piloto de Brasília foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artísitico (Iphan) a fim de preservar as concepções urbanas da cidade, materializadas em suas quatro escalas (monumental, social, residencial e bucólica). Além disso, são tombados isoladamente mais de 20 edifícios projetados por Oscar Niemeyer, como Teatro Nacional, a Capela Nossa Senhora de Fátima, a Casa de Chá, o Congresso Nacional.

Figura 3.1 | Brasília: Plano Piloto



Fonte: <a href="mailto:kikipedia.org/wiki/Ficheiro:Map\_of\_Bras%C3%ADlia\_and\_surrounding\_areas.svg">ktips://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Map\_of\_Bras%C3%ADlia\_and\_surrounding\_areas.svg</a>. Acesso em: 14 maio 2018.

# Pesquise mais

Assista ao documentário elaborado pelo Sesc TV sobre a configuração urbana de Brasília. O documentário traz trechos de palestras com Oscar Niemeyer, em que ele explica suas intenções na arquitetura dos edifícios de Brasília, e trecho de entrevista com Lúcio Costa. O documentário destaca os pressupostos do modernismo que estão presentes na forma de Brasília e releva a utopia de se criar uma cidade (forma urbana) que pudesse dar conta de amenizar conflitos sociais ao propor o espaço público como local de convivência entre os moradores. Também aborda os antecedentes históricos e as explicações geopolíticas para a transferência da capital do país.

SESC TV. **Arquiteturas:** superquadras de Brasília. 26 abr. 2014. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=0MHYWo6yb3w">https://www.youtube.com/watch?v=0MHYWo6yb3w</a>. Acesso em: 14 maio 2018.

# Hierarquia das cidades brasileiras

Quando falamos no estudo de redes e hierarquia urbana, não pretendemos retomar a Teoria dos Lugares Centrais, desenvolvida pelo geógrafo alemão Walter Christaller, no início do século XX, e utilizada

pela Nova Geografia nos moldes positivistas. Na década de 1980, sob influência da Geografia Crítica, Corrêa (2001) propôs a renovação do entendimento de rede e hierarquia urbana a partir do modo de produção capitalista. Nesse sentido, os centros urbanos estão integrados em uma complexa e hierárquica rede de serviços e comércio (centros produtores e consumidores) que revelam uma divisão territorial do trabalho, organizada em função do avanço diferencial do capitalismo combinado às condições históricas e geográficas dos locais. Nesse sentido, a rede e a hierarquia urbana constituem a estrutura territorial necessária tanto ao processo de reprodução das classes sociais quanto ao processo de acumulação capitalista.

É importante lembrarmos que o espaço geográfico é fragmentado em territórios (nacionais, estaduais, municipais, etc.), mas é também articulado por meio das redes, cujos nós são as cidades, centros de comando e decisão. A importância dos nós em escala regional, nacional e internacional varia em função de sua capacidade de mobilizar as redes, por meio de decisões e de investimentos. A partir da década de 1970, a revolução tecnológica nos meios de transporte e comunicação ampliou e produziu novas formas (materiais e imateriais) de articulação entre as cidades, que subverteu a lógica de hierarquia e subordinação entre as cidades e tornou mais complexas as relações estabelecidas entre os centros urbanos. Tratou-se da criação de redes de produção e distribuição, de prestação de serviços, de comando político e econômico.



Não só o desenvolvimento tecnológico e o econômico implicam transformações na rede urbana brasileira. As decisões políticas têm importância excepcional na configuração da rede urbana. As decisões sobre a construção de uma universidade pública, asfaltamento de rodovia, construção de usina hidrelétrica, implementação de uma zona franca, podem trazer novas dinâmicas a centros urbanos e reposicionar as cidades na hierarquia regional e nacional. A própria construção de Brasília e a transferência da capital do país causou grandes mudanças na rede urbana brasileira. Hoje, Brasília é o centro da gestão federal e possui importância empresarial comparada a Curitiba e Belo Horizonte.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolve, desde a década de 1960, estudos sobre a rede urbana brasileira tomando por base a análise dos fluxos de bens e de serviços entre as cidades. Além de caracterizar quantitativamente e qualitativamente as relações vigentes no espaço urbano brasileiro, o IBGE espera com tais estudos "subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo" (IBGE, 2008, p. 9). Para se determinar a importância e a influência exercida por uma cidade, deve-se analisar inicialmente a concentração e diversidade de órgãos públicos e sedes de empresas, que são as instituições responsáveis por decisões e pelo direcionamento dos investimentos, ou seja, são centros de comando e poder. Além disso, é necessário analisar a existência e a quantidade de serviços e equipamentos que dão importância a uma cidade perante um conjunto, tais como a presença de aeroportos, juntamente ao número de pousos, decolagens e destinação dos voos; número de hospitais e internações; presença de universidades, diversidade dos cursos de graduação e pós-graduação, número de vagas; densidade de torres de telecomunicações; presença de agências bancárias, entre outros. A partir dessas informações é possível quantificar a importância de um centro urbano e identificar suas áreas de influência. O estudo da rede urbana brasileira tem relação direta com o processo de metropolização, já que as metrópoles compõem os nós de mais alta hierarquia das redes.

O IBGE hierarquizou as cidades brasileiras em cinco níveis de influência: as metrópoles, as capitais regionais, os centros sub-regionais, os centros de zona e os centros locais. Entre as metrópoles, no mais alto nível de gestão territorial, está a **Grande Metrópole Nacional**, classificação em que se encaixa São Paulo, maior conjunto urbano do país, que reúne 12 milhões de habitantes no município e 21 milhões em sua região metropolitana. Em seguida estão as **Metrópoles Nacionais**, tais como Rio de Janeiro e Brasília, com população de 6,5 milhões e 3 milhões, respectivamente. Por fim, estão as **Metrópoles**, compostas pelas capitais de estado que apresentam projeção nacional, tais como Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

#### Metrópoles e metropolização

De acordo com o IBGE, as metrópoles se caracterizam pelo "seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta" (2008, p. 11).

A palavra metrópole significa cidade-mãe e muitas vezes é empregada pelo senso comum como referência a grandes cidades. É importante ressaltarmos que os estudos sobre metrópoles podem empregar diferentes concepções sobre esse termo polissêmico. Para a Geografia o termo metrópole tem significado preciso e deve estar vinculado a um processo de concentração espacial proporcionado pelo sistema capitalista.

Lencioni (2006) destacou que em diferentes estudos sobre metrópoles é constante a ideia de que a metrópole possui tamanho expressivo, seja do ponto de vista da população ou da extensão territorial. Além disso, a metrópole possui marcante diversidade de atividades econômicas, em especial dos serviços de ordem superior. Outra característica das metrópoles é a grande quantidade de inovações que ela concentra. Por fim, Lencioni (2006) identificou que as metrópoles concentram os fluxos de informação e comunicação. Por todas essas características, as metrópoles constituem importantes nós de redes urbanas.

A metropolização constitui uma dinâmica de crescimento urbano que extrapola a uma cidade e, juntamente às outras cidades "que acabam se comportando como parte integrante da metrópole" (SCARLATO, 2003, p. 432), formam um aglomerado urbano. A forte integração da dinâmica urbana entre várias cidades resulta, em diversos casos, no processo de conurbação, marcado pelo desaparecimento dos limites físicos entre os diferentes centros urbanos (SCARLATO, 2003). O movimento pendular – caracterizado por fluxos intensos entre os municípios no início da manhã e final da tarde – é também um indicador da forte integração entre os municípios de uma região conurbada. Quando essa dinâmica é oficialmente reconhecida pelo Estado, são criadas as Regiões Metropolitanas (RM) por meio de leis. Regiões metropolitanas consistem, portanto, em divisão político-administrativa do território estadual.

Scarlato (2003) aponta que os países capitalistas desenvolvidos apresentavam processos de metropolização – em cidades como Tóquio, Nova Iorque, Paris, Londres – antes mesmo da Segunda

Guerra Mundial. No Brasil, o autor acredita que somente o processo de industrialização em vias de consolidação na década de 1950 foi responsável pelo processo de concentração das atividades secundárias e terciárias em cidades que já se apresentavam como centros regionais de crescimento econômico. Essa concentração gerou processos de conurbação, condição necessária à configuração das RM. Assim, as primeiras RM foram criadas em 1973 pelo Governo Federal. São elas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Segundo Scarlato (2003), o governo militar entendeu essas áreas de forte crescimento e conurbação como "áreas de risco" em função dos problemas que a concentração causava, tais como a insuficiência de moradias e de saneamento, alto desemprego, congestionamentos, etc. Problemas esses que não conseguiriam ser resolvidos se não fosse a partir de uma perspectiva regional.

A Constituição de 1988 delegou aos estados a criação de "regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (BRASIL, 1988, [s.p.]). Somado a essa centralização, a dinamização econômica e o aumento da urbanização fizeram passar de nove para mais de setenta RM, segundo dados do IBGE (2017). Além das RM, a partir de 2000, outras formas de associação que denotam integração entre os municípios foram propostas, tal como a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), como a do Distrito Federal e Entorno; a Aglomeração Urbana (AU), como a AU do Litoral Norte - Rio Grande do Sul, e o Colar Metropolitano (CM), como o Colar Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Aco, em Minas Gerais.



Os municípios constituem estruturas políticas-administrativas autônomas; contudo, quando integram uma região metropolitana, passam a existir interesses e problemas compartilhados com municípios vizinhos ou próximos. Reflita sobre quais questões relativas ao urbano ultrapassam a escala municipal e podem ou devem ser pensadas e resolvidas em escala metropolitana.

#### Desconcentração industrial e urbanização

Os anos de 1970 e 1980 foram marcados pelo acelerado processo de concentração urbana, que resultou na metropolização. Contudo, os mesmos dados estatísticos que apontam a metropolização brasileira podem indicar também o processo de desmetropolização (SANTOS, 2013). Isso porque os dados indicam o aumento absoluto da população das cidades grandes brasileiras, mas indicam também a redução relativa da importância da população dessas cidades em relação à população total. Por exemplo, em 1950 as cidades com mais de 2 milhões de habitantes concentravam mais de 4 milhões de habitantes, o que representava cerca de 32% da população urbana brasileira. Já na década de 1980, essas cidades concentravam mais 13 milhões de habitantes, o que representavam cerca de 22% da população urbana total do país. Santos identifica o aumento do número de cidades médias e cidades médias grandes como um indicativo de nova tendência, "uma desmetropolização que se verifica em paralelo com a permanência do fenômeno de metropolização" (2013, p. 98).



Nas décadas de 1980 e 1990, Milton Santos levantou a hipótese de ocorrência do processo de **desmetropolização** no Brasil, resultante da redução da população relativa concentrada em cidades acima de 2 milhões de habitantes comparada à população relativa em cidades de 50 mil até 2 milhões de habitantes. Santos define desmetropolização como "a repartição, com outros grandes núcleos, de novos contingentes de população urbana" (2013, p. 91). Não se trata, portanto, da dissolução de regiões metropolitanas ou redução populacional absoluta nas metrópoles.

A desconcentração industrial contribuiu para a dinamização econômica e para o crescimento urbano das cidades médias. Santos (2013) aponta que por meio do planejamento econômico e regional, o Governo Federal incentivou a criação de novos polos industriais nos estados da região Sul e em pontos da região Norte,

Centro-Oeste e Nordeste. Assim, a "participação do Sudeste em relação ao total de pessoas ocupadas na indústria do país cai de 71,02% em 1970 para 49,75% em 1990." (SANTOS, 2013, p. 107).

Dentro do estado de São Paulo também se verifica o processo de desconcentração industrial. Enquanto em 1970 a Região Metropolitana de São Paulo concentrava 36% da produção industrial nacional e o interior apenas 7%, em 1990 a participação era respectivamente de 22% e de 15%.

Lencioni (1998) lembra que os municípios do interior paulista passaram a oferecer incentivos financeiros para atrair indústrias e estimular a criação de novas empresas, tais como isenção de impostos e de taxas municipais, ressarcimento dos gastos com infraestrutura, criação de distritos industriais, entre outros. Assim, houve a instalação expressiva de indústrias em um raio de 150 km da capital e nos principais eixos rodoviários em direção ao Vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba.

Lencioni ressalta que esse processo não deve ser entendido simplesmente como a industrialização do interior do estado e a desindustrialização da capital, mas de um processo de reestruturação produtiva em que "a decisão e o controle do processo de valorização do capital não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos" (1998, p. 203). Santos acredita que São Paulo assume papel de metrópole informacional e "aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril" (2013, p. 103).

#### Sem medo de errar

Vamos relembrar da situação em que Kátia e sua equipe se encontram: deverão identificar o melhor local para a instalação de um novo hospital no município.

Situações como essa de alocação de novos equipamentos públicos são comuns para as equipes responsáveis pelo planejamento urbano municipal. Os estudos para a alocação são técnicos, mas as decisões finais são políticas. Com isso, queremos

dizer que a equipe técnica deverá avaliar os prós e contras de uma dada realidade municipal para identificar as melhores localizações para o empreendimento, no caso específico, o hospital. Construir um hospital ao lado de outro já existente pode ser uma estratégia de criação de um centro ou polo hospitalar, o que faz sentido se não houver sobreposição de atividades, pois, caso haja, pode ser mais interessante para o município e para os moradores que esses equipamentos sejam criados pensando inicialmente na concentração da demanda pelos serviços oferecidos, ao invés de pensar no espaço da cidade como um plano abstrato. Se a equipe definiu o bairro Mário de Andrade como o melhor bairro para o novo hospital e justificou a escolha em função das vias rápidas de acesso ao local, cabe agora identificar qual seria o melhor terreno para a alocação. Os dois terrenos possuem função: um deles serve como único local de lazer e atividades físicas para a população do bairro, possui muitas árvores – o que diminui a concentração de gás carbônico na atmosfera – e funciona também como barreira para a poluição sonora causada pelas grandes avenidas. O outro, por sua vez, é utilizado pela prefeitura como pátio para alguns veículos. Esse terreno apesar de possuir uso, seria uma opção interessante por não demandar investimentos financeiros da prefeitura em desapropriação. Contudo, se a prefeitura já possui projetos para construção de outros prédios que servirão à administração municipal nesse local, caberá às equipes de planejamento avaliar se a mudança de planos é a solução mais adequada ou se comprometerá anos de trabalho e investimentos já realizados. Por fim, temos um terreno particular sem uso em uma malha urbana já consolidada. Situação bastante recorrente nas cidades brasileiras e que causa grandes perdas ao coletivo, pois estimula o crescimento para as regiões periféricas, aumentando os custos de vida e de implantação de serviços públicos. Para evitar que proprietários mantenham terrenos parados esperando a valorização imobiliária, as prefeituras podem recorrer à adoção do IPTU Progressivo do imóvel, obrigando o proprietário a vender ou utilizar os terrenos. Para inibir os vazios urbanos e a especulação imobiliária, a Constituição Federal de 1988 previu que os imóveis devem cumprir a função social, ou seja, devem ter uso sob pena de desapropriação. Contudo, nenhum imóvel foi desapropriado até o momento pelo fato de não cumprir função social.

# Faça valer a pena

**1.** Brasília passou a ser a capital do Brasil em 1960, depois de três anos de obras em ritmo acelerado. A cidade foi erguida do zero no cerrado do planalto central.

Leia a fala de Juscelino Kubistchek, presidente responsável pela construção de Brasília:

Brasília era considerada uma utopia. Nós estávamos acostumados a ver no mapa do Brasil um retângulo vermelho com os seguintes dizeres: futura sede da capital federal. Ninguém mais dava fé àqueles dizeres que vinham desde a Proclamação da República. (KUBITSCHEK, 1983, [s. p.])



Sobre Brasília, assinale a alternativa correta

- a) O projeto de Brasília foi responsável pela criação de uma das primeiras capitais que priorizava a humanização do espaço urbano, prevendo a criação de zonas especiais de interesse social destinadas a abrigar população de baixa renda que trabalhou na própria construção da cidade.
- b) Brasília é um exemplo da aplicação do urbanismo moderno do século XX e previu a criação de espaços públicos destinados à convivência entre os moradores das chamadas superquadras.
- c) Por ter sido a primeira cidade planejada brasileira, faltaram estudos técnicos com estimativas sobre a concentração populacional, logo, a dinâmica da urbanização da capital transbordou, causando a criação das cidades satélites.
- d) O plano piloto projetado por Oscar Niemeyer assume a forma de um pássaro ou avião e priorizou o automóvel como forma de circulação e ligação entre os eixos monumental e residencial.
- e) Embora tenha sido reconhecida como patrimônio mundial, a cidade de Brasília não tem reconhecimento da importância de seu conjunto urbano em nível nacional, que não é legalmente protegido pelo tombamento.
- **2.** Sobre a rede urbana brasileira, julgue cada assertiva a seguir como verdadeira ou falsa:
- ( ) As redes e hierarquias urbanas apresentam certa tendência à estabilidade estrutural ao longo do tempo, pois implicam a implantação de redes materiais sobre o território, tais como as rodovias, linhas de energia, fibra ótica, entre outros.

- ( ) Embora conhecer a rede urbana brasileira permita identificar pontos de carência e de concentração de serviços e atividades, não permite subsidiar o planejamento de investimentos públicos e privados e influenciar as decisões a respeito da localização das atividades econômicas.
- ( ) A rede urbana brasileira apresenta como principais nós as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e como nós de importância secundária: Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

Assinale a alternativa que apresente a sequência correta

- a) V. V. V.
- b) V, F, F.
- c) F, V, V.
- d) F, F, V.
- e) V, F, V.

#### 3. Leia as assertivas a seguir e julgue a relação entre elas

I. Com base em análises sobre a concentração da população nas cidades brasileiras, nas décadas de 1980 e 1990, Milton Santos identificou tendências de desmetropolização, isto é, de perda de população relativa das cidades com mais de 2 milhões de habitantes para as cidades menores. Entretanto, essa caracterização mostrou-se, nas décadas de 2000 e 2010, equivocada.

#### **Porque**

II. Entre 1973 e 2017 foram criadas mais de 70 regiões metropolitanas formadas por mais de 1.300 municípios brasileiros, concentrando grande parte da população – o que mostra, claramente a expressividade do processo de metropolização.

Assinale a seguir a alternativa correta

- a) As asserções I e II são verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é falsa e a II é proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

# Seção 3.3

# Estatuto das cidades e as perspectivas de reforma urbana

## Diálogo aberto

A cidade em que Kátia mora e para qual ela trabalha possui um centro histórico bastante antigo para os padrões brasileiros. Como a cidade passou por uma dinamização econômica intensa seguida por seu declínio há mais de 100 anos, as ruas permaneceram estreitas e as construções bastante antigas. Contudo, novos ciclos vieram e passaram a dinamizar novamente a economia do município. Hoje ainda predominam, no centro, as ruas estreitas de tempos mais remotos, alguns poucos edifícios foram substituídos por construções novas e muitos outros tiveram seus usos alterados de residências para lojas, bares, restaurantes, escolas. O centro histórico hoje é vivo e bastante agitado: durante o dia domina o comércio de lojas e à noite os cursos técnicos, universidades, bares e restaurantes. Além dessa dinâmica já estabelecida, as escavações em um terreno que era ocupado por uma residência antiga revelaram um sítio arqueológico único no continente americano com vestígios que apresentam mais de 15 mil anos de existência, o que atraiu turistas e pesquisadores de todo o mundo. A maior consequência disso foram os congestionamentos. O trânsito se tornou impraticável na região central em função da combinação de ruas estreitas, excesso de pessoas e veículos. O desafio agora é pensar em soluções e/ou melhorias que a Secretaria de Urbanismo e Cartografia juntamente ao Departamento de Trânsito precisam propor para a situação apresentada.

# Não pode faltar

#### Planejamento Urbano no Brasil

O planejamento urbano está enquadrado em uma estrutura institucional de nível nacional sob a responsabilidade do Estado que define legalmente as normas, apresenta os instrumentos de

atuação das prefeituras municipais e disponibiliza os recursos para sua execução. É dessa estrutura institucional, por ora disponível no Brasil, que trataremos na última seção desta unidade.

Vamos retornar à década de 1980 e ao processo de redemocratização do país, que possibilitou o fortalecimento dos movimentos sociais, em especial, daqueles relacionados à luta pela reforma urbana e pelo direito à moradia (MARICATO, 2006). Esses movimentos – que reuniam profissionais autônomos, professores universitários, ONGs, integrantes de entidades religiosas, sindicalistas, parlamentares, entidades de classe, entre outros – incorporaram o pensamento crítico ao ideal de reforma urbana.



**Assimile** 

A reforma urbana representa para as cidades o que a reforma agrária representa para o campo, "com todas as limitações que ambas possam ter, por serem conduzidas dentro dos marcos gerais do modelo social capitalista" (SOUZA, 2004, p. 158). A reforma urbana pode ser caracterizada como:



(...) um conjunto articulado de políticas públicas, de carácter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustica social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades. (SOUZA, 2004, p. 158)

Esses movimentos resultaram na criação no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que conseguiu apresentar emendas populares à Assembleia Constituinte para a ocasião de formulação da nova Constituição. O Congresso recebeu as emendas, mas não teve a obrigação de adotá-las integralmente (SOUZA, 2004). Tais emendas foram recebidas, mas não necessariamente foram incorporadas ao texto legal.

A Constituição de 1988 estabeleceu um capítulo para tratar da política urbana, que vale ser lido na íntegra:

#### CAPÍTULO II - DA POLÍTICA URBANA



- Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.
- § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
- I parcelamento ou edificação compulsórios;
- II imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- § 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- § 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (BRASIL, 1988, [s.p.]).

Note que a Constituição atribuiu ao poder público municipal a responsabilidade pelo planejamento urbano e estabeleceu a obrigatoriedade do plano diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes, fato que, para Villaça, ofuscou "as questões centrais da reforma urbana" (2004, p. 232) e não significou o atendimento das demandas dos movimentos sociais, mas da aliança entre tecnocratas e congressistas.

Além disso, a Carta Magna ressaltou que as propriedades urbanas cumprem sua função social quando estão adequadas às exigências estabelecidas nos planos diretores. É importante ressaltarmos também que a Constituição abriu a possibilidade ao poder público de promover desapropriações, aplicação de impostos progressivos ou imposição de edificação compulsória aos proprietários de solo urbano não utilizado.

Outras conquistas dos movimentos sociais, ainda que parciais das propostas para a reforma urbana foram a regulamentação dos artigos 182 e 183 por meio o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, em função das demandas de movimentos sociais que tem como missão institucional:



(...) melhorar as cidades, tornando-as mais humanas, social e economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, por meio de gestão democrática e integração das políticas públicas de planejamento urbano, habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito de forma articulada com os entes federados e a sociedade. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015, [s.p.])

O Ministério das Cidades foi estruturado para responder a quatro principais questões referentes às cidades: a moradia, o saneamento ambiental, a mobilidade urbana e a regularização fundiária. Ainda que essas sejam atribuições do poder público municipal, segundo Maricato (2006, p. 215), o "governo federal pode ter um importante papel coordenador, fomentador e financiador de estudos e ações". No âmbito do Ministério das Cidades, e de maneira participativa, foi formulada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), para isso, ocorreram periodicamente as Conferências Nacionais

das Cidades, em que representantes do Estado e da sociedade civil organizada se reuniam para debater propostas para questões relacionadas à habitação, à mobilidade urbana, ao saneamento. Uma das grandes ações do Ministério foi a implementação de um novo Sistema Nacional de Habitação (SNH) com o objetivo de reduzir o déficit de moradias no país, com especial interesse pelas classes de baixa renda, que concentrava, em 2008, quase 90% desse déficit (CNM, 2010). Sobre esse assunto retornaremos na próxima unidade.

# Pesquise mais

A cidade compreendida na política urbana e no plano diretor, a chamada cidade legal, não constitui a totalidade do território das cidades brasileiras. Boa parte das cidades estão à margem dos cadastros das prefeituras e concessionárias de serviços públicos, dos sistemas de financiamento habitacional e em terrenos frágeis. Trata-se das cidades informais, das áreas de ocupação irregular. No artigo *A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país*, Raquel Rolnik traça o cenário das políticas urbanas no Brasil e aponta as limitações dessa esfera de atuação sobre as cidades.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. **Repositório do Conhecimento do IPEA:** Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, n. 12, fev. 2006, p. 199-210. Disponível em: <a href="http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\_sociais/ensaio1\_raquel12.pdf">http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\_sociais/ensaio1\_raquel12.pdf</a>>. Acesso em: 23 maio 2018.

#### Lei Orgânica do Município e plano diretor

A Lei Orgânica do Município e o plano diretor possuem natureza comum de tratar da normatização do município, mas são instrumentos distintos e complementares.

A Lei Orgânica tem a finalidade de organizar a máquina pública do município, no que diz respeito a estrutura política, administrativa e financeira. Deve estar de acordo com a Constituição Federal e com as constituições dos respectivos estados em que se encontra o município. A Lei Orgânica estabelece os princípios fundamentais

que devem pautar os projetos e as ações do poder público municipal. Entende-se por princípios, por exemplo, o respeito à dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, entre outros. A Lei Orgânica estabelece as atribuições do poder público municipal e a sua organização institucional: a função legislativa, desempenhada pela Câmara Municipal, e a função executiva, desempenhada pela administração municipal (prefeitura).



## Exemplificando

Vamos usar como exemplo a Lei Orgânica do Município de Valinhos, interior de São Paulo. Entre seus capítulos está aquele que orienta o desenvolvimento urbano. Em relação ao plano diretor, o Capítulo determinou que:



Art. 158. O Município estabelecerá em seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, de conformidade com suas diretrizes, as normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, arruamento, edificações, uso e ocupação do solo, índices urbanísticos, proteção ambiental e demais limitações administrativas pertinentes.

 $\S\,1^{\circ}$  O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deverá considerar a totalidade do território do Município.

 $\S$  2º O Município estabelecerá critérios para regularização e urbanização de assentamentos de loteamentos irregulares, existentes à data da publicação da presente lei.

 $\S\,3^\circ$  O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado fixará critérios que assegurem a função social da propriedade imóvel (...)" (VALINHOS, 2017, p. 59)

Conforme vimos no exemplo apresentado anteriormente, a elaboração do Plano Diretor está prevista na Lei Orgânica dos municípios.

Na década de 1990, houve uma reação contra os planos diretores inócuos elaborados nos anos anteriores pelas prefeituras, no entanto, deu-se mais por uma obrigação, para obter financiamentos, do que pela convicção de que tais planos pudessem de fato trazer melhorias para o espaço urbano. Esses planos foram acusados de naturalizar as

causas dos problemas urbanos, isentando as desigualdades sociais e a dominação de classes de suas responsabilidades.

Os novos planos diretores propostos incorporaram o ideário da reforma urbana (SOUZA, 2004). Villaça (2004) aponta que a década de 1990 foi marcada pela transformação dos planos diretores em lei e pelo início da sua politização em algumas cidades brasileiras em função da consolidação dos movimentos sociais. Ocorreu a recusa ao plano diagnóstico, que elencava os problemas das cidades, e a recusa ao superplano, que tentou reunir os mais diversos temas em um único documento, mas causando a inoperância e o descrédito ao planejamento urbano.

De acordo com Villaça, os elaboradores dos planos diretores:

(...) tentaram introduzir neles temas da reforma urbana e dispositivos que atendiam aos princípios de justiça social no âmbito urbano e que não eram impedidos pela Constituição, como o coeficiente de aproveitamento único e igual para toda a cidade ("o chamado solo criado"). Associadas a esse dispositivo estavam as ideias da "concessão onerosa do potencial construtivo" e da criação do Fundo Municipal de Urbanização. Outros dispositivos inovadores eram a regularização fundiária e a urbanização de favelas e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). (2004, p. 233-234),



Diante da constatação da ineficiência dos superplanos, passou-se a adequar o plano diretor aos limites de ação do poder municipal, em especial, às questões de natureza urbanística (referente ao uso e ocupação do solo), tributária e jurídica, que permitiam que o poder público captasse a valorização imobiliária decorrente de seus próprios investimentos (VILLAÇA, 2004), o que, por outro lado, não garantiu o plano como instrumento real de reforma urbana, fato possível de ser constatado nas cidades brasileiras. Esses novos planos diretores encontraram forte oposição de grupos de empresários, porque continham diretrizes que iam de encontro aos interesses econômicos e às possibilidades desses agentes obterem renda com o

espaço urbano. Dessa forma, os planos diretores progressistas encontraram maior resistência para sua implementação do que os propositores otimistas poderiam supor (SOUZA, 2004).



#### Reflita

Villaça (2004) destaca que a partir da década de 1990 os planos diretores se tornaram politizados em função do avanço da consciência e do fortalecimento das organizações populares. Reflita se os planos diretores anteriores podem ser tomados como planos objetivos, não políticos e ausentes de ideologia e sobre o que muda com os planos politizados, que incorporam os ideais de reforma urbana.

#### Estatuto da Cidade

A Lei n. 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, entrou em vigor em 2001 com o objetivo de regulamentar os artigos n. 182 e n. 183 da Constituição Federal, que tratam sobre a política urbana, conforme vimos anteriormente. Proposto em 1989, o projeto de lei demorou mais de uma década até ser de fato aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em função das resistências de grupos de promotores imobiliários e de tecnocratas do planejamento, com forte peso nas decisões políticas.

O Estatuto da Cidade representou a possibilidade de concreção da reforma urbana no país, pois apresentou mecanismos diversos que, se não resolvessem os problemas das cidades brasileiras, poderiam atenuá-los, tais como os mecanismos com o objetivo de fazer cumprir a função social da propriedade e outros para inibir a especulação imobiliária. Rolnik apresenta o Estatuto como "conjunto inovador de instrumentos de intervenção" sobre os territórios das cidades, "além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbanos" (2001, p.5). Embora permita uma nova possibilidade de prática sobre o urbano, a autora ressalta que a efetividade do Estatuto "depende fundamentalmente do uso que dele fizerem as cidades" (ROLNIK, 2001, p. 9).

De modo geral, o Estatuto da Cidade consiste em uma lei composta por 58 artigos que apresenta as diretrizes gerais que devem ser seguidas para a promoção da política urbana a fim de proporcionar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, o direito a cidades sustentáveis e ao bem-estar dos cidadãos e o desenvolvimento de gestões democráticas (SAULE JÚNIOR e UZZO, 2010).

O Estatuto da Cidade está assentado em três principais eixos. O primeiro deles trata dos instrumentos de natureza urbanística que, segundo Rolnik (2001), têm mais a função de induzir do que normatizar o uso do solo. Trata-se de instrumentos voltados para garantir o cumprimento da função social da propriedade, como o imposto progressivo no tempo, a desapropriação para fins de reforma urbana, o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória.

O segundo eixo se refere ao estabelecimento de critérios para a elaboração de planos diretores pelos municípios. Definiu que os municípios com mais de vinte mil habitantes ou que fazem parte de uma região metropolitana devem ter planos diretores, elaborados e fiscalizados por meio de uma gestão democrática e participativa, que garanta audiências públicas e debates com a participação da população e a publicidade das informações e dos documentos produzidos.

O terceiro eixo refere-se aos instrumentos de **regularização fundiária** e de **usucapião especial de imóvel urbano**, que podem ser pleiteados por aquele que possuir como sua, por 5 anos ou mais, uma área ou imóvel que sirva de moradia para sua família. A usucapião poderá ser reivindicada por uma pessoa ou coletivamente, caso nenhum dos pleiteadores sejam proprietários de outros imóveis. Cumpre lembrar que as ações de usucapião de imóveis não invalidam ou impedem as ações de reintegração de posse, solicitadas judicialmente por quem detém o título do imóvel.

#### Outros instrumentos de planejamento urbano

O Estatuto da Cidade apresentou diversos instrumentos e institutos possíveis para a política urbana que devem ser conhecidos por aqueles que se interessam pelo estudo das cidades.

Entre os instrumentos destinados ao planejamento municipal, estão: o plano diretor; a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; o zoneamento ambiental e o plano plurianual;

diretrizes orçamentárias e orçamento anual; a gestão orçamentária participativa; os planos, programas e projetos setoriais; os planos de desenvolvimento econômico e social.

Entre os instrumentos classificados como institutos tributários e financeiros, estão: o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU; a contribuição de melhoria; os incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

Entre os institutos jurídicos e políticos, estão: a desapropriação; a servidão administrativa; as limitações administrativas; o tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; a instituição de unidades de conservação; a instituição de zonas especiais de interesse social; a concessão de direito real de uso; a concessão de uso especial para fins de moradia; o parcelamento, a edificação ou utilização compulsórios; a usucapião especial de imóvel urbano; o direito de superfície; o direito de preempção (precedência na compra de algo); a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; a transferência do direito de construir; as operações urbanas consorciadas; a regularização fundiária; a assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; o referendo popular e plebiscito; a demarcação urbanística para fins de regularização fundiária; a legitimação de posse; o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) (BRASIL, 2001).

O instituto jurídico de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios deve ser utilizado nos imóveis que estejam sendo subaproveitados segundo as definições estabelecidas no plano diretor. Nesse caso, o proprietário deverá ser notificado pelo poder público municipal e receberá um prazo para tornar o imóvel utilizado. Caso os prazos sejam descumpridos pelos proprietários, a prefeitura poderá aplicar o IPTU Progressivo. O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) é cobrado sobre todos os imóveis localizados em zona urbana e compõe o orçamento municipal. É utilizado, portanto, para as obras públicas, pagamentos de funcionários, manutenção das instituições públicas, entre outros. É calculado em função do tamanho dos imóveis, das áreas construídas e da localização nas cidades. O **IPTU Progressivo** consiste em aumentar a alíquota cobrada no IPTU a fim de pressionar os proprietários a

edificar, utilizar ou parcelar o imóvel. Caso o proprietário, mesmo assim, oponha-se a dar função aos imóveis ociosos, o poder público poderá proceder à **desapropriação do imóvel**, com pagamento em títulos da dívida pública. Para Rolnik (2001), esses instrumentos podem barrar a expansão horizontal das cidades, que avança sobre áreas ambientalmente frágeis e encarecem o custo dos serviços urbanos.

# Pesquise mais

Não abordamos de forma aprofundada todos os instrumentos e estatutos possíveis de serem aplicados no planejamento e gestão urbanos, já que eles são muitos e diversificados, mas reiteramos a importância de conhecê-los, conhecer seus objetivos e formas de emprego. Pesquise e aprenda mais em:

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília: 2001. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2KFpbnG">https://bit.ly/2KFpbnG</a>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MUKAI, T. O estatuto da cidade: lei 10.257, de 10.07.2001. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 225: 343-348, jul/set. 2001. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2JrSylw">https://bit.ly/2JrSylw</a>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

# Sem medo de errar

A situação da área central da cidade de Kátia parece bastante tumultuada. Além de ser um centro projetado para um fluxo e volume de pessoas e veículos muito menor do que comporta atualmente, foram descobertos sítios arqueológicos que despertaram a atenção de pesquisadores de todo o mundo, o que aumentou o volume de pessoas circulando pelo local. Kátia e sua equipe na prefeitura devem propor melhorias para o local, no que diz respeito à ocupação e à circulação.

Em primeiro lugar, Kátia pode propor o tombamento dos sítios arqueológicos por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que traria maior proteção aos sítios e ao

seu entorno, já que o instituto do tombamento garante também a proteção paisagística do envoltório dos bens tombados, já que eles compõem o todo em que o bem tombado está inserido. Além do sítio arqueológico, a equipe da prefeitura poderia analisar se existem outras praças, outros edifícios e passeios significativos para a história do município ou do estado e solicitar o tombamento, pelos órgãos do patrimônio cultural, de alguma dessas esferas a fim de garantir a proteção e a manutenção dos elementos que conferem importância e devem ser salvaguardados para as gerações futuras. O tombamento é um dos institutos jurídicos e políticos apresentados pelo Estatuto da Cidade. Outra possibilidade também apresentada no Estatuto é a realização de Estudos de Impacto de Vizinhança para novos empreendimentos ou atividades que se queiram implementar na região central. Com esse instrumento, é possível estimar quais serão os impactos dos novos empreendimentos no que diz respeito ao adensamento populacional, à valorização imobiliária, à geração de tráfego, à paisagem urbana e ao patrimônio cultural. Nesse sentido. empreendimentos podem ser denegados em uma região que já apresenta sobrecarga aos equipamentos urbanos e comunitários. Outra medida que pode ser adotada é o fechamento de ruas para circulação exclusiva de pedestres, o que pode contribuir para o aumento do tráfego em outras ruas, mas, também, aumentar a segurança dos pedestres, reduzir a poluição sonora e do ar, estimular o comércio de rua, etc.

#### Faça valer a pena

- **1.** A década de 1990 é marcada por uma mudança em relação aos planos diretores elaborados pelas prefeituras municipais. Villaça aponta que houve a politização desses documentos e instrumentos de gestão a partir do reconhecimento de que "o plano diretor não é uma peça puramente científica e técnica, mas uma peça política" (2004, p. 237). Sobre esse assunto, leia as assertivas que seguem:
- I Os planos diretores passaram a priorizar a elaboração de diagnósticos extensos sobre os problemas das cidades visto que esse procedimento permitia o conhecimento aprofundado da realidade urbana.
- II Planos diretores passaram a incorporar instrumentos visando a justiça

social, tais como a urbanização de favelas, o IPTU progressivo no tempo e o solo criado.

 III – O plano diretor abandona a perspectiva de aglutinar diversos setores e tratar dos problemas que a globalização causa sobre o município bem como prioriza propostas urbanísticas no setor imobiliário.

Fonte: VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004, p. 169-244.

#### Estão corretas as assertivas apresentadas na alternativa

- a) III.
- b) II e I.
- c) l e III.
- d) II e III.
- e) I.
- **2.** Influenciada pelos movimentos pela reforma urbana, a Constituição de 1988 trouxe importantes contribuições para o modo de pensar e produzir o espaço urbano no Brasil em seus artigos 182 e 183, que tratam da política de desenvolvimento urbano.

Sobre o assunto, assinale a alternativa correta

- a) A Constituição estabeleceu como direito dos brasileiros o acesso à moradia ecologicamente equilibrada e socialmente justa.
- b) O trabalho, o lazer, a educação e a saúde estão de acordo com a Constituição, mas a moradia não constitui um direito social do cidadão.
- c) A Constituição de 1988 centralizou no poder público federal a responsabilidade pelo desenvolvimento das funções das cidades e qualidade de vida.
- d) No capítulo sobre a Política Urbana, a Constituição de 1988 definiu que cumpre a função social aquelas propriedades que estão de acordo com o que está previsto no plano diretor.
- e) A Constituição de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração e uso de plano diretor para todos os municípios do país.
- **3.** A lei n. 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana. O Estatuto da Cidade apresentou instrumentos e institutos de ordem urbanística, jurídica, política, tributária e financeira que podem e devem ser

aplicados pelo poder público municipal para a promoção do planejamento e gestão urbanos.

Relacione o instrumento com seus objetivos.

- (A) IPTU Progressivo.
- (B) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).
- (C) Usucapião especial de imóvel urbano.

residente na área e suas proximidades.

- (D) Direito de Preempção.
- (E) Outorga Onerosa do Direito de Construir.

( ) Direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico
adotado no plano diretor mediante contrapartida a ser prestada pelo
beneficiário.
( ) Elaborado para identificar os efeitos positivos e negativos do
empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população

- ( ) Preferência garantida ao poder público para a aquisição de imóvel urbano caso o poder público necessite de áreas para a execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, etc.
- ( ) Majoração da alíquota cobrada pelos municípios sobre as propriedades urbanas caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não seja atendida pelo proprietário.
- ( ) Conquista de domínio da área ou edificação urbana utilizada como moradia por cinco anos ininterruptos e sem oposição, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

# Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília: 1988. Disponível em <a href="https://bit.ly/2lRFkLP">https://bit.ly/2lRFkLP</a>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BRASIL, IBGE. **Malhas Municipais.** 2015. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\_do\_territorio/malhas\_territoriais/malhas\_municipais/municipio\_2015/Brasil>. Acesso em: 9 maio 2018.

\_\_\_\_\_, **Taxas de Urbanização:** 1940-2010. 2010. Disponível em: <a href="https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122">https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122</a>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília: 2001. Disponível em <a href="https://bit.ly/2KFpbnG">https://bit.ly/2KFpbnG</a>>. Acesso em: 27 maio 2018.

CARRIÇO, J. M. O Plano de Saneamento de Saturnino de Brito para Santos: construção e crise da cidade moderna. **Risco:** Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 22, 2015. Disponível em: <a href="https://goo.gl/VKBCYM">https://goo.gl/VKBCYM</a>. Acesso em: 7 maio 2018.

CNM (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS) Política Nacional de Habitação: O atual cenário das políticas do setor habitacional e suas implicações para os Municípios brasileiros. **Estudos Técnicos CNM**, v. 3. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2z95pPY">https://bit.ly/2z95pPY</a>>. Acesso em: 24 maio 2018.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2. ed. 2001.

COSTA, N. do R. A questão sanitária e a cidade. **Espaço e Debates:** revista de estudos regionais e urbanos, ano 7, n. 22, 1987, p. 5-25.

DEÁK, C. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 09-18.

GATTAI, Z. Anarquistas, graças a Deus: memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KUBITSCHEK, Juscelino. **JK, a voz da história.** Rio de Janeiro: Rede Manchete, 1983. Fita VHS 31.

LANNA, A. L. D. Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913. São Paulo: Hucitec, 1996.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (orgs.). **Metrópole:** governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 42-57.

\_\_\_\_\_. Reestruturação urbano industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 198-210.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Repositório do Conhecimento do IPEA**: Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, n. 12, fev. 2006, p. 211-220. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2EPcJOu">https://bit.ly/2EPcJOu</a>. Acesso em: 23 maio 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Institucional:** o Ministério. 2015. Disponível em: <a href="http://www.cidades.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio">http://www.cidades.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio</a>>. Acesso em: 28 maio 2018.

MUKAI, T. O estatuto da cidade: lei 10.257, de 10 de julho de 2001. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 225: 343-348, jul/set. 2001. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2JrSylw">https://bit.ly/2JrSylw</a>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Population Prospects 2017**. Disponível em: <a href="https://esa.un.org/unpd/wup/Download">https://esa.un.org/unpd/wup/Download</a> />. Acesso em: 26 maio 2018.

QUEIROZ, C. Prefeito Ambivalente: Estudo defende que reforma de Pereira Passos, no começo do século passado, pretendia integrar população de baixa renda ao centro do Rio de janeiro. **Pesquisa FAPESP,** São Paulo, ano 19, n. 266, abr. 2018. Disponível em: <a href="http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/04/19/prefeito-ambivalente">http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/04/19/prefeito-ambivalente</a>. Acesso em: 7 maio 2018.

REIS, N. G. Evolução urbana do Brasil: 1500/1720. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

RODRIGUES, J. M. **Unidades territoriais urbanas no Brasil**: Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e Aglomerações Urbanas em 2015. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2015.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. **Repositório do Conhecimento do IPEA:** Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, n. 12, fev. 2006, p. 199-210. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2fUELP7">https://bit.ly/2fUELP7</a>>. Acesso em: 23 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Cidade - Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da Cidade:** novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo, Pólis, 2001, p.5-9. Disponível em: <a href="http://www.polis.org.br/uploads/833/833.pdf">http://www.polis.org.br/uploads/833/833.pdf</a>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2013.

SAULE JÚNIOR, N.; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (editoras). **Cidades para tod@s:** propostas e experiências pelo direito à cidade. Santiago, Chile: Habitat International Coalition (HIC), 2010, p. 259-270.

SCARLATO, F. C. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2003, p. 381-464.

SESC TV. **Arquiteturas:** superquadras de Brasília. 26 abr. 2014. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=0MHYW06yb3w">https://www.youtube.com/watch?v=0MHYW06yb3w</a>. Acesso em: 14 maio 2018.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

UNESCO. **Rapport du Comité du Patrimoine Mondial:** onzième session. 1987. Disponível em: <a href="https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-9f.pdf">https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-9f.pdf</a>>. Acesso em: 14 maio 2018.

VALINHOS, Prefeitura Municipal. Câmara Municipal de Valinhos. Diretoria Legislativa.

Lei Orgânica do Município de Valinhos. Jan. 2017. Disponível em: <a href="http://www.camaravalinhos.sp.gov.br/content/leiorganica/LeiOrganica2017.pdf">http://www.camaravalinhos.sp.gov.br/content/leiorganica/LeiOrganica2017.pdf</a>>. Acesso em: 24 maio 2018.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004, p. 169-244.

# Cidadania, meio ambiente e desenvolvimento

#### Convite ao estudo

Caro aluno, chegamos à última unidade da disciplina Geografia Urbana, hora oportuna para relembrar um pouco do caminho até agui: estudamos inicialmente os conceitos e métodos de análise em Geografia Urbana; compreendemos o processo de urbanização mundial em seguida; e analisamos as especificidades e os desafios postos pelo processo de urbanização no Brasil. Esse percurso proporcionou a você um embasamento sólido para aprofundar seus estudos sobre as cidades. O que propomos para esta última unidade é que você entre em contato com a atual realidade das cidades brasileiras Para isso, agrupamos os temas em torno de três principais vertentes: cidade e meio ambiente, cidade e desenvolvimento econômico e cidade e cidadania. Na primeira seção desta unidade, analisaremos o papel das cidades no projeto de desenvolvimento sustentável e para isso não deixaremos de abordar os principais problemas ambientais urbanos. Na segunda seção, aproximaremos as cidades das discussões sobre desenvolvimento econômico e do planejamento estratégico. E na última seção, exploraremos o tema da cidadania, com especial destaque para a exclusão social e a violência urbana, principal sintoma da desigualdade social e da falta de oportunidade no mercado de trabalho formal.

Em nosso país há uma ampla desinformação a respeito do urbano: a cidade não tem que ser necessariamente como ela se apresenta a nós. A cidade pode e deve ser mudada, e as soluções podem estar ao nosso alcance. Fazemos parte e sofremos as consequências do processo de mudança do tecido

urbano, sendo elas positivas ou negativas para nós. A qualidade de vida nas cidades tem relação direta com a organização do espaço urbano. Por isso, conhecer a configuração espacial das cidades é o primeiro passo para a reflexão e a proposição de mudanças. Assim, nesta unidade a proposta é pensar sobre as nossas cidades e na qualidade de espaços que frequentamos e com os quais convivemos diariamente. Mudamos o foco de análise do planejador para o cidadão comum.

Carlos é professor de Geografia em uma escola estadual de sua cidade e se considera um cidadão consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Ele separa o lixo reciclável todas as quintas-feiras, que é recolhido por uma equipe da cooperativa de catadores; ele adotou um gato abandonado na rua e contribui financeiramente com ONGs que fazem a castração de animais; no natal ele arrecada brinquedos e roupas novas ou em boas condições com seus colegas e conhecidos para serem doados para um orfanato próximo de sua residência; ele trabalha uma vez por semana como voluntário em um brechó cuja renda é destinada a uma casa de apoio a menores infratores. Carlos desenvolve atividades como essas desde os 22 anos, quando começou a lecionar em escolas públicas, e ampliou seu legue de atuação quando nasceu seu primeiro filho, na esperança de fazer de sua cidade um lugar melhor para se viver. Contudo, ele ainda considera que faz pouco e pretende ampliar as suas atividades.

# Seção 4.1

### Cidade e meio ambiente

### Diálogo aberto

Carlos é um professor de Geografia que está incomodado com os rumos de sua cidade e pensa em estratégias para modificá-la. Às vezes ele tem o sentimento angustiante de que está sozinho em meio ao caos; outras vezes, na maior parte do tempo, ele pensa que pode fazer mais pelo seu bairro e pela sua comunidade. Há vários dias ele vem amadurecendo a ideia de um projeto de rearborização do seu bairro. Diversos foram os motivos que estimularam essa ideia. O primeiro é o fato de o bairro estar localizado no cruzamento de grandes avenidas muito movimentadas; dessa forma as árvores funcionariam como barreiras para a poluição do ar e como sumidouros de gás carbônico utilizando-o para a realização da fotossíntese. O segundo motivo é que, ao longo dos anos, o bairro perdeu muitas árvores de calçada, que foram retiradas porque "estragam" e "sujam" as calçadas, estão velhas e podem cair em dias de temporais, etc. O que facilita e motiva o projeto de Carlos é o fato de o bairro ser pequeno: são 13 quarteirões onde moram cerca de 7 mil famílias de classe média em casas e, principalmente, em apartamentos. Como Carlos poderia iniciar seu projeto de arborização do bairro, isto é, quais são os primeiros passos que ele deve percorrer para elaborar tal projeto? Vamos ajudar Carlos, descrevendo as etapas em detalhes. Quem sabe esse projeto também não se transforme em uma proposta para o seu bairro?

# Não pode faltar

#### Cidade e desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável ganhou destaque em 1987 com o Relatório Nosso Futuro Comum, resultante de três anos de discussão da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O relatório definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que "implica satisfazer as necessidades do

presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (CMMAD, 1987, [s.p.], tradução nossa). A proposta do desenvolvimento sustentável está fundamentada em três grandes eixos complementares e indissociáveis: o economicamente viável, o ecologicamente correto e o socialmente justo. Veiga (2010) entende que a proposta do desenvolvimento sustentável seja uma das utopias mais importantes e nobres para guiarem a humanidade no século XXI, equiparada pelo autor ao desejo pela paz mundial.

As cidades podem dar uma importante contribuição para o projeto de desenvolvimento sustentável, já que desde 2008 elas concentram mais de 50% da população urbana mundial. Ademais, se as condições atuais forem mantidas, as projeções indicam que as cidades concentrarão, em 2050, 66% da população mundial, o que representará mais de 6 bilhões de pessoas (ONU, 2017). Além de pessoas, as cidades concentram também as trocas, os serviços e o consumo de energia e bens materiais. Apesar dos grandes impactos que todas essas atividades provocam sobre o meio, oferecer transporte público, habitação, eletricidade e saneamento básico para um local densamente povoado é mais barato do que oferecer os mesmos serviços para uma população dispersa (ONU, 2017).

Como promover o desenvolvimento sustentável nas cidades? Essa é a questão sobre a qual muitos pesquisadores e administradores têm se dedicado desde que surgiram as primeiras propostas para o desenvolvimento sustentável. Por ser uma questão que ultrapassa fronteiras dos países, desde a década de 1970 a ONU tem reunido propostas e recomendações para direcionar as políticas urbanas nacionais e melhorar a vida da população das cidades no mundo. As Conferências Habitat realizadas a cada 20 anos têm por objetivo estabelecer recomendações e o compromisso dos Estados em promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e abrigos adequados.

Entre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) está o de "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis". Esse objetivo constituiu as bases para as discussões da Habitat III, realizada em Quito em 2016, quando foi criada a mais recente diretriz para orientar o desenvolvimento

sustentável das cidades para os próximos 20 anos: a Nova Agenda Urbana. Os princípios da Nova Agenda Urbana estão assentados nos mesmos princípios do desenvolvimento sustentável e reconhecem serem indissociáveis os âmbitos social, ambiental e econômico. O documento elaborado com a contribuição de representantes de mais de 160 países afirma o compromisso dos Estados em promoverem o desenvolvimento urbano sustentável por meio de ações que visem a inclusão social e a erradicação da pobreza; a prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos: o desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente. Com o documento, os Estados se comprometeram a promover padrões de consumo e produção sustentáveis, o uso de energias limpas e os sistemas de transporte de passageiros e de cargas eficientes, a fim de reduzir as emissões de carbono. Também se comprometeram a promover "espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, [...] para interação e inclusão social, saúde e bem-estar humanos, intercâmbio econômico, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas" (ONU, 2016). Além disso, comprometeram-se a proteger e restaurar os seus ecossistemas e água e minimizar os impactos ambientais.

Os Estados signatários reconhecem o desenvolvimento sustentável como o caminho mais adequado para a transformação positiva de suas cidades e se comprometem a estabelecer políticas e ações nesse sentido. Contudo, essas mudanças são ainda pouco perceptíveis em países como o Brasil, cujas cidades resultam sobretudo de interesses econômicos de grupos hegemônicos, que controlam a esfera política e dirigem a transformação do espaço urbano com base em seus próprios interesses. No Brasil, as cidades sofrem com a promiscuidade entre as esferas do público e do privado e estão na contramão do que pretende ser o desenvolvimento urbano sustentável.

### Especulação imobiliária e vazios urbanos

É importante iniciar esse tema lembrando de que, no sistema capitalista, o espaço urbano é uma mercadoria e, como qualquer outra mercadoria, possui valor de uso e valor de troca. A

especulação imobiliária é um mecanismo utilizado por proprietários fundiários, promotores imobiliários e investidores, com o objetivo de obter lucro a partir da valorização de propriedades urbanas ou daquelas localizadas nas franjas do perímetro urbano. Trata-se da prática de comprar lotes ou edifícios com preços baixos e esperar sua valorização futura, promovida pela instalação de serviços e equipamentos públicos, como iluminação pública, pavimentação, abastecimento de água e esgoto, postos de saúde, etc.; ou pelo crescimento espontâneo das cidades, aumentando a quantidade de edificações e a procura pelo local e, consequentemente, gerando o aumento dos valores dos lotes ou imóveis.

Muitas vezes, durante a espera pela valorização, os terrenos ou edificações são deixados sem uso, ou seja, sem cumprir uma função para a cidade. Essa prática pode ser vista por alguns como uma simples e legítima possibilidade de investimentos e de ganhos financeiros com a compra e venda do espaço urbano, contudo, tratase de uma prática extremamente prejudicial para o tecido urbano e maléfica ao conjunto da vida social urbana. Isso porque os custos com investimentos em infraestrutura provêm do orçamento público, isto é, dos impostos pagos pela coletividade, mas a apropriação da valorização que esses melhoramentos proporcionam é feita de forma privada. Isso significa que o coletivo financia a valorização para o lucro de um particular. Como forma de atenuar ou guebrar esse processo, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) previu a aplicação de dois instrumentos, em especial: o IPTU Progressivo, que permite ao poder público aumentar o valor desse tributo caso o proprietário mantenha terreno ou edificação subutilizada, e a Contribuição por Melhorias, que permite ao poder público cobrar dos proprietários parte da valorização atingida pelos imóveis em decorrência de obras implementadas com recursos públicos. Contudo, esses instrumentos muitas vezes não são aplicados pelas prefeituras, porque contrariam interesses de grandes setores influentes e/ou porque demandam tempo e equipes empenhadas com esse objetivo.

Outra questão decorrente da especulação imobiliária e dos vazios urbanos é a pressão pelo crescimento disperso das cidades, causando o esgarçamento do tecido urbano, e a formação de nebulosas de núcleos urbanos em meio ao campo (REIS, 2006), o que compromete os recursos naturais de áreas que poderiam estar

ocupadas pela vegetação original ou secundária. Os vazios urbanos promovem ocupação de baixa densidade aos núcleos urbanos, o que significa o subaproveitamento dos serviços e equipamentos públicos já instalados. Por outro lado, ao provocar o crescimento disperso, os vazios urbanos encarecem o custo da cidade, pois isso obriga ao poder público investir boa parte de seu orçamento na instalação dos equipamentos urbanos em regiões cada vez mais distantes e muitas vezes descontínuas ao tecido urbano inicial. A urbanização dispersa representa aumento do custo de vida também para os cidadãos, porque aumenta as distâncias a serem percorridas entre os bairros ou entre o centro e a periferia; trata-se de aumento do tempo de deslocamento, dependência do transporte rodoviário (particular ou público), maior consumo de combustíveis, maior poluição do ar, etc.

# Pesquise mais

Assista ao programa *O crescimento das cidades e a periferização*, produzido pelo Canal Futura. Esse episódio aborda o crescimento horizontal das cidades brasileiras e o encarecimento do custo de vida, além do aumento dos custos ambientais

CANAL FUTURA. O crescimento das cidades e a periferização. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=pulh8Hr8tX4">https://www.youtube.com/watch?v=pulh8Hr8tX4</a>. Acesso em: 3 jul. 2018. (Vídeo do Youtube)

Engana-se quem pensa que os vazios urbanos resultam somente das ações dos agentes que participam do mercado imobiliário especulativo. O Estado também é possuidor de grandes domínios de terras urbanas e rurais, e o não uso ou uso de baixa densidade também moldam e direcionam o crescimento, muitas vezes disperso, das cidades brasileiras. Soma-se a isso o fato de que sobre esses imóveis recaem burocracias que inviabilizam ou dificultam sua venda e o fato de que não se pode reivindicar a usucapião de terras públicas, segundo o Estatuto da Cidade.

# **Exemplificando**

As geotecnologias são um importante instrumento para a identificação de lotes e áreas de vazio urbano. É possível fazer a identificação e a

quantificação de ocorrências em cada bairro ou zona urbana por meio de imagens de satélite ou fotografias aéreas. Diversos trabalhos científicos foram elaborados com objetivo de estabelecer metodologias para a identificação de vazios urbanos e para servirem de orientação ao poder público municipal. A pesquisa de Nascimento (2015), por exemplo, identificou que 42,9% do município de Londrina e 46,53% do município de Presidente Prudente constituem vazios urbanos. Para conhecer o mapeamento produzido, bem como a metodologia de pesquisa, consulte o trabalho nos Anais do XI Enanpege.

NASCIMENTO, A. S. A utilização de técnicas de sensoriamento remoto em estudos urbanos: a identificação de vazios urbanos em Londrina (PR) e Presidente Prudente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente, SP. **Anais...** Presidente Prudente: ANPEGE, 2015. Disponível em <a href="http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/19/545.pdf">http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/19/545.pdf</a>>. Acesso em: 29 maio 2018.

#### Problemas ambientais urbanos

Se a dispersão urbana e a baixa densidade causam problemas ao meio e encarecem os custos de instalação de infraestruturas, as cidades marcadas pelas altas densidades também apresentam grandes desafios aos planejadores e administradores do espaço urbano. Está nas grandes cidades a origem dos problemas ambientais urbanos mais conhecidos, primeiro porque as altas concentrações – de pessoas, veículos, indústrias, consumo, serviços – amplificam os fenômenos, e segundo porque essa concentração torna mais frequente a sua ocorrência. Estamos falando, por exemplo, da poluição atmosférica e sonora; da impermeabilização do solo, que resulta na formação de ilhas de calor e na ocorrência de inundações; e da produção de resíduos sólidos e efluentes em grande escala. As principais fontes de poluição atmosférica nas grandes cidades são os veículos e as indústrias.

As partículas lançadas na atmosfera derivadas da combustão de fontes de energia ou incineradores constituem um material particulado inalável e podem prejudicar as trocas gasosas no sistema respiratório, causando graves problemas à saúde, tais como asmas e bronquites e doenças cardiovasculares (BRAGA et al., 2001). Esse

quadro aumenta o uso de medicamentos, o número de consultas em pronto-socorro, internações e o número de óbitos. Entre os principais poluentes atmosféricos com danos à saúde estão o ozônio, o dióxido de enxofre, o monóxido de carbono e os óxidos de nitrogênio.

A qualidade do ar das cidades paulistas é monitorada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), que a classifica em seis categorias: boa, regular, inadequada, má, péssima e crítica. Braga et al. (2001) estimam que atualmente, com a transformação da dinâmica econômica de São Paulo e a perda de indústrias para o interior e outros estados, os veículos automotores sejam os responsáveis por 90% da poluição atmosférica da cidade.

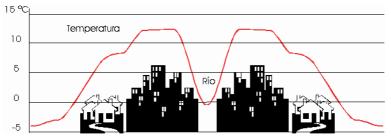
Um dos poucos mecanismos que têm sido utilizados para atenuar a poluição atmosférica das grandes cidades é a adoção do rodízio de veículos, impedindo que todos circulem nos mesmos dias da semana e forçando a utilização do transporte público. Para reduzir a emissão de poluentes atmosféricos, é necessário investir no transporte público, sobretudo em trens e metrôs, que têm grande capacidade de carga, e nos transportes que sejam alimentados por fontes menos poluentes, como o álcool e o gás natural. Deve-se também investir e garantir subsídios aos veículos elétricos, que deverão ser uma realidade no país dentro dos próximos dez anos.

As cidades são marcadas pela alta impermeabilização do solo por meio do asfaltamento das ruas e do concreto dos edifícios. A impermeabilização do solo impede a infiltração da chuva e provoca o aumento do escoamento superficial. Assim, cabe aos planejadores das cidades estipularem a quantidade de bocas de lobo e do volume das galerias pluviais em função da dinâmica climática do local em que a cidade se encontra. O problema é que muitas vezes esse sistema de escoamento é insuficiente ou falho e resulta em alagamentos nas cidades. Somado a isso, a alta impermeabilização dos solos converge a água das chuvas nos córregos e rios, causando enchentes e inundações das várzeas e planícies de inundações ocupadas pela cidade, o que representa perdas materiais e sociais incalculáveis. A impermeabilização dos solos pode também provocar as chamadas ilhas de calor.



Ilha de calor é a denominação atribuída à elevação das temperaturas médias de áreas densamente ocupadas em relação ao seu entorno, menos denso e com mais áreas verdes. O asfalto é responsável pela maior absorção dos raios solares e pelo aumento da temperatura local. Os altos prédios dificultam a circulação normal dos ventos, e prédios espelhados refletem os raios solares, o que pode contribuir também para o aumento das temperaturas. Além disso, a falta de áreas verdes – responsáveis pela absorção de parte da radiação solar para a produção da fotossíntese – também contribui para temperaturas mais elevadas nos grandes centros.

Figura 4.1 | Ilha de calor



Fonte: <a href="https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1068977">https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1068977</a>. Acesso em: 12 jun. 2018.

#### O desafio da mobilidade urbana

Nos anos 1980, a revolução no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiu o surgimento de teorias sobre o fim das cidades, visto que as relações passariam a acontecer cada vez mais por meio de redes imateriais (CASTELLS, 2008). Cogitou-se com isso o fim dos congestionamentos e a melhora da mobilidade urbana, já que uma parcela grande de pessoas passaria a trabalhar, estudar e fazer compras diretamente de suas próprias residências. Em partes essa visão do futuro se confirmou: é verdade que o home-office está a cada dia mais popular, houve ampliação da oferta de cursos à distância e tornou-se comum efetuar compras e resolver questões bancárias pela internet. Contudo, todas essas transformações não resultaram na melhora da mobilidade urbana, como acreditavam muitos planejadores. As grandes cidades brasileiras continuam marcadas pelos congestionamentos e deslocamento em velocidades reduzidas devido ao excesso de

veículos nas ruas, o que representa não só a perda de recursos financeiros em combustíveis e desgaste dos veículos, como também a perda de horas no deslocamento, que poderia ser utilizada para o lazer, estudos, trabalhos voluntários, prática de atividade física, em suma, em atividades significativas para as pessoas e fonte de maior qualidade de vida.

A matriz de transporte brasileira prioriza o transporte rodoviário, e esse fato, aliado à baixa qualidade dos transportes públicos, é a principal causa de congestionamento das grandes cidades. Essa matriz tem suas vantagens, por exemplo: no que tange aos custos de implantação, é mais barata do que linhas férreas. É também considerada uma matriz mais flexível e capilar, porque consegue atender o chamado "porta a porta". Contudo, trata-se de uma matriz que, em médio e longo prazo, torna-se dispendiosa, visto que o volume de carga/pessoas transportado é reduzido; os custos de manutenção de veículos, ruas e estradas é alto, assim como o consumo de combustíveis. Desde os anos de 1950, o governo federal incentivou empresas multinacionais de veículos automotores a se instalarem no país e, como contrapartida, investiu na construção de estradas e estimulou a compra de veículos particulares, seja por meio de concessão de crédito e isenções tributárias ou disponibilizando para a população transportes públicos caros e precários.



Na cidade de São Paulo do início do século XX, começavam a chegar os primeiros automóveis importados, espalhando pelas ruas fumaça e buzinas aos pedestres ainda distraídos. Havia motoristas que infringiam as leis de trânsito e dirigiam acima de 20 km/h, velocidade que só era permitida nas estradas. Hoje, São Paulo é uma pungente megacidade, multicultural e hiperativa. Contudo, a mobilidade em São Paulo é precária. A Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte divulga em tempo real a velocidade média nos corredores de ônibus da cidade, e, em junho de 2018, o site indicava a velocidade de 19 km/h nos corredores do sentido bairro-centro. Reflita sobre as transformações pela qual a cidade passou e sobre as diferenças e continuidades na mobilidade urbana enfrentada pelos paulistanos ontem e hoje.

Fonte: <a href="http://www.sptrans.com.br/">http://www.sptrans.com.br/</a>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Dentre as tecnologias existentes atualmente, é consensual entre os pesquisadores a necessidade de superar a dependência do transporte individual e da realização de investimento em transporte público coletivo – seja metrô, *Bus Rapid Transit* (BRTs), corredores de ônibus ou veículos leves sobre trilhos (VLT) – e no incentivo ao uso de bicicletas, como forma de amenizar os problemas de locomoção que as cidades enfrentam, além de serem opções de transporte que garantem uma mobilidade sustentável.

### Sem medo de errar

A arborização urbana pode ser um tema controverso, principalmente em países em desenvolvimento, pelo fato de contribuir para a elevação dos custos de manutenção das vias e áreas públicas das cidades, uma vez que existem problemas prioritários a serem solucionados. Contudo, longe de ser uma questão secundária para a vida nas cidades, a urbanização está diretamente relacionada com a qualidade de vida de seus moradores. Os benefícios de espaços verdes com árvores e jardins, para o convívio social, para o lazer e para a prática de atividades físicas, já eram reconhecidos desde a Carta de Atenas, no início do século XX. A arborização do espaço urbano tem funções importantes relacionadas à higiene, à estética e à paisagística, à produção de sombra, à redução dos impactos causados pelas chuvas, à absorção do gás carbônico, à diminuição da poluição sonora, entre outras. Muitos são os bairros pouco arborizados nas cidades brasileiras, e esses espaços poderiam ser melhor aproveitados para esta finalidade. Muitas pessoas se autodeclaram preocupadas com a questão ambiental, contudo se puderem escolher entre ter ou não uma árvore na frente de suas casas, optam por não tê-la, já que as árvores podem danificar o calçamento e as tubulações, requerem podas frequentes, podem representar riscos de queda, sujam as calçadas com suas folhas e entopem calhas, tornam as ruas mais escuras à noite e podem ser utilizadas por criminosos.

Cabe ao poder público municipal, por meio de sua legislação urbanística e de seu trabalho de manutenção do espaço público, regulamentar a arborização da cidade, de modo a criar áreas verdes e disciplinar a poda e retirada de árvores. O poder público também pode

criar viveiros e hortos. A legislação municipal deve estar subordinada à Lei de Crimes Ambientais, que prevê pena de detenção e/ou multa a quem "destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia" (BRASIL, 1998, [s.p.]). Por isso, o corte ou a poda de árvores requer a autorização do poder público local.

Assim, Carlos inicia seu projeto identificando as árvores existentes nas vias públicas do bairro, os locais em que foram retiradas e os locais que poderiam ser plantadas novas árvores. Para tanto, ele consulta, inicialmente, as imagens de satélite para identificar as árvores existentes e, posteriormente, vai a campo para confirmar a quantidade exata de árvores e verificar a condição em que se encontram, isto é, o porte e as condições gerais de saúde. Em um segundo momento no campo, Carlos identifica os locais em que existiram árvores no passado, mas que foram retiradas e não foram repostas. Muitas vezes é possível encontrar esses locais por meio do calcamento irregular ou do cimentado que é feito no local a fim de fechar o buraco deixado com a retirada da árvore. Uma questão importante é investigar junto aos proprietários das residências os motivos da retidas das árvores e indagar sobre a possibilidade de reposição delas. Em um terceiro estudo a campo no bairro, é importante identificar novos espaços que poderiam receber árvores, em especial nas calcadas sem fiações elétricas. Em outra fase do projeto, Carlos deverá identificar quais são as árvores mais recomendadas por especialistas para a arborização do seu bairro, considerando as condições climáticas da região em que mora. Diversas prefeituras já dispõem de plantas ou mapas dos bairros em formato digital e podem disponibilizá-las aos cidadãos quando requisitadas. Diante das informações coletadas em seus estudos de campo no bairro, Carlos poderá elaborar uma carta localizando as árvores existentes e os locais em que poderiam ser plantadas novas árvores.

### Faça valer a pena

**1.** Em linhas gerais, é possível dizer que o desenvolvimento sustentável não pretende romper com a lógica capitalista dominante, mas sim adequá-la aos limites de exploração dos recursos naturais, por meio de regulações de seu uso e do desenvolvimento de tecnologias mitigadoras dos danos causados pela exploração de recursos e produção de resíduos

pelas sociedades. A princípio, não se trata, portanto, de uma revolução em nossa organização social e no modo de produção, mas de uma adaptação.

Sobre o papel das cidades para o desenvolvimento sustentável, assinale a seguir a alternativa correta:

- a) Os princípios do desenvolvimento sustentável são facilmente aplicados em áreas rurais e encontram nas cidades mecanismos impeditivos, em função da concentração de pessoas e do alto consumo de energia.
- b) A forma mais apropriada de promover o desenvolvimento sustentável nas cidades é a criação de ecovilas, autossuficientes na geração de alimentos e energia, sobretudo em energia renovável e limpa.
- c) Cidades densas e com alta concentração de habitantes são marcadas pela mais completa descaracterização do meio natural, mas nem por isso inviabilizam a aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável.
- d) Nas cidades, podem-se adotar práticas que as aproximam dos princípios do desenvolvimento sustentável, uma vez tratar-se de um conjunto de recomendações voltadas prioritariamente para promover o ecologicamente correto.
- e) Por ser um conjunto de ideais utópicos, o desenvolvimento sustentável não requer ações concretas nas cidades, mas sim reflexões sobre nossos hábitos de consumo e estilos de vida.
- **2.** A respeito dos problemas ambientais urbanos enfrentados pelas cidades brasileiras, julgue as assertivas a seguir.
- I Enchentes, inundações e alagamentos são causados por fatores climáticos e geomorfológicos naturais e a ação antrópica deve se limitar a minimizar os impactos negativos que esses eventos causam nas cidades.
- II O desenvolvimento econômico pelo qual passou o Brasil nos anos 2000 contribuiu para o aumento da produção de resíduos sólidos, contudo a destinação adequada em aterros sanitários e a prática de reciclagem ainda não abrangem a totalidade dos municípios brasileiros.
- III Ilha de calor é a denominação utilizada para se referir ao aumento de temperatura nas áreas periféricas aos grandes centros urbanos causado pela alta concentração de edifícios, automóveis, asfaltamento do solo.

Assinale a alternativa que apresenta apenas a sequência correta:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, F.
- d) V, F, V.
- e) V, V, F.

**3.** A cidade de São Paulo possui população estimada de 12 milhões de habitantes e uma frota de mais de 8,5 milhões de veículos, segundo dados do Detran-SP. É compreensível que, se todo morador quiser fazer uso de seu direito constitucional de ir e vir na mesma hora utilizando seu veículo, isso seria materialmente impossível, pois a cidade ficaria "travada".

#### Leia as assertivas a seguir:

- I. A causa dos congestionamentos nas grandes cidades brasileiras resulta da combinação entre o excesso de veículos particulares e a insuficiência de transportes públicos coletivos.
- II. Cidades com baixa mobilidade urbana tendem a se tornar deseconomias de aglomeração, visto que ocorre o encarecimento dos custos de produção para as empresas.
- III. O pedágio urbano e a adoção de zona azul são alternativas para reduzir o tráfego de veículos e têm por princípio a democratização do acesso às cidades. IV. O transporte ferroviário (trem e metrô) deveria ser priorizado nas grandes cidades brasileiras, em função de seus custos reduzidos de implantação e maior capacidade de transporte.

Fonte: DETRAN - SP. Frota de veículos em SP: por tipo de veículo. 2018. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2LLESxu">https://bit.ly/2LLESxu</a>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Assinale a alternativa que contém somente as assertivas corretas:

- a) I e IV.
- b) III e II.
- c) IV e II.
- d) III e IV
- e) II e I.

# Seção 4.2

### Cidade e desenvolvimento

## Diálogo aberto

O professor de Geografia Carlos, que pretende transformar seu bairro em um local melhor para se viver, elaborou um projeto de arborização da área. Ele identificou que muitas árvores foram retiradas ao longo dos anos, seja porque estavam velhas e apresentavam riscos, seja porque foram danificadas em tempestades. Acontece que o bairro foi perdendo árvores, e seu replantio não aconteceu. Muitos dos canteiros das calçadas foram cimentados após a retirada das árvores, e a diferença do calcamento (rugosidades) revela que um dia existiu uma árvore naquele local. Muitas casas também foram construídas em terrenos que estavam ociosos, mas que anteriormente abrigavam grandes árvores. Outro ponto a ser pensado é o fato de muitos moradores optarem por retirar as árvores da frente de suas residências em função da sujeira que as folhas causam e da necessidade de podas constantes por causa da fiação elétrica. Em suma, as árvores de calçadas são vistas como um problema para muitos habitantes. Carlos elaborou um projeto que previa o replantio de diversas árvores nas calçadas, e, com ele em mãos, vamos ajudá-lo a pensar em como poderia colocá-lo em prática. É possível pensar em etapas para esse projeto? Que tipo de dificuldade/oportunidade ele teria que superar com relação ao poder público (prefeitura), moradores e a iniciativa privada?

Vamos acompanhar o professor Carlos no desenvolvimento desse projeto que pode servir de base para muitos outros que busquem a melhoria de vida nas cidades.

# Não pode faltar

# Planejamento urbano estratégico

Na década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, com o enfraquecimento do planejamento urbano regulatório, começaram a

surgir outras modalidades e correntes, das quais destacam-se os primeiros projetos de planejamento estratégico. O planejamento estratégico surge no contexto neoliberal de redução da participação do Estado em diversos setores cuja provisão, até então, era de responsabilidade única do Estado, sobretudo dos setores que envolviam o planejamento urbano. Dessa forma, é possível estabelecer um claro contraste entre os planos setoriais desenvolvidos pelo Estado nas décadas de 1960 e 1970, altamente regulatórios e centrados no papel do Estado como provedor e responsável pela administração e qualidade de vida de seus cidadãos, e os planos estratégicos elaborados na década de 1990, que pretendem modernizar o papel do Estado, aproximando a perspectiva do planejamento urbano dos princípios aplicados na gestão de grandes empresas capitalistas e das parcerias público-privadas. O planejamento estratégico é proposto como possibilidade de superar as limitações do planejamento regulatório e como uma necessidade frente às mudanças aceleradas pelas quais passam as cidades. Ele consiste na aplicação das estratégias de gestão criadas no meio empresarial no planejamento e na administração do espaço urbano.

O planejamento estratégico apresenta com clareza seu posicionamento ideológico e prioriza a identificação dos grandes agentes produtores do espaço urbano e a análise da conjuntura, para que assim seja possível identificar as deficiências bem como as oportunidades de alianças e de investimentos. Vale apontarmos que o planejamento estratégico em si não é excludente ou conservador, apesar de vários projetos terem adotado e caminhado por essa perspectiva.

O planejamento estratégico enfatiza a competição entre as cidades como tática para geração de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, cabe à administração municipal tornar sua cidade competitiva por investimentos e empresas, oferecendo condições vantajosas para o capital. Com esse intuito são produzidas as campanhas de marketing urbano, que enfatizam a infraestrutura material e os recursos humanos qualificados. Outro ponto priorizado pelo planejamento estratégico é a ênfase na ação sobre as questões críticas, ou seja, aquelas que podem resultar em mudanças substanciais para a cidade. Esse posicionamento compromete a visão sistêmica da cidade e a solução de problemas considerados "marginais", mas que afetam muitos moradores.

O planejamento estratégico é hoje apresentado como a fórmula de sobrevivência das administrações municipais, que, com repasses cada vez mais insuficientes para colocar a máquina pública em funcionamento, vê-se sem muitas perspectivas de trabalho, se não identificar os agentes (empresários) que podem investir e/ou oferecer contrapartidas sobre seus negócios ao poder público. É nesse sentido que Souza (2004, p. 136) acredita que o planejamento estratégico possa se aproximar de uma perspectiva altamente mercadológica: ele deixa de tentar disciplinar o capital para buscar se adaptar aos seus interesses, mas também às suas oportunidades de negócio. Assim, resta aos planejadores urbanos captar parcerias com o empresariado a fim de que possa compartilhar a responsabilidade pela gestão/administração de praças públicas, a doação de equipamentos, veículos, entre outros.

Algumas questões devem ser levantadas. No ambiente empresarial, as estratégias objetivam o aumento do lucro, e as ações privilegiam o bem-estar financeiro da empresa e de seus acionistas. Quando replicado no setor público – em especial, no planejamento urbano –, o sentido público não pode ser negligenciado ou deixado em segundo plano. O que ocorre é que muitas vezes as parcerias público-privadas são valorizadas e seus benefícios, propagandeados como saída justa e inteligente para o desenvolvimento econômico e para as restrições colocadas aos orçamentos do poder público. Para o senso comum, que vê somente esse lado da moeda, as parcerias são efetivas e benéficas para a sociedade. O lado oculto das parcerias, aquele pouco falado, é formado pelas concessões feitas às empresas, para que elas se comprometam com o setor público. Ao contrário do que muitos acreditam, as parcerias públicoprivadas não são filantropia; as empresas recebem contrapartidas em benefício próprio para participarem.

### Cidades vitrines e o city marketing: o caso de Curitiba

O city marketing, ou marketing urbano, figura entre os instrumentos do novo planejamento urbano de cunho informativo – assim como as campanhas de conscientização, as audiências públicas, fóruns, etc. – e tem por objetivo informar

algo sobre a cidade à população e a possíveis investidores e turistas (SOUZA, 2004).

O marketing urbano é um termo muitas vezes utilizado de forma pejorativa para fazer referência a uma administração que faz propaganda enganosa sobre a situação de um município, seja para mobilizar a opinião pública, seja para passar uma visão confiável para atrair empresários e turistas. Esses casos não desmerecem a importância do marketing urbano como um instrumento de planejamento. Souza (2004) acredita que o marketing urbano deve ser utilizado para transmitir a todos uma visão real do município, ainda que a realidade seja composta de diversas versões e perspectivas. O que o autor quer enfatizar é que o marketing urbano não deve ressaltar as qualidades das cidades e esconder sua pobreza e suas deficiências. Uma campanha honesta que apresente também as contradições e necessidades a serem superadas pode ser vista como mais confiável pelo fato de ser mais verossímil.

Um caso de marketing urbano no Brasil ocorre em Curitiba, capital do Paraná. Curitiba é a décima cidade com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – perde, por exemplo, para outras capitais, como Florianópolis, Vitória e Brasília, e já esteve mais bem posicionada nesse ranking no passado. Em Curitiba, o poder público municipal começou a investir em projetos estruturais na década de 1970: criou vias expressas para o transporte coletivo, o que tornou mais rápido o deslocamento e a integração da cidade por essa modalidade. Além disso a prefeitura priorizou o uso do solo urbano adensado e a combinação de uso residencial e comercial. Na década de 1990, a prefeitura passou a investir em obras pontuais na cidade, tais como parques, jardins, centros culturais, bibliotecas de bairro, que tornam emblemática a imagem que a cidade gueria transmitir. As campanhas de marketing urbano utilizaram esses projetos para transmitir a ideia de uma cidade asséptica e sem contradições. Para Sanchez (1999, p.124), o marketing urbano "não esconde a materialidade da cidade, mas a deforma, não é uma mentira, mas uma construção social que, portanto, organiza seletivamente esta realidade". A denominação "cidades-vitrines" foi empregada, posteriormente, pela mesma autora para se referir ao conjunto de cidades que lançam mão do city marketing como forma de promover a imagem da cidade no contexto de globalização econômica (SANCHEZ, 2009).

# **Exemplificando**

A própria cidade de Curitiba nos fornece exemplos interessantes de slogans desenvolvidos para o marketing urbano. Curitiba, nos anos de 1970, era apresentada como a cidade-modelo; na década de 1980, passou a ser a capital da qualidade de vida; e na década de 1990, a capital ecológica (SANCHEZ, 1999). Atualmente, especula-se sobre uma possível crise de identidade, e há expectativas sobre a capacidade de ser "reinventada", com base em novos códigos e representações, a fim de atualizar a imagem pela qual a cidade quer ser mundialmente conhecida.

Isso nos mostra que o marketing urbano é uma estratégia para transmitir a ideia de uma cidade adequada aos valores do seu tempo e, sobretudo, cria uma identidade que se alinha àquelas ideias que estão em voga e que têm maior aceitação pelo público.

### Déficit habitacional e a submoradia

Na madrugada do dia 1º de maio de 2018, o edifício Wilton Paes de Almeida, localizado na região do Largo do Paissandu, na porção central da cidade de São Paulo, desabou após um incêndio que comprometeu suas estruturas. Esse prédio, então pertencente à União, estava ocupado por mais de 300 moradores sem-teto desde 2003. Soube-se que o incêndio foi provocado por um curto circuito em uma tomada que servia o "apartamento" de uma família. Nove pessoas morreram no desabamento, e as famílias sobreviventes perderam todos os seus poucos pertences. Esse trágico, porém, anunciado acidente colocou luz sobre essa questão: o déficit habitacional no Brasil.

A Constituição Federal apresenta a moradia, assim como a educação, o trabalho, a previdência, entre os direitos sociais do cidadão brasileiro (BRASIL, 1988). A Carta Magna ainda prevê que o salário mínimo deva ser suficiente para atender as necessidades vitais básicas das famílias, sendo a moradia uma delas. Contudo, na prática, esse direito social não é assegurado pelo Estado. Sabemos que, desde a Fundação da Casa Popular, a primeira política habitacional do país proposta em 1946 até as políticas habitacionais recentes, tais como o Programa Minha Casa Minha Vida, não foram suficientemente amplas para resolver o déficit habitacional, porque

não foram capazes de abranger toda a população de baixa renda sem acesso ao mercado imobiliário, visto que além de o salário mínimo não ser capaz de suprir as necessidades básicas das famílias, existem muitas outras que estão à margem desse mínimo, por serem compostas por trabalhadores autônomos sem registro na carteira de trabalho

Segundo os dados divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no país um déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias (IBGE, 2015 apud FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017), o que representa cerca de 30 milhões de pessoas vivendo em condições precárias. O déficit habitacional é, portanto, antes uma regra do que uma exceção, não consiste em um problema pontual de algumas cidades apenas e precisa ser pensado como um problema estrutural a ser superado.



Analise os dados levantados pelo IBGE no Censo de 2000: no Brasil existiam 48,2 milhões de famílias e 54,3 milhões de domicílios particulares (BRASIL, 2000 apud ALVES; CAVENAGHI, 2006). Reflita sobre como é possível falar em déficit habitacional se o número de residências é superior ao número de famílias. Procure compreender e explicar essa discrepância e incongruência nos dados.

Sobre essa questão, Kowarick (1993, p. 83) faz uma importante reflexão:

Os assim chamados problemas habitacionais, entre os quais a própria favela, devem ser entendidos no âmbito de processos sócio-econômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana, a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais.



O autor nos convida a entender o déficit habitacional não somente como uma falta de moradias nas cidades brasileiras, mas como um dos reflexos de um contexto mais amplo produzido pelo próprio sistema capitalista, que tem em sua essência a produção de desigualdade social. Para Kowarick (1993), as favelas e a autoconstrução são a fórmula para a sobrevivência nas cidades de alguns grupos sociais cujos rendimentos são insuficientes para pagar aluquéis e muito menos comprar terrenos ou ter acesso a financiamento de imóveis no mercado formal. A esses grupos de pessoas resta habitar a cidade a um baixo custo, já que as áreas são ocupadas ou, muitas vezes, adquiridas a preços baixos em terrenos pouco interessantes ao mercado imobiliário, como encostas de morros ou regiões de inundação freguente. Além disso, muitas ocupações subnormais ocorrem em terrenos e edifícios em regiões centrais ou em locais próximos ao trabalho, o que permite também economizar dinheiro e tempo com o menor deslocamento pela cidade. Contudo, as ocupações e favelas assim como os bairros populares são repelidos (para não dizer expulsos) para porções cada vez mais periféricas e distantes assim que o local se torna interessante para os empreendedores imobiliários ou antes que se tornem um aborrecimento para as classes mais altas, que pressionam o poder público local para a realização das desocupações e reintegração de posse ao particular ou ao Estado.

# Pesquise mais

Para saber mais sobre as cidades brasileiras, assista à série de programas *Desenvolvimento urbano* disponíveis no Canal Futura. O episódio *Como promover moradia popular nas cidades*, em especial, aborda o déficit de moradias e a ocupação irregular realizada pela população de baixa renda como única alternativa encontrada para a sobrevivência nas cidades, assim como os trabalhos para a regularização dessas áreas.

CANAL FUTURA. **Como promover moradia social nas cidades.** Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=qaHMu-bGC38">https://www.youtube.com/watch?v=qaHMu-bGC38</a>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Outra sugestão é o curta Não repara a bagunça, produzido pela Agência Pública, que retrata o déficit habitacional a partir do ponto de vista dos cidadãos que vivem na rua, em cortiços e favelas.

Agência Pública. **Não repara a bagunça. 2017.** Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=D3Zwjs7WqlQ">https://www.youtube.com/watch?v=D3Zwjs7WqlQ</a>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

Milton Santos (2002) alerta para a confusão entre o direito a morar com o direito de ser proprietário de uma casa, o que pode afastar as propostas que poderiam trazer soluções para a questão do déficit habitacional. Esse mito, segundo o autor, levou em um primeiro momento à construção de moradias para a classe média com financiamento público, ainda assim com preços muito mais altos do que essa classe poderia arcar, levando a um endividamento. Em um segundo momento, essa confusão levou à criação de conjuntos habitacionais, também com o financiamento público, precários. Além de subdimensionar as necessidades de uma família, tais conjuntos constituem "extensores urbanos", "que aumentam desmesuradamente" a superfície total das cidades e "encoraja a especulação" imobiliária (SANTOS, 2002, p. 46), encarecem o preço dos serviços de infraestrutura e transporte e degradam a vida cotidiana em viagens para o trabalho.

### Refuncionalização urbana e gentrificação

Em que pese as particularidades que cada termo abarca, a revitalização, a reabilitação, a reestruturação e a refuncionalização do espaço urbano dizem respeito a projetos de intervenção no espaço urbano como resultado de ato de planejar o espaço, com o objetivo de promover o embelezamento e a qualidade de vida e proporcionar opções de lazer. Apesar de apresentar em sua paisagem as formas (os edifícios, avenidas e ruas), as cidades são produzidas e transformadas pelo trabalho da sociedade e estão em constante processo de mudança: ganham novas funções e novos sentidos. Esse movimento constitui a reprodução do espaço.

Os projetos de refuncionalização destroem o antigo para oferecer o moderno, mas com isso também destroem as antigas referências que definem as identidades e fornecem as bases para as nossas memórias coletivas. Contudo, mais grave é o fato de que tais projetos são responsáveis por remover a "população inadequada" ao novo formato e ao novo sentido que um bairro ou rua assumirá. A população de baixa renda pode ser retirada de forma direta com desapropriações indenizadas e/ou remoções forçadas respaldadas pela lei; mas também pode ser retirada de forma indireta por meio

da elevação dos custos dos aluguéis, tornando o local proibitivo para os baixos salários.

A refuncionalização propõe modernizar espaço e serviços da cidade e tem como consequência a valorização dos imóveis do bairro ou região em questão, constituindo-se, portanto, em um mecanismo de segregação espacial. Kowarick (1993, p. 40) nos lembra de que "a especulação imobiliária não se exprime tão-somente pela retenção de terrenos que se situam entre um centro de suas zonas periféricas", assunto estudado na seção anterior. A especulação imobiliária "se apresenta também com imenso vigor dentro das próprias áreas centrais, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infraestrutura básica", isto é, passam por algum processo de gentrificação.



O neologismo **gentrificação** é a tradução do inglês da expressão gentrification, que por sua vez é proveniente da palavra gentry, uma referência às pessoas de alta classe social. A expressão gentrification começou a utilizada nos Estados Unidos nos anos de 1960, nos estudos de Geografia e Sociologia Urbana, para fazer referências aos projetos de reabilitação residencial de certos conjuntos habitacionais de baixa renda considerados degradados, muitas vezes em função do próprio projeto modernista que propôs formas incompatíveis com a vida em comunidade e resultou em monotonia, quadras muito longas, uso residencial exclusivo, entre outras. Os investimentos, públicos e/ ou privados, modernizaram e valorizaram os imóveis e terrenos, fato que atraiu classes sociais de maior poder aquisitivo. A valorização resultou no deslocamento da população de baixa renda para outras porções das cidades mais acessíveis. Na década de 1990, o termo passou a ser empregado para retratar as conseguências das operações de renovação urbana de forma geral. A expressão gentrification pode também ser traduzida pela palavra enobrecimento, já que indica o processo de apropriação de certo local por classes de mais alta renda após o processo de renovação urbana.

Os mecanismos de gentrificação podem ser os mais descarados, tais como as remoções violentas, ou mais sutis. Um exemplo apontado por Carlos (2007) foi a retirada dos pontos de ônibus da Praça do Patriarca,

em São Paulo, após um projeto de revitalização. Como resultado, acabou a circulação de pessoas e o comércio ambulante no local. Diversas outras cidades podem fornecer exemplos de projetos de renovação urbana que conduziram a processos de gentrificação. O Pelourinho, em Salvador, o centro histórico de São Luís do Maranhão, a Estação das Docas, em Belém, o Bairro do Recife, em Recife, são alguns exemplos no contexto nacional.

### Sem medo de errar

Carlos, o professor de Geografia, incomodado com a falta de árvores em seu bairro, propôs-se a elaborar um projeto de rearborização.

Carlos estudou sobre os benefícios das plantas para a absorção e contenção da poluição das grandes avenidas que margeiam o bairro. Além disso, ele sabe da importância das plantas para o controle da temperatura e dos benefícios que até mesmo o valor estético das áreas verdes/arborizadas pode trazer para a vida dos moradores. Carlos identificou que muitas árvores poderiam ser repostas, porque foram retiradas ao longo dos anos, e outras poderiam ser plantadas em calçadas que não possuem fiação elétrica suspensa. Inicialmente ele deve identificar quais são as espécies de árvores mais adequadas para as calçadas da região em que mora, em função das condições climáticas a que estarão sujeitas. Aparentemente é uma boa ideia investir em árvores frutíferas, pois, além dos benefícios de contenção de poluição e sombra, elas poderiam gerar alimentos. Contudo, as árvores frutíferas requerem atenção e cuidados redobrados. Primeiro porque, na queda, os frutos, como manga e abacates, podem causar acidentes em pedestres e veículos. Segundo porque as frutas podem ficar espalhadas no chão e atrair insetos transmissores de doenças.

Em um segundo momento, Carlos deve identificar as instituições que poderão fornecer as mudas das árvores. Existem diversas ONGs que disponibilizam mudas a quem queira plantar, vale a pena Carlos procurar essas ONGs em sua cidade ou em municípios próximos. Existem grandes empresas cujo departamento de gestão ambiental faz trabalhos de replantio de árvores e pode disponibilizar mudas a fim de mostrar para a sociedade o seu engajamento com as questões relativas ao meio ambiente. Outra opção são as empresas especializadas em floricultura e jardinagem. Carlos também pode buscar parceria com o horto florestal

de seu município ou outras instituições públicas, como universidades, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), institutos de pesquisas voltados para a agricultura e, sobretudo, com a secretaria municipal do meio ambiente, que de fato deverá ser consultada sobre o projeto de arborização, porque, se por um lado fazer podas e retiradas de árvores sem autorização do poder público municipal, configura crime ambiental, fazer buracos nas calçadas também pode trazer prejuízos à comunidade, já que existem redes subterrâneas e água, fiação e gás que podem ser comprometidas, ou pela abertura das calçadas para o plantio das árvores, ou por suas raízes. Dessa forma, o trabalho deve ser realizado com a prefeitura. Carlos poderá se informar pelo telefone sobre quais são as etapas burocráticas necessárias junto ao órgão para colocar em prática seu projeto. O pedido deverá ser protocolado junto ao departamento responsável pela arborização, que poderá ser diferente de município para município, em função da flexibilidade nas atribuições de funções no poder municipal. Por fim, a etapa que poderá ser a mais difícil para Carlos é convencer os moradores da importância das árvores em suas calçadas e conseguir a permissão para o replantio. Para isso, Carlos poderá utilizar argumentos que mostrem os benefícios das plantas sobre a saúde física e psicológica dos moradores da comunidade e ressaltar os altos índices de poluição do ar presentes naquele local em função da alta circulação de automóveis e caminhões.

# Faça valer a pena

**1.** Leia o trecho a seguir do livro *O espaço urbano*, da professora Ana Fani Carlos:



a revitalização é, antes de mais nada, um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele, como pode ser visto, por exemplo, em São Paulo, Salvador ou mesmo em Paris. A revitalização, por sua vez, também produz a assepsia dos lugares, pois o "degradado" é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza. (CARLOS, 2007, p. 89)

Como se denomina o processo de enobrecimento de um local em função da revitalização pela qual passa?

- a) Gentrificação.
- b) Especulação.
- c) Segregação.
- d) Diferenciação.
- e) Espacialização.
- **2.** Estima-se que a população brasileira seja da ordem de 205 milhões e haja um déficit de cerca de 7 milhões de moradias. Isso significa que aproximadamente 30 milhões de pessoas vivem em condições de extrema precariedade, muitas vezes sem acesso à rede de saneamento básico, energia elétrica ou destino adequado do lixo. Como possíveis causas desse quadro, podemos apontar:
- I Políticas habitacionais deficientes que não conseguem prover moradias dignas a todos os cidadãos de baixa renda.
- II Áreas ocupadas irregularmente, que são muitas vezes toleradas pelo poder público, que negocia melhorias em troca de votos ou apoio político das lideranças locais.
- III A Assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis.
- IV Baixa participação popular nos movimentos de reivindicação pelo direito à moradia, somada à desarticulação/repressão dos movimentos sociais para a manutenção do status quo.

Assinale a alternativa que apresenta somente as assertivas corretas

- a) I, II e III.
- b) l e III.
- c) I, II e IV.
- d) l e IV.
- e) II e IV.
- **3.** Um dos críticos da forma com que o planejamento estratégico é aplicado no Brasil é Carlos B. Vainer. O autor aponta que:

Entre os modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário



está o do chamado *planejamento estratégico*. O modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo *marketing* aciona de maneira sistemática o *sucesso* de Barcelona. (VAINER, 2002, p. 75, grifos do autor)

As colunas a seguir apresentam as bases do planejamento estratégico e as principais críticas elaboradas pelo autor.

- A mundialização econômica requer a adaptação das cidades para a competição pelos investimentos em capital e por produção de tecnologia.
- II. As cidades apresentam os mesmos desafios e limites das empresas.
- III. O marketing urbano é necessário para apresentar as cidades aos grandes empresários capazes de realizar investimentos relevantes.
- A. Mostra a cidade como uma mercadoria e explora a perspectiva de harmonia social, o aperfeiçoamento democrático e a infraestrutura moderna.
- B. Constituem um agente econômico e enfatizam a produtividade e a subordinação à lógica do mercado.
- C. As cidades se abrem ao capital internacional, mas são seletivas quanto a receber imigrantes pobres e trabalhadores expulsos dos campos.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre as colunas.

- a) I C; II A; III B.
- b) I C; II B; III A.
- c) I B; II C; III A.
- d) I A; II B; III C.
- e) I B; II A; III C.

# Seção 4.3

### Cidade e cidadania

### Diálogo aberto

Carlos, além de ser um exemplo e um entusiasta de cidadania, é um ótimo professor de Geografia. Ele leciona no ensino fundamental II de uma escola pública. O 7º ano estudará a urbanização brasileira: por que as cidades cresceram e concentram tantos habitantes e quais são os desafios que enfrentam atualmente são algumas das questões que ele levará para a sala de aula a fim de estimular o debate e a reflexão. Os alunos ainda estão em férias, mas Carlos, assim como os demais professores, já iniciou seu planejamento anual na escola. A diretora informou que este ano será possível realizar um estudo do meio de Geografia e que ele deveria escolher um local na própria cidade ou no máximo nas cidades vizinhas para levar os alunos. Pensando em ampliar e aprofundar o tema "A urbanização brasileira" e tornar mais significativo (e efetivo) o processo de aprendizagem, Carlos define que o estudo do meio será na área urbana do próprio município. Você está na mesma situação que Carlos. Pense em sua cidade e escolha uma área ou bairro que possa ser o recorte espacial de um estudo do meio para os alunos do 7º ano. Quais características podem ser exploradas e como elas podem motivar reflexões e aprofundar o conhecimento de sala de aula?

Vamos acompanhar o professor Carlos nesse desafio e verificar como é que ele constrói essa proposta de ensino e aprendizagem.

## Não pode faltar

## Espaço urbano e violência

Erra aquele candidato a cargo político que promete aos eleitores segurança pública por meio do reforço ao policiamento e à repressão ao crime. Isso porque a violência urbana é a manifestação de um contexto socioeconômico e político mais amplo, marcado

pela exclusão social, desigualdade social e de gênero e valores que ligam a felicidade a padrões de consumo intangíveis. A violência urbana tem relação próxima com a **espoliação urbana**. Violência urbana se combate com policiamento e repressão ao crime e, sobretudo, com a inclusão social, com o provimento de serviços e bens mínimos – como o acesso à moradia, ao sistema de saúde, ao emprego formal – e com a educação para o exercício profissional, para o consumo consciente e para a cultura de paz.



**Assimile** 

O cientista político e professor da USP Lúcio Kowarick (1993, p. 62) emprega o termo **espoliação urbana** para se referir ao:



somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho.

Espoliação urbana é a privação dos habitantes da cidade de condições básicas para a vida em comunidade. A desintegração (marginalização) ao corpo social é causa de violência.

Roubos, assaltos, sequestros, agressões, homicídios compõem o que se entende por violência urbana. Diversos estudos estatísticos comprovam o que os moradores das cidades percebem no dia a dia: a violência constante. Muitos desses estudos utilizam o número de homicídios para mensurar o nível de insegurança e periculosidade das cidades. Um desses estudos é o *Ranking das 50 cidades mais violentas do mundo*, elaborado pela sociedade civil mexicana Segurança, Justiça e Paz. Esse estudo apontou 17 cidades brasileiras entre as 50 mais violentas do mundo, e entre elas estão Natal, Fortaleza, Porto Alegre, Vitória, Recife (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2018). De fato, esse quadro é confirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que divulgou no Atlas da Violência de 2017 a ocorrência de mais de 59 mil homicídios no país naquele ano, 50% deles vitimando a população entre 15 e 29 anos – jovens, portanto – e 70%, a população negra (IPEA, 2017).

A causa dos altos índices de violência pode ser, em partes, atribuída à pobreza. Mas cuidado! Deve-se fugir de preconceitos classistas que relacionam a violência à população de baixa renda. Pobreza e desigualdade social contribuem para a produção e reprodução da violência, que não está restrita apenas a uma classe. Pode-se apontar nesse sentido os crimes chamados de "colarinho branco", que estampam as páginas dos jornais e são praticados por empresários e políticos, sem conexão com o contexto social da pobreza, porém geradores de consequências prejudiciais que podem contribuir para a manutenção de quadros de pobreza e violência.

Além da flagrante desigualdade social – relevada por um Índice Gini pior do que o de países latino-americanos como Honduras, México, República Dominicana, Costa Rica –, podem ser apontadas outras peculiaridades da sociedade brasileira, tais como o fácil acesso a armas e a cultura machista.

Apesar da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, nos anos 2000, estimativas indicam que estão em posse da população brasileira mais de 15 milhões de armas de fogo, e cerca de 8 milhões dessas não possuem registro. É certo que o fácil acesso contribui para o alto número de homicídios no país e guarnece as facções criminosas.

A cultura machista valida e naturaliza a violência de gênero. O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres em um grupo formado por 83 países: são 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres (ONU, 2017).

Dito isso, compreende-se que a violência urbana não é uma questão setorial a ser discutida e solucionada dentro do que se chama de segurança pública. Trata-se de um ponto de inflexão a ser atenuado (se não superado) com mudanças positivas nos mais diversos setores que compõem a sociedade.

#### Cultura urbana

Entende-se por cultura as manifestações de todos os aspectos de uma realidade social. Nesse caso, falamos em cultura brasileira,

cultura urbana, cultura campesina. Note que, em um sentido amplo, a cultura é entendida como a manifestação da realidade social de uma nação ou de um agrupamento humano em seu interior. Cultura urbana diz respeito à forma com que as sociedades que vivem nas cidades organizam a vida social e utilizam os recursos materiais/ naturais. Isso significa que existem características em comum nas diversas sociedades e que há agrupamentos humanos que habitam as cidades, contudo existem também grandes diferenças. A sociedade urbana brasileira é bastante diferente da sociedade urbana estadunidense, ainda que conservem aspectos em comum. Da mesma forma, mesmo dentro da realidade brasileira, a sociedade urbana de grandes cidades é bastante diferente da sociedade urbana de médias e pequenas cidades, o que nos permite entender que existem diversas e diferentes culturas urbanas em função das diferenças na organização da vida social e na utilização dos recursos naturais que ocorrem em tais espaços. Vamos aqui tratar de aspectos que aproximam os habitantes das cidades, pois, por mais que haja diferenças, os habitantes das cidades compartilham de semelhanças na existência social (valores, hábitos, atitudes) que resultam no que podemos chamar de cultura urbana. Nesse sentido, cultura urbana pode ser entendida como o conjunto de hábitos ou manifestações do modo de vida que se desenvolve no espaço urbano. Portanto, não vamos falar das particularidades, mas do que é comum aos moradores das cidades.

Vamos abordar dois tipos de culturas urbanas: a cultura institucionalizada, isto é, aquela reconhecida e valorizada pelos órgãos públicos dedicados à promoção da cultura; e o que vamos chamar de cultura popular não oficial, que compreende aquelas manifestações culturais dos habitantes das cidades praticadas de forma espontânea e sem reconhecimento oficial dos órgãos culturais.

A cultura urbana institucionalizada é reconhecida pelos órgãos do poder público, que certificam, por meio de um instrumento de proteção (tombamento, chancela, registro), a importância e o valor cultural de bens de natureza material e imaterial – como edifícios, monumentos, sítios urbanos, festas, rituais, formas de expressão, entre outros – para a identidade e a memória do cidadão brasileiro. A cultura urbana compõe, nesse sentido, o conjunto de bens e manifestações e crenças reconhecidas como patrimônio cultural.

# **Exemplificando**

Somente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem tombado mais de 1.100 bens, dentre os quais estão conjuntos urbanos, jardins históricos, conjuntos arquitetônicos, entre outros.

Um exemplo é o tombamento do sítio urbano histórico da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Esse conjunto arquitetônico e urbanístico foi tombado em 1938 por preservar as características da cidade colonial fundada no século XVIII com o ciclo do ouro. O sítio histórico de Ouro Preto retrata, através de sua paisagem urbana, arte e edifícios, um período da história do Brasil e testemunha a prosperidade alcançada pela cidade e o talento de artistas como o Aleijadinho. Por esses motivos, Ouro Preto é considerada patrimônio cultural brasileiro.

Nesse grupo formado pela cultura urbana institucionalizada também podemos incluir o grafite, manifestação artística que, ainda que tenha tido suas raízes como um movimento de contestação do status quo, de contracultura ou de crítica social, é hoje um tipo de arte urbana que pode estampar as paisagens das cidades, desde que em locais autorizados pelo poder público competente, conforme consta na Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998, artigo 65). Apesar de não ser alvo de instrumento protetivo, sobre a prática do grafite recaem instrumentos regulatórios, e por isso ele pode ser enquadrado entre as manifestações institucionalizadas da cultura urbana.

A cultura urbana aqui classificada como não oficial é praticada e manifestada espontaneamente por certos grupos. Tratam-se de práticas sociais representativas de um modo de vida urbano ou contestatórias desse modo de vida. Nesse sentido, o que é tido como cultura urbana pode ser encontrado na gastronomia, no esporte, na moda, no hip hop, no funk, no rap e nos duelos e batalhas de rimas, entre outros.

#### O futuro das cidades

"Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro como certeza, porque isso seria desmentir a sua definição, mas como tendência" (SANTOS, 2013, p. 129). Começar a debater "o futuro das cidades" com a frase de Milton Santos tem por objetivo deixar clara ao leitor a nossa incapacidade de prever o futuro que nos aguarda. Contudo, a frase aponta a nossa necessidade de traçar tendências ou aspirações para as cidades, o que significa dizer que você não deve esperar aqui um cenário anunciado do futuro. Assim, aqui temos primeiramente uma provocação para a reflexão e, certamente, para a ação. A questão principal que se coloca é: o que desejamos para as cidades no futuro e o que estamos fazendo para que isso possa ser alcançado?

Propomos então o resgate da ideia de *utopia*. Essa palavra foi inventada por Thomas More no século XVI para fazer referência a uma ilha ficcional, na qual o sistema social, político e econômico era tido como ideal e os representantes políticos estavam empenhados em promover o bem-estar da comunidade. A palavra tornou-se representativa daquilo que é tido como sonho irrealizável, fantasia ou ideia generosa. Podemos apresentar como utópico o desejo pela paz mundial, pela liberdade, pela democracia, que são ideais que compuseram nossa visão de futuro para as sociedades no século XX, mas nada garantiu que fossem alcançados.



Reflita

Qual futuro queremos para as nossas cidades? Reflita sobre que aspectos você gostaria de ver transformados e trace um cenário desejado para as cidades. Pense se é possível (e/ou necessário) rompermos com o modo de organização atualmente adotado e criarmos outros modelos. Ou se é possível traçar um futuro desejado a partir da eliminação de aspectos negativos – tais como a exploração, a desigualdade e a injustiça – e do aprimoramento de aspectos positivos – tais como as artes e os conhecimentos tecnológicos –, caso esses elementos componham seu ideal de cidade.

Existem diversas questões urbanas graves e ainda em pauta que necessitam, se não solucionadas, ser amenizadas, conforme discutimos ao longo desta disciplina. São exemplos o déficit habitacional, a violência urbana, a mobilidade (ou melhor, imobilidade), a sustentabilidade urbana.

É possível, e mesmo desejável, estabelecer padrões mínimos de vida em nossas cidades de que todos poderiam desfrutar incluindo aí os chamados serviços indispensáveis, como moradia. saneamento básico, alimento, energia elétrica, acesso à saúde e à educação – e, além disso, garantir que esses bens e serviços sejam de fato assegurados pela coletividade? É importante pensar que a miséria é um sintoma de um modelo de sociedade que não abarca a todos, que não oferece oportunidades a todos, isto é, um sistema de organização que mantém um grande contingente populacional à sua margem. A miséria resulta de um contexto socioeconômico e é em si um mal: fere a dignidade da vida humana e mostra uma face cruel da humanidade, que, apesar de sua evolução material e tecnológica, não manifesta humanidade, isto é, aqueles elementos que deveriam nos distinguir dos demais animais, como generosidade, benevolência, sensibilidade. A superação do quadro de miséria é o ponto de partida para propor a solução para outros problemas. As desigualdades, vale lembrar, fazem das cidades um lugar de tensão permanente e dificultam a possibilidade de bem-viver.

As novas tecnologias e os novos hábitos de vida e de consumo também poderão imprimir nova forma e dinâmica às cidades. O futuro das cidades aponta para a necessidade de redução do consumo e da adoção de novos hábitos de vida, visto que em 2045 serão mais de 6 bilhões de pessoas vivendo somente nas áreas urbanas. Podemos apostar que as cidades no futuro serão beneficiadas por invenções de tecnologias que sejam capazes de reciclar a maior parte dos resíduos domésticos e industriais que produzimos diariamente, reduzindo assim a necessidade de retirada de recursos do meio natural e também o volume de resíduos destinados aos aterros sanitários. Contudo, também se observa maior consciência sobre os hábitos de consumo e a preocupação de como afetam o meio natural e as próprias cidades. Assim, além de novas tecnologias visando a sustentabilidade, é possível que o consumo consciente também diminua a geração de resíduos. As energias alternativas ganharão cada vez mais destaque nas cidades, seja nos carros elétricos (que diminuirão a poluição do ar e sonora) e na geração de energia solar nas residências, implicando a independência de fontes tradicionais no Brasil, como hidrelétricas. Mudanças como essas vêm sendo sinalizadas como tendências para a vida nas cidades, contudo as sociedades são dinâmicas e imprevisíveis, e entre o hoje e o futuro existe um infinito de possibilidades.

### Perspectivas para o ensino da Geografia Urbana no ensino básico

Dois documentos são referência para o ensino de Geografia no ensino fundamental II: os Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs), de 1998, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, que neste ano de 2018 tem somente a versão para o ensino fundamental homologada.

Os PCNs de Geografia propõem que esta disciplina recupere conceitos elementares e caros à nossa ciência – como a paisagem, o espaço, o território, a região, o lugar - como categorias centrais e necessárias para tornar compreensíveis a dinâmica e a interdependência dos processos naturais, econômicos, culturais e políticos. A partir desses conceitos-base, o documento propôs grandes eixos temáticos para balizar o conteúdo necessário à compressão do mundo pelos alunos no ensino fundamental. A discussão sobre as cidades e o espaço urbano não é tema exclusivo de nenhum desses grandes eixos, isto é, a Geografia Urbana não é tema estanque de um ano específico ou bimestre. Contudo, as cidades e o espaço urbano estão sempre presentes em todos os eixos, ora exercendo papel circunstancial, ora central, como por exemplo no Eixo 3 do terceiro ciclo "O campo e a cidade como formações socioespaciais", que põe o foco sobre o processo histórico de evolução da estrutura e forma urbana, a relação entre a industrialização e a urbanização, a formação das metrópoles como centro de gestão das inovações tecnológicas e gestão do capital, entre outros. Isso significa que o professor de Geografia abordará constantemente conteúdos sobre o espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas.

Em linhas gerais, a BNCC apresenta uma base mínima comum ao ensino de Geografia no nível fundamental II (sexto ao nono ano). Aqui, o estudo da Geografia é apresentado como uma oportunidade para entendermos o mundo em que vivemos, ao atribuirmos sentido às relações sociais com o espaço geográfico e com a natureza. Dessa forma, cabe à Geografia estimular o raciocínio geográfico, essencial

para interpretarmos e representarmos o espaço geográfico, tarefa que envolve os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

Assim como nos PCNs, os conteúdos relativos à Geografia Urbana mantêm-se distribuídos por todos os anos do ensino fundamental II, subordinados às competências, habilidades e objetos de conhecimento específicos para cada ano, em nível crescente de complexidade. Por exemplo, a BNCC propõe o estudo do espaço urbano por meio da categoria "paisagem" para o 6º ano, estimulando a identificação das diferenças e semelhanças entre o urbano e o rural, as transformações empreendidas pelo trabalho humano e ao longo do tempo no espaço geográfico. Nesse sentido, espera-se enfatizar a importância da paisagem para se identificar a evolução do processo de urbanização, mas também compreender o desenvolvimento da relação do ser humano com a natureza.

Algo para o qual os professores devem atentar é o fato de que as cidades presentes nos livros didáticos são as grandes cidades: as capitais, as metrópoles, as megacidades e as cidades globais. Isso porque, além da importância como centros de decisões políticas, inovações tecnológicas e comando do capital, as grandes cidades apresentam pontos críticos a serem superados - como o déficit habitacional, a violência, a poluição, entre outros - que muitas vezes, em função da escala de concentração, se tornam hiperbólicos, coisa que dificilmente ocorre nas pequenas e médias cidades, que (quase sempre) apresentam problemas proporcionais aos seus respectivos tamanhos. Ainda que a grande maioria dos alunos das escolas brasileiras sejam moradores de zonas urbanas e frequentem escolas urbanas, as grandes cidades podem estar distantes de suas realidades. Por isso, é importante que, no processo de ensino e aprendizagem, de forma complementar ao que consta nos livros didáticos, o professor aproxime os conteúdos de Geografia Urbana do espaço vivido pelos alunos, de suas contradições e limitações a serem superadas. O estudo da Geografia Urbana transcende seu fim em si mesmo quando é capaz de utilizar a própria cidade como objeto de estudo, compreensão e reflexão para mudança. Pode ser que o tema mobilidade urbana pouco fale aos alunos de uma cidade de pequeno e médio porte, mas, por outro lado, o desabastecimento urbano de água pode ser um tema proeminente. Não se trata de excluir um conteúdo em detrimento de outro, mas de ter a sensibilidade para saber equilibrar e privilegiar aquilo que mais faça sentido aos alunos em função de suas próprias histórias de vida. Nesse sentido, a proposição de trabalhos com a finalidade de investigação ou levantamento, bem como de solução de problemas e questões urbanas, pode estimular a curiosidade e a participação dos alunos das aulas e nas atividades escolares.

Hoje é cada vez mais fácil o acesso aos recursos didáticos diversos, tais como vídeos, imagens, textos complementares e literários, obras de arte, revistas, jornais, blogs, sites especializados, canais em redes sociais, que podem enriquecer e tornar o conteúdo das aulas e dos livros didáticos mais significativos para os alunos. Os temas de Geografia Urbana (mas não só) podem ser beneficiados com o uso desse instrumental complementar, para iniciar discussões, estimular reflexões e incitar a curiosidade dos alunos para um recorte temático. Fora isso, deve-se destacar a prática de campo (estudo do meio), componente obrigatório da metodologia de pesquisa em Geografia, como importante instrumento para o estudo do espaço urbano, que possibilita estabelecer relações e comparações e permite interpretar/perceber as múltiplas relações entre a sociedade e a natureza. O estudo do meio pode ser também um momento no ensino-aprendizagem para desenvolver novas perspectivas sobre o urbano e potencializar o papel de procedimentos fundamentais - como a problematização, a observação, a descrição, a comparação, o levantamento de hipóteses e possíveis soluções - que auxiliam a aprendizagem.

Vale lembrar que mesmo os temas transversais previstos nos PCNs (ética, pluralidade cultural, orientação sexual, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo) se aproximam das discussões sobre a produção e reprodução do espaço urbano e a cidadania. Dessa forma, as reflexões desenvolvidas no âmbito da Geografia Urbana têm papel essencial para nortear o processo de ensino e aprendizagem.

# Pesquise mais

Há um livro fundamental para aqueles que querem aprofundar seus conhecimentos sobre o ensino da cidade e do espaço urbano na educação básica. Nele, a autora aborda a importância da Geografia para a formação de cidadãos a partir da dinâmica cotidiana das cidades.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade:** ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. 3. ed. Campinas: Papirus, 2012.

### Sem medo de errar

Carlos, o professor de Geografia, tem o desafio de abordar a urbanização brasileira em suas aulas para os alunos do 7º ano. Com autorização da direção da escola, ele decidiu realizar um estudo do meio com a sua turma e escolheu utilizar o próprio município como campo para a observação, reflexão e aprendizagem. É claro que os alunos ficariam mais empolgados se saíssem da cidade e fossem conhecer algo novo. Como Carlos optou por realizar o estudo do meio no próprio município, ele pode assim romper com a ideia de que só se aprende com aquilo que está distante de nossa realidade. Carlos se pauta no princípio de que um dos primeiros passos para a aprendizagem significativa é conseguir relacionar o que se leciona na sala de aula com a sua realidade, isto é, com o seu próprio contexto socioespacial, sua vivência e suas experiências, porque o que concretiza o estudo do meio, conforme apontam Lopes e Pontuschka (2009, p. 174), é "a imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico" e o "estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos". É importante que o espaço vivido e conhecido pelos alunos seja o ponto de partida para a construção do conhecimento. Cabe ao professor estimular novos olhares para essa realidade a que os alunos estão habituados, apresentando detalhes ou situações que passam despercebidos no cotidiano e em função da constância com que nos colocamos em contato com ela

Assim, Carlos considera levar seus alunos a bairros contrastantes da cidade, para que observem a dinâmica de vida e descrevam/ registrem a paisagem. Ele pensa também em visitar um bairro periférico marcado pelas casas simples, levantadas no sistema de autoconstrução, em ruas nem sempre asfaltadas. E, em contrapartida, um bairro de classe alta, com condomínios fechados, ruas com vigilância, residências de alto padrão construtivo. Ainda

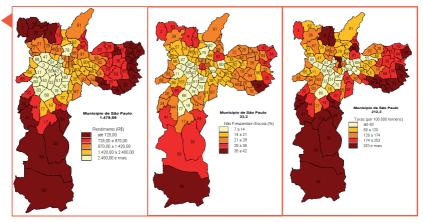
nesse estudo, ele também considera passar pelo centro da cidade, para que a turma observe o comércio, o intenso fluxo de automóveis e ônibus, praça, calçadões, etc., cuja movimentação e paisagem diferem daquelas observadas nos bairros residenciais, e, assim, posteriormente suscitem reflexões sobre a dinâmica de ocupação do espaço urbano. Além disso, Carlos vai em busca das rugosidades, formas na paisagem de outros tempos, a questão da renovação/refuncionalização urbana e patrimônio histórico e cultural, o processo de verticalização urbana. Visitas a museus e locais históricos também podem ser considerados. Uma perspectiva diversa é apresentar aos alunos o rural, para que eles possam estabelecer comparação/contraste com a cidade, a fim de consolidar a noção de município, cidade e campo.

Seja qual for a escolha de Carlos, deverá haver uma preparação dos alunos em sala a respeito dos objetivos e resultados esperados com o estudo do meio. Contudo, essa "preparação" não deve tornar o estudo do meio fixo ao ponto de impedir contribuições dos próprios alunos ou de descartar oportunidades positivas que podem surgir do contato com a realidade, que é dinâmica e palco do inesperado. Assim, os alunos podem ser orientados a observar certos aspectos da paisagem da cidade e formular suas reflexões. Mas os alunos também devem ter um "tempo livre" para observar outros pontos e aspectos que lhes pareçam importantes e contribuir com o enriquecimento da discussão e a troca de ideias entre eles. A curiosidade e a criatividade dos alunos devem ser priorizadas.

## Faça valer a pena

**1.** Observe, compare e analise os mapas da cidade de São Paulo.

<u> Mapa 1</u>	<u> Mapa 2</u>	<u> Mapa 3</u>	
nominal médio	Proporção de jovens de 15 a 17 anos que	por homicídio da	
responsáveis pelos	não frequentam a escola em distritos do município de São	de 15 a 19 anos em	
permanentes em distritos do município de São Paulo (2000)	Paulo (1996)	de São Paulo (2000)	



Fonte: Fundação Seade. Mapas: indicadores sociais demográficos, para os distritos do município de São Paulo. Disponível em: <a href="http://produtos.seade.gov.br/produtos/ivj/index.php?tip=map&mapa=9">http://produtos.seade.gov.br/produtos/ivj/index.php?tip=map&mapa=9</a>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

### A partir da análise dos mapas, assinale a alternativa correta:

- a) A espacialização das informações em si não é capaz de auxiliar na identificação de problemas que se desenvolvem no espaço urbano e tampouco é capaz de servir de base para o levantamento de causas possíveis para que eles ocorram.
- b) As regiões extremo sul, extremo leste e noroeste possuem rendimentos elevados, por isso apresentam também os indicadores mais elevados de roubos e homicídios
- c) Por meio da análise dos mapas é possível deduzir que as regiões com renda mais elevada são também as regiões em que as taxas de homicídios são compatíveis com a realidade brasileira.
- d) A análise da distribuição das variáveis dos mapas permite identificar certa relação espacial entre baixa renda, evasão escolar e mortes por homicídios.
- e) O cruzamento espacial das informações sobre frequência escolar e taxa de homicídios permite inferir que a violência é a causa da baixa escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos.
- **2.** Leia o trecho do texto do sociólogo Carlos Fortuna a respeito das cidades:

O referente do espaço público que hoje temos é histórica e culturalmente difuso, traduzido talvez pela representação que temos da velha *urbe*, da clássica *polis*, e da transparente *ágora*, onde a justiça, a coesão social, a



democracia e a consciência de si se alcançam e asseguram apenas na relação directa dos sujeitos uns com os outros. A história e a política têm reservas profundas sobre a efectiva concretização deste generoso espaço público num passado mais ou menos distante. Tal não nos impede, porém, de o imaginarmos como um cenário futuro que deve orientar e mobilizar o nosso presente. Um futuro que, além do mais, se precipita velozmente sobre o presente ao enunciar a duplicação da população da cidade em poucas décadas e, portanto, uma precarização ainda maior das condições de vida urbana. É preciso fazer das nossas cidades algo politicamente criativo e cultural e socialmente sustentável. O que é isto? É construir a cidade do futuro próximo como uma cidade nova. Quero dizer, construir uma cidade que corrija os principais erros da cidade de hoje e se mostre uma cidade justa, imaginativa, ecológica, tão compacta como policêntrica, com memória e sentido de lugar, de fácil contacto social, culturalmente diversa e, acima de tudo, uma cidade bela. (FORTUNA, 2002, p. 141)

Assinale a seguir a alternativa que sintetiza a ideia do autor no fragmento:

- a) O autor enaltece o pleno funcionamento dos espaços públicos da velha *urbe* e da clássica *polis* e lamenta que condições similares não tenham sido replicadas no espaço urbano das cidades contemporâneas.
- b) O crescimento da população mundial resultará na progressiva degradação das condições de vida nas cidades, e, nesse sentido, é preciso reduzir as taxas de fertilidade, em especial das cidades dos países em desenvolvimento.
- c) O autor fala de novas formas de ocupar o espaço urbano para vivermos melhor no futuro, e entre as sugestões estão a isonomia cultural e a distinção social.
- d) O autor propõe que mudanças positivas serão alcançadas com mudanças nas estruturas sociais e desconsidera a necessidade de transformação das formas urbanas.
- e) O autor propõe tomarmos como referência para planejarmos o futuro de nossas cidades o ideal de espaço público elaborado das antigas *urbes* e *polis*.
- **3.** A Geografia no ensino básico objetiva oferecer aos alunos instrumentos para a compreensão, reflexão e intervenção na realidade social. Sobre esse assunto, leia as assertivas a seguir:

- I A categoria modo de produção, bastante enfatizada pela corrente da Geografia Crítica, fundamenta e é suficiente para explicar as decisões/ações humanas sobre o espaço urbano.
- II Os alunos devem ser estimulados a observar a paisagem urbana e elaborar descrições objetivas daquilo que observam, já que toda subjetividade deve ser descartada a fim de não comprometer o caráter científico do aprendizado.
- III O estudo da Geografia Urbana não se constitui como um momento estanque no ensino básico, uma vez que aparece distribuído ao longo dos anos de formação dos alunos.
- IV O estudo de temas relacionados com a Geografia Urbana pode ser beneficiado quando houver a aproximação dos conteúdos com a experiência vivida dos alunos em seus contextos urbanos.

Assinale a seguir a alternativa que apresenta apenas as assertivas corretas:

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) l e IV.
- d) || e |||
- e) I. III e IV.

# Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. Não repara a bagunça. 2017. Duração: 17'56". Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=D3Zwjs7WqlQ">https://www.youtube.com/watch?v=D3Zwjs7WqlQ</a>. Acesso em: 4 jul. 2018. (Vídeo do Youtube)

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. **Domicílios e déficit habitacional.** Escola Nacional de Ciências Estatísticas ENCE/IBGE, 2006. Disponível em: <a href="https://ww2.ibge.gov.br/confest\_e\_confege/pesquisa\_trabalhos/CD/mesas\_redondas/301-1.ppt">https://ww2.ibge.gov.br/confest\_e\_confege/pesquisa\_trabalhos/CD/mesas\_redondas/301-1.ppt</a>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2015.** Disponível em: <a href="http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf">http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf</a>, Acesso em: 12 jun. 2018.

BRAGA, A. et al. Poluição atmosférica e saúde humana. **Revista USP,** São Paulo, n. 51, p. 58-71, set./nov. 2001. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/35099/37838">https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/35099/37838</a>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União,

Brasília: 1988. Disponível em: <a href="https://bit.ly/1dFiRrW">https://bit.ly/1dFiRrW</a>. Acesso em: 29 abr. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, 1998. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L9605.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L9605.htm</a>. Acesso em: 12 jul. 2018.

\_\_\_\_\_\_. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/LEIS\_2001/L10257.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/LEIS\_2001/L10257.htm</a>. Acesso em: 27 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <a href="http://portal.mec.">http://portal.mec.</a>

\_\_\_\_\_. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</a>. Acesso em: 31 jul. 2018.

gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

CANAL FUTURA. O crescimento das cidades e a periferização. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=pulh8Hr8tX4">https://www.youtube.com/watch?v=pulh8Hr8tX4</a>>. Acesso em: 3 abr. 2018. (Vídeo do Youtube)

\_\_\_\_\_\_. Como promover moradia social nas cidades. Publicado em: 8 jun. 2015. Duração: 14'56". Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=qaHMu-bGC38">https://www.youtube.com/watch?v=qaHMu-bGC38</a>>. Acesso em: 22 jun. 2018. (Vídeo do Youtube)

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: LABUR, 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 11, ed. São Paulo, SP: Paz e Terra. 2008.

CAVALCANTI, L. S. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2012.

CHAUI, M. Notas sobre utopia. **Cienc. Cult.,** São Paulo, v. 60, n. spe1, p. 7-12, jul. 2008. Disponível em: <a href="http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\_arttex">http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\_arttex</a> t&pid=S0009-67252008000500003>. Acesso em: 2 jul. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Report of the World Commission on Environment and Development.** 1987. Disponível em: <a href="http://www.un-documents.net/a42r187.htm">http://www.un-documents.net/a42r187.htm</a>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

DETRAN - SP. Frota de veículos em SP: por tipo de veículo. 2018. Disponível em: <a href="https://www.detran.sp.gov.br/wps/wcm/connect/portaldetrandetran/detran/estatisticastransito/sa-frotaveiculos/d28760f7-8f21-429f-b039-0547c8c46ed1">https://www.detran.sp.gov.br/wps/wcm/connect/portaldetrandetran/detran/estatisticastransito/sa-frotaveiculos/d28760f7-8f21-429f-b039-0547c8c46ed1</a>. Acesso em: 13 jun. 2018.

FORTUNA, C. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 63, 2002, p.141. Disponível em: <a href="https://journals.openedition.org/rccs/1272">https://journals.openedition.org/rccs/1272</a>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. 2017. Disponível em: <a href="http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil">http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil</a>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FUNDAÇÃO SEADE. **Mapas:** indicadores sociais demográficos, para os distritos do município de São Paulo. Disponível em: <a href="https://bit.ly/20042Wy">https://bit.ly/20042Wy</a>. Acesso em: 12 jul. 2018.

IPEA. Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <a href="http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\_atlas\_da\_violencia\_2017.pdf">http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\_atlas\_da\_violencia\_2017.pdf</a>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1993.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LOPES, C. S.; PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, 2009, p. 173-191. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2003DU2">https://bit.ly/2003DU2</a>. Acesso em: 4 jul. 2018.

NASCIMENTO, A. S. A utilização de técnicas de sensoriamento remoto em estudos urbanos: a identificação de vazios urbanos em Londrina (PR) e Presidente Prudente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente, SP. **Anais...** Presidente Prudente: ANPEGE, 2015. Disponível em <a href="http://www.enanpege.ggf">http://www.enanpege.ggf</a>. br/2015/anais/arquivos/19/545.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

ONU. **Cidades latino-americanas lideram taxas de homicídios no mundo.** Publicada em: 14 jul. 2017. Disponível em: <a href="https://nacoesunidas.org/cidades-latino-americanas-lideram-taxas-de-homicidios-no-mundo/">https://nacoesunidas.org/cidades-latino-americanas-lideram-taxas-de-homicidios-no-mundo/</a>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Urbanization Prospects 2018.** 2017. Disponível em: <a href="https://esa.un.org/unpd/wup/">https://esa.un.org/unpd/wup/</a>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Vídeo Institucional.** 19 ago. 2011. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=5sTDik3rUug">https://www.youtube.com/watch?v=5sTDik3rUug</a>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

REIS, N. G. Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SANCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** n. 1, maio 1999, p. 115-132. Disponível em: <a href="http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13">http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13</a>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, H. **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 171-192.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2013.

SÃO PAULO (Município). **Institucional São Paulo.** 2017. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=zBwceEnKruA">https://www.youtube.com/watch?v=zBwceEnKruA</a>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo.** Cidade do México, 2018. Disponível em: <a href="https://bit.ly/2HdWCeV">https://bit.ly/2HdWCeV</a>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TV UFBA. Violência urbana e a cultura de paz. Publicado em: 30 jun. 2014. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=taA5dnbk7tQ">https://www.youtube.com/watch?v=taA5dnbk7tQ</a>. Acesso em: 2 jul. 2018. (Vídeo do Youtube)

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

